

Setembro de 2005 • Ano 2 • nº 14

Setembro de 2005 • Ano 2 • nº 14

www.desafios.org.br

desafios

do desenvolvimento



ipea



É tempo de discutir o Fundeb e a garantia de ensino público de qualidade para todos os brasileiros

ISSN 1806-9363 R\$ 8,90
9 771806 936008 00014

Getty Images

O futuro da educação

MEDALHA DE OURO

Como o Brasil conseguiu criar as melhores seleções de voleibol do mundo em todas as categorias

ENTREVISTA

Joseph Stiglitz, prêmio Nobel, sugere agenda de ações para mudar a geopolítica atual

CONTAS PÚBLICAS

Pesquisadores do Ipea propõem ajuste das contas públicas para desenvolvimento de longo prazo



desafios



desafios

do desenvolvimento

Sumário

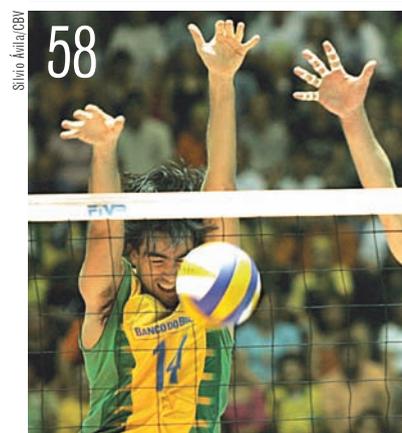
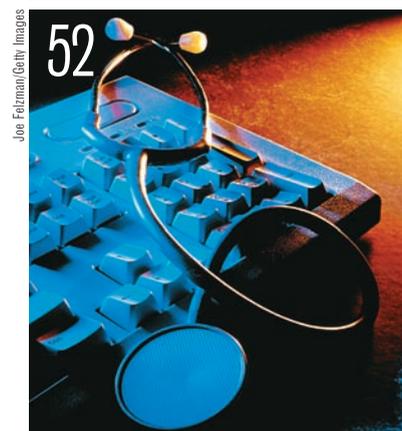
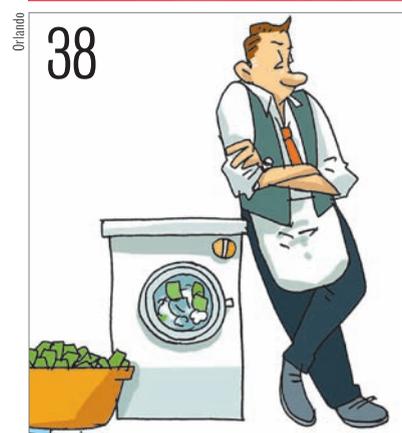
- 10 Entrevista Joseph Stiglitz**
Países em desenvolvimento podem alterar o desenho da geopolítica atual
- 16 Educação Por uma nova escola**
Definição de novo fundo garantidor do ensino gera polêmica
- 28 Economia Em busca do ajuste**
Pesquisadores do Ipea propõem roteiro para o equilíbrio fiscal de longo prazo
- 38 Justiça A rota do dinheiro sujo**
A difícil tarefa de controlar e punir a movimentação de recursos financeiros ilegais
- 46 Sociedade Balanço dos resultados**
Brasil cria sete metas sociais para serem cumpridas até 2015
- 52 Medicina Cura à distância**
Tele-saúde avança e leva atendimento médico a comunidades distantes
- 58 Melhores Práticas Forjada a ouro**
Planejamento e profissionalismo criaram a melhor seleção de vôleibol do mundo
- 66 Brasil Para organizar o debate**
Novo livro do Ipea busca mostrar o país para todos os brasileiros

Artigos

- 8 Carlos Lopes**
Avanços dos países em desenvolvimento
- 14 Luciana Acioly**
O iuane e a inserção externa da China
- 26 Júnia Cristina P. R. da Conceição**
O papel do Estado na certificação de produtos agrícolas
- 36 Marcelo Piancastelli de Siqueira**
Gastar melhor é essencial para o sucesso da política fiscal
- 37 Fábio Giambiagi**
Em defesa de um superávit primário de 5% do PIB
- 44 Antônio Rangel Bandeira**
Sim ao desarmamento
- 45 Alberto Fraga**
Não ao desarmamento
- 68 Paulo Tafner**
O olhar do Ipea sobre o estado da nação

Seções

- 6 Giro**
- 70 Estante**
- 72 Circuito**
- 74 Indicadores**
- 76 Cartas**



Carta ao leitor

A educação é um dos pilares do desenvolvimento. Parece um clichê, mas às vezes esse princípio fundamental se perde em meio a tantas prioridades existentes num país como o Brasil. Mas é sempre bom lembrar que estamos em um momento estratégico, pois é a hora de discussão, no Congresso Nacional, de um novo fundo garantidor de recursos para o ensino público de crianças, jovens e adultos que não sabem ler e escrever – o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb). Se por um lado conseguimos avançar bastante nos últimos anos colocando mais e mais crianças nas escolas do governo, por outro apresentamos indicadores bastante ruins quanto à qualidade do ensino prestado nesses estabelecimentos. E tem mais, a discussão sobre a inclusão de crianças na fase pré-escolar – isto é, até os 6 anos de idade – no rol do público beneficiado pelos recursos federais também está na pauta do dia. A reportagem de capa de **Desafios** procura esmiuçar os principais tópicos do intenso debate que envolve o Fundeb.

O equilíbrio fiscal de longo prazo, simbolizado pela discussão acerca do déficit nominal zero, que ocupa espaços relevantes dos jornais e nas telinhas desde junho, também é tema desta edição. Economistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) explicam e opinam sobre a necessidade de ajustes nas contas nacionais. O tema é polêmico e não poderá ser decidido num lance federal sem prévio debate nacional. É nesse contexto, da troca de idéias, que esperamos colaborar com o material aqui apresentado. Entre as opiniões ouvidas a respeito de austeridade fiscal está a do economista, Joseph Stiglitz, prêmio Nobel, que esteve no Brasil em agosto e concedeu entrevista exclusiva a **Desafios**.

Também preparamos outras opções de leitura, como a matéria sobre o sucesso da Confederação Brasileira de Vôlei, que, cumprindo à risca um planejamento de trabalho, aliou treinamento e gestão, e conseguiu colocar todas as nossas seis seleções – infanto-juvenil, juvenil e adulta – masculinas e femininas nos principais pódios mundiais. Os primeiros passos da telessaúde no país, como andam as medidas nacionais de combate à lavagem de dinheiro e o novo relatório de acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio também fazem parte do conjunto de reportagens desta edição. Aproveite.

Maysa Provedello, Editora-Chefe

Cartas ou mensagens eletrônicas devem ser enviadas para: cartas@desafios.org.br
 Diretoria de redação:
 SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 801 - CEP 70076-900 - Brasília, DF
 Visite nosso endereço na internet: www.desafios.org.br

Patrocínio



Apoio



desafios

do desenvolvimento

www.desafios.org.br

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
 PRESIDENTE Glauco Arbix

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)
 REPRESENTANTE NO BRASIL Carlos Lopes

DIRETOR-GERAL Luiz Henrique Proença Soares

Redação

EDITORA-CHEFE Maysa Provedello

EDITORES Andréa Woffenbüttel e Ottoni Fernandes Jr.

EDITORAS ASSISTENTES Lia Vasconcelos e Marina Nery

COLABORADORES Clarissa Furtado, Eliana G. Simonetti (redação), Doryan Dornelles, Ricardo B. Labastier (fotografia), Orlando (ilustração), Ivana Gomes (revisão)

PROJETO GRÁFICO E DIREÇÃO DE ARTE Renata Buono

EDITORA ADJUNTA DE ARTE Luciana Sugino

ARTE Rafaela Ranzani

FOTO DA CAPA Fred Siqueira/SambaPhoto

Publicidade

DIRETORA Bia Toledo • bia@desafios.org.br

REPRESENTANTES

BAHIA E SERGIPE Canal C Comunicação

Tel. (71) 358-7010, (71) 9988-4211 • e-mail: canalcc@canalccr.com.br

ESPIRITO SANTO • Mac Marketing e Assessoria de Comunicação

Telefax (27) 3229-2579 • e-mail: machadom.vix@terra.com.br

MINAS GERAIS • Ponto de Vista Comunicação Marketing

Tel. (31) 3281-7363 • e-mail: pontodevistamg@terra.com.br

PARANÁ • Sec Soluções Estratégicas em Comercialização Ltda.

Tel. (41) 3019-3717 – Fax (41) 3019-3716 • e-mail: sec.thadeu@terra.com.br

RIO GRANDE DO SUL • RR Gianoni Representações

Tel. (51) 3388-7712 • e-mail: gianoni@gianoni.com.br

SANTA CATARINA • Sec Soluções Estratégicas em Comercialização Ltda.

Tel. (48) 348-4121, (48) 9977-9124 • e-mail: m.minuzzi@terra.com.br

Circulação

GERENTE Flávia Cangussu • flavia@desafios.org.br

Atendimento

Paula Gálvia (coordenadora) • paula@desafios.org.br

Redação

SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 801 - CEP 70076-900 - Brasília, DF

Tel.: (61) 315-5188 Fax: (61) 315-5031

Circulação e Publicidade

Rua Urussuí, 93, 13º andar, CEP 04542-050 – São Paulo, SP

Tel./Fax: (11) 3073-0722

Administração

Instituto Uniemp

Av. Paulista, 2198, conjunto 161 – CEP 01310-300 – São Paulo, SP

Tel.: (11) 2178-0466 Fax: (11) 3283-3386

Assinaturas

Teletarget

Tel.: (11) 3038-1479 Fax: (11) 3038-1415 • desafios@teletarget.com.br

Atendimento ao Jornaleiro

LM&X - Tel.: (11) 3865-4949

Impressão

Gráfica e Editora Pallotti

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Organização das Nações Unidas

OS ARTIGOS E REPORTAGENS ASSINADOS NÃO EXPRESSAM, NECESSARIAMENTE, A OPINIÃO DO IPEA E DO PNUD. É NECESSÁRIA A AUTORIZAÇÃO DOS EDITORES PARA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTEÚDO DA REVISTA.

JORNALISTA RESPONSÁVEL • Maysa Provedello

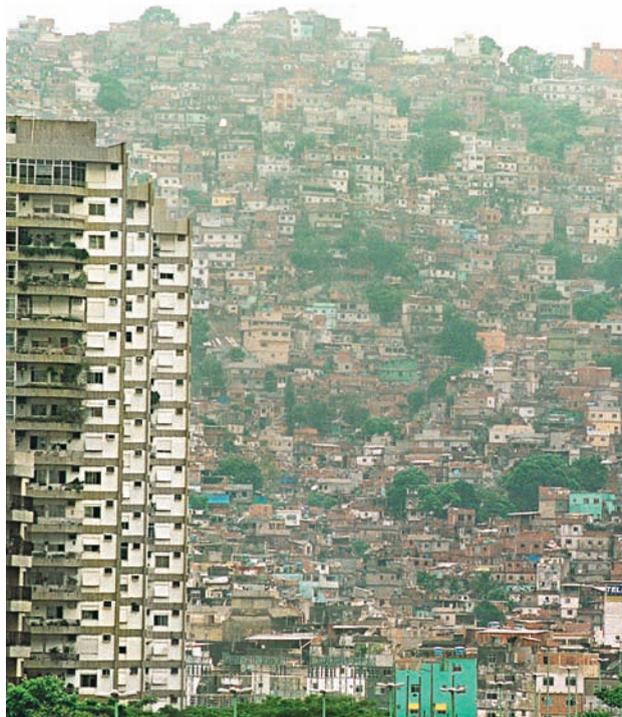
por **Andréa
Wolffebüttel**

GIRO

Ética

Brava gente brasileira

Em 2000, a família de Gilvanete Rodrigues tinha uma renda per capita de 70 reais mensais, o que a enquadrava entre os beneficiados do Programa Bolsa Família. Durante cinco anos ela recebeu o auxílio de 23 reais por mês. Há três meses, a história de Gilvanete mudou: ela conseguiu um emprego de faxineira e a aposentadoria do marido aumentou. Ao refazer as contas, Gilvanete viu que não tinha mais direito ao benefício. Não teve dúvidas. Foi até a Secretaria do Trabalho e Ação Social de Pombal, na Paraíba, onde mora, e devolveu seu cartão para que outras pessoas mais necessitadas que ela possam receber ajuda. Estar empregada e não precisar mais do Bolsa Família é uma vitória para Gilvanete. “Os dias mais felizes da minha vida são os que eu passo aqui no meu trabalho, no posto de saúde”, conta ela. A atitude de Gilvanete não é um ato isolado. Só em Pombal, que tem cerca de 32 mil habitantes, 211 pessoas já devolveram seus cartões e abriram mão do auxílio. Exemplos assim mostram que valores como honestidade e solidariedade sobrevivem, mesmo quando tudo indica que estão em extinção.



Reuters

Tecnologia

Uma mão na roda da inovação

É sabido que inovação é a palavra de ordem do desenvolvimento, mas é impossível inovar sem investimentos. As empresas brasileiras investem, em média, 0,6% de seu faturamento total em pesquisa e desenvolvimento (P&D) por ano, enquanto na Alemanha esse percentual é de 2,7% e, na França, de 2,5%. A falta de linhas de financiamento adequadas é um dos maiores entraves para alavancar a inovação, segundo análises do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no trabalho “Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras”. Para mudar esse cenário, o Ipea propôs à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) um programa de incentivo à inovação no país. A idéia é criar um fundo reembolsável que utilize recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) no valor de 1 bilhão de reais por ano. Os objetivos são aumentar os investimentos das empresas em P&D dos atuais 0,6% para 1,5% de seu faturamento em oito anos e também, no mesmo prazo, dobrar o número de graduados e pós-graduados ocupados com P&D nas indústrias brasileiras. O financiamento deverá ter condições de carência, prazo e juros adequados às atividades inovativas. A idéia, portanto, é financiar projetos de tecnologia com grande potencial econômico e comercial. Um programa dessa natureza e com esse alcance poderá ser o carro-chefe da política industrial voltada para a inovação tecnológica.

Urbanismo

Favela, 30 anos depois

“Viver em favelas não é mais sinônimo de pobreza”, essa foi a principal constatação de Janice Perlman, professora de Urbanismo da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos. Ela estudou as favelas cariocas por dois anos, no final da década de 60, e agora voltou para visitar os mesmos locais que havia frequentado há mais de 30 anos e encontrar as mesmas pessoas. Ficou surpresa com o que viu.

De acordo com Perlman, que também trabalha para o Banco Mundial, as diferenças são enormes, a começar pelas próprias casas, que eram de madeira ou papelão e atualmente são de alvenaria. O acesso ao fornecimento de luz e água também é novidade. Ela lembra que, no passado, a eletricidade era roubada da rede urbana, a água recolhida de bicas no alto dos morros e o esgoto corria a céu aberto. O que se

encontra dentro das casas não havia antigamente: aparelhos de televisão, ar-condicionado, máquinas de lavar roupas e outros eletrodomésticos. Perlman reparou que muitos possuem carro e computador. “Como não dispõem de dinheiro para comprar uma casa fora da favela, acabam gastando em bens de consumo.”

Porém, não há somente boas notícias. Novos problemas surgiram nesse período, entre eles o aumento da violência e do desemprego. “O analfabetismo praticamente foi erradicado. Muitos jovens concluem o ensino médio, mas não conseguem trabalho.” A professora diz que, apesar de se esforçarem para ser considerados como qualquer habitante da cidade, os moradores da favela continuam sendo estigmatizados, explorados economicamente, manipulados politicamente e excluídos social e culturalmente.

Trânsito

Anatomia dos acidentes

O momento do dia em que ocorrem mais acidentes nas rodovias brasileiras é às 6 da tarde, justamente durante a troca de turno dos policiais federais. O pior dia da semana em termos de acidentes é o domingo, e o melhor é a terça-feira. Essas são algumas das conclusões do estudo “Impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas rodovias brasileiras”, feito pelo Instituto de Pesquisa Eco-

nômica Aplicada (Ipea). O mês durante o qual é registrado o maior número de desastres é dezembro, e não o mês de Carnaval, como muitos imaginam. Mas os acidentes não se concentram somente em determinados meses, dias e horas, eles também se repetem nos mesmos locais. Apenas seis, das mais de 70 rodovias federais, responderam por 52% dos desastres no ano passado. A campeã foi a BR-381, co-

nhecida como Fernão Dias, que liga o Espírito Santo a São Paulo, passando por Minas Gerais. Esse resultado era previsível. O segundo lugar, porém, surpreendeu os pesquisadores. Ficou com a BR-450, uma pequena estrada de ligação, que parte de Brasília e tem só 36 quilômetros de comprimento. O levantamento do Ipea já está na segunda etapa, cujo objetivo é quantificar os custos dos acidentes de

trânsito. Para isso, foi criado o Conselho de Acompanhamento do Projeto, que conta com representantes do Denatran, Ministério da Defesa, Ministério da Saúde, Ministério dos Transportes, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Rodoviária de São Paulo, Associação Brasileira de Indústrias Químicas, Associação Brasileira de Transportes Públicos e Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia.

Amazônia

Novas fronteiras do e-commerce

O e-commerce acaba de chegar ao coração da selva Amazônica. A iniciativa foi do Programa Saúde e Alegria, em parceria com o Programa Nacional de Florestas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, que desenvolveu o portal www.mercadoamazonia.com.br, onde são expostos diversos produtos elaborados pelas populações ribeirinhas, indígenas, caboclas e quilombolas. Há a descrição de cada mercadoria, o preço, o prazo de entrega, a localização geográfica dos artesãos e um número de telefone para que o inter-

nauta faça a compra diretamente. Além disso, há um pequeno texto explicando o valor social e cultural de cada produto. As mercadorias são classificadas em oito categorias: alimentos, brinquedos, fitoterápicos, imagens, matérias-primas, moda e acessórios, música e instrumentos musicais, e objetos de decoração. O site traz a direção de arte de Gringo Cardia, designer que assinou cenários de vários sucessos teatrais, e as imagens do famoso fotógrafo de natureza Araquém Alcântara. Vale a pena uma visita, mesmo que seja apenas para desfrutar o visual.

Luiz Claudio Marigo



Monitor das reformas

Com grande parte da força de trabalho do Congresso voltada para as Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito (CPMI), as reformas ficaram em segundo plano, com exceção da reforma política, que precisa ser votada até o final de setembro para vigorar nas eleições de 2006. A ordem de apreciação das diversas partes da reforma já foi estabelecida. O primeiro item da lista será a fidelidade partidária. Se for aprovada, a composição da Mesa Diretora da Câmara e das comissões permanentes será calculada pelo número de deputados eleitos em cada bancada. A medida visa inibir o troca-troca de partidos. Em segui-

da, será votada a proposta de emenda à Constituição que acaba com a obrigatoriedade da verticalização das coligações partidárias, isto é, os partidos não precisarão mais formar nos estados e municípios as mesmas alianças que são feitas em nível nacional. O terceiro item a ser analisado será o projeto de lei que estabelece o financiamento público de campanhas, cria o voto de legenda em listas preordenadas de candidatos, institui as federações partidárias, abranda a cláusula de barreira e muda as regras de pesquisas e de propagandas eleitorais.

Avanços dos países em desenvolvimento



Luiz Antonio Ribeiro/Agência LAR

A cooperação entre países em desenvolvimento não é um fenômeno recente. Em 1955, durante a Conferência de Bandung, na Indonésia, países do chamado Terceiro Mundo, cujos anseios internacionais circulavam à margem do embate Leste-Oeste em plena Guerra Fria, reuniram-se para discutir a descolonização e o neocolonialismo, além de trazer o conceito de desenvolvimento para o centro do debate. O sucesso atribuído à Conferência de Bandung estava muito mais ligado à sua capacidade de identificar espaços no sistema internacional, que poderiam ser utilizados pelos países do Sul, do que às suas vitórias concretas no curto prazo. Nas três décadas seguintes, o tema desenvolvimento passou a ser incluído nos debates internacionais e a demanda por alterações na estrutura internacional tornou-se bandeira dos países em desenvolvimento.

Tendo como pano de fundo a crescente e profunda interdependência entre os países, em junho de 2003 Brasil, Índia e África do Sul uniram-se no Grupo dos 3 (G-3). O grupo totaliza 1,2 bilhão de pessoas, inclui a maior democracia do mundo, tem um Produto Nacional Bruto (PNB) de aproximadamente 1,1 trilhão de dólares e representa cerca de 3% do comércio global.

O G-3 permitiu que os países do Sul tivessem maior reconhecimento internacional, principalmente diante dos países do Norte. Recentemente os ministros de Finanças do G-7 convidaram o G-3 e a China para discutir informalmente, pela primeira vez, o alinhamento de políticas monetárias. Do mesmo modo, outras lideranças do Sul participam das cúpulas do G-8 num esforço de “alinhar”, mesmo que sem grandes pretensões, uma legitimidade que começava a se corroer.

A importância crescente dos países do Sul vai além do discurso e atinge também o comércio e os fluxos de investimento internacionais. Em 1990, 70% das exportações originavam-se em países desenvolvidos e somente 25% nos países em desenvolvimento. No ano 2000, uma nova geografia comercial começa a se delinear, apontando para um novo papel dos países em desenvolvimento. Em 2002 e 2003, além de representarem três quartos do aumento do volume das exportações, os países

em desenvolvimento e em transição foram responsáveis por 60% do aumento do volume de importações, segundo dados da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad, na sigla em inglês) de 2004.

No que tange a investimentos, a média anual dos fluxos de investimento externo direto (IED) provenientes dos países em desenvolvimento passou de 5,5 bilhões de dólares, entre 1980 e 1989, para 59,6 bilhões de dólares, entre 2000 e 2003. O aumento dos fluxos de IED Sul-Sul tem sido motivado por fatores similares ao fluxo Norte-Sul: o aumento da competitividade, oportunidades limitadas de crescimento nos seus mercados e aumento das compras de matéria-prima. Adicionalmente, além dos baixos custos de mão-de-obra e das oportunidades de acesso a mercados, o principal fator para o aumento dos fluxos de IED Sul-Sul aparenta ser a proximidade geográfica e os laços culturais e étnicos. Isso se deve ao fato de que, muitas vezes, o custo de adquirir informação confiável sobre mercados externos pode ser alto, sobretudo para empresas pequenas no Sul. O IED Sul-Sul também se beneficia de incentivos fiscais (entre outros) oferecidos pelos países em desenvolvimento, como acontece na China e na Malásia. O Banco Mundial estima que o IED Sul-Sul continuará a ser significativo nos próximos anos, já que as tendências indicam um aumento dos fluxos nas três grandes regiões em desenvolvimento, África, Ásia e América Latina.

Entretanto, apesar de todos esses avanços e conquistas, o G-3 ainda tem muitos desafios a enfrentar. É crucial que esses países atuem na diminuição das grandes desigualdades sociais, um elemento perverso que impede que os efeitos do bom desempenho comercial resultem em reais benefícios aos mais pobres. Promover a equidade exige um esforço articulado de políticas que incluam, entre outras coisas, melhoria na qualidade da educação, superação das desigualdades raciais e de gênero e promoção do acesso à terra, assegurando uma integração cidadã.

Carlos Lopes é representante no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e da Organização das Nações Unidas (ONU)

“A importância crescente dos países do Sul vai além do discurso e atinge também o comércio e os fluxos de investimento internacionais”

ENTREVISTA

Países em desenvolvimento podem alterar o desenho da geopolítica atual

Joseph Stiglitz



Nova agenda de cooperação

Por **M a y s a P r o v e d e l l o**, do Rio de Janeiro

Joseph Stiglitz é um superstar da economia. Prêmio Nobel em 2001, é professor na Universidade de Columbia, em Nova York. Mas boa parte de seu tempo é dedicada a falar a respeito dos riscos da globalização econômica, em palestras, conferências e reuniões ao redor do mundo em companhia dos mais diversos tipos de celebridade, que ocupam desde os tradicionais meios acadêmicos até os agitados celeiros artísticos. “Não sou contra esse movimento, mas ele precisa ser administrado”, costuma repetir. No início de agosto, ele esteve no Brasil para participar de um seminário do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul, realizado no Rio de Janeiro, e falou com exclusividade a **Desafios** sobre o atual cenário econômico e sobre a cooperação entre os países em desenvolvimento no chamado diálogo Sul-Sul.

de diversos modos, um deles seria um fundo comum para ser usado em caso de emergência

Desafios – O Consenso de Washington forneceu um roteiro liberal para as economias de países em desenvolvimento, o que incluía privatizações e rigor fiscal. O senhor acha que ele serviu para melhorar a vida nesses países?

Stiglitz – O Consenso de Washington já nasceu cheio de erros, e não sou apenas eu quem diz isso. Costumo destacar três pontos principais em relação a essa questão. O primeiro é a importância da equidade para o desenvolvimento, completamente ignorada quando foi elaborado o Consenso de Washington – ela não é sequer citada. O segundo é a relevância do emprego, fundamental para promover a igualdade e para atribuir poder às pessoas, mas desconsiderado no Consenso de Washington. Por fim, também é primordial pensar cada vez mais no papel do Estado. Eu não acredito que os governos devam cuidar de tudo, mas também rejeito totalmente a idéia de que o Estado não precisa fazer nada. É o que costumam chamar de terceira via. Uma das críticas ao consenso é o fato de ter subestimado o papel do Estado. Hoje, percebemos que o consenso, que nasceu como uma solução, não se mostrou uma condição necessária ou suficiente para o sucesso do desenvolvimento.

Desafios – Seria, então, o caso de o Estado ser mais atuante na regulação da economia?

Stiglitz – É o caso de termos a regulação na medida certa, aquela necessária para promover a competição, a governança corporativa e muitos outros aspectos importantes que favoreçam um ambiente positivo para o desenvolvimento. Mas é claro que existem áreas que não necessitam de mais regulação, e aí é melhor não tê-la.

Desafios – De que forma os países em desenvolvimento podem cooperar e criar uma agenda comum de crescimento?

Stiglitz – É bom lembrar que a antiga agenda de desenvolvimento, praticada

até agora, não é necessariamente favorável aos países do hemisfério norte, mas sim aos interesses específicos de algumas pessoas daquela região. Por exemplo, são apenas alguns cidadãos americanos que se beneficiam do protecionismo oferecido pelo governo aos 25 mil produtores de algodão, e não toda a população do país. Isso se repete em todo o mundo. A agenda dominante de comércio não deixa todos os países participarem de forma igualitária do jogo, traz melhorias apenas para uma pequena parcela de cidadãos, tanto do norte quanto do sul. A Cooperação Sul-Sul pode reforçar um redesenho dessas relações e uma nova geopolítica.

Desafios – Como os países em desenvolvimento podem atuar em conjunto?

Stiglitz – De várias formas. Uma delas diz respeito ao intercâmbio de informações. Existe um espaço muito rico para a troca de experiências entre os países desse eixo. Por exemplo, é preciso que sejam conhecidas algumas das medidas que a Índia vem tomando nos últimos anos, com sucesso, para criar empregos. São iniciativas interessantes. Também é um país que consegue criar ações específicas para levar o mercado financeiro a servir todas as partes do país, o que não acontecia antes. Assim como a Índia, cada nação tem suas lições a repassar, e todos têm o que aprender. Há um enorme valor nesse tipo de troca de informações. E não se trata apenas de discutir os exemplos bem-sucedidos, mas também as falhas, de forma a aprender com o conjunto de lições.

Desafios – Algo como redesenhar a geopolítica existente hoje?

Stiglitz – Exatamente, essas discussões globais devem servir para redesenhar a geopolítica. No caso do comércio e dos direitos de propriedade, por exemplo, os países podem se juntar

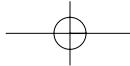
Sem medo de polemizar

Curiosamente, na mesma cidade de Gary, no estado de Indiana, nos Estados Unidos, onde nasceu Joseph Stiglitz em 1943, também nasceu outro prêmio Nobel de Economia, Paul Samuelson, agraciado em 1970. Segundo o próprio Stiglitz, o fato de Gary ser uma cidade com população de maioria negra, ter seu passado ligado ao setor de mineração e haver sofrido com o processo de desindustrialização exerceu influência direta em suas escolhas futuras pelas pesquisas ligadas ao impacto do crescimento econômico, da desigualdade e das falhas de mercado.

Stiglitz percorreu um caminho acadêmico dos mais nobres. Concluiu doutorado no Instituto de Tecnologia de Massachusetts e, em 1970, tornou-se professor titular na Universidade de Yale. Também atuou como professor e pesquisador em Oxford e Cambridge, na Inglaterra, e Princeton, Stanford e Columbia, nos Estados Unidos – na última dá aulas até hoje. Seus estudos econômicos gravitam por diversos campos, entre eles finanças públicas, crescimento, teorias sobre mercados e eficiências das economias capitalistas, distribuição de renda e economia da informação.

Além de trabalhar na academia, Stiglitz exerceu várias funções como consultor econômico. Entre os anos de 1993 e 1997 ocupou o posto de chefe do conselho de assessores econômicos do governo Bill Clinton, na Presidência dos Estados Unidos. A partir de 1997, assumiu a cadeira de economista-chefe do Banco Mundial, de onde saiu em 2000, depois de criticar publicamente as políticas adotadas tanto pelo próprio banco quanto pelo Fundo Monetário Internacional. Ele discordava dos modelos neoliberais impostos aos países em desenvolvimento, que não consideravam prioritários os aspectos humanos.

No final do ano, deve lançar mais um livro, chamado *Administrando a Globalização*, no qual apresentará propostas para uma agenda global mínima pró-desenvolvimento com foco na equidade e em um novo desenho da geopolítica atual.



Daniel Vargas



“A troca de informações entre os países em desenvolvimento tem enorme valor, e não se trata apenas de discutir os exemplos bem-sucedidos, mas também as falhas, de forma a aprender com o conjunto de lições”

e dizer: “É dessa maneira que pensamos que a comunidade global deve seguir”. Com novos debates, será possível ir mudando o formato do modelo de globalização. Os países também podem criar formas efetivas de coope-

ração entre si, tanto no campo do comércio como no das finanças. Um tipo de iniciativa que pode ser pensada nesse sentido é a criação de reservas monetárias nas moedas comuns dessas nações, com menos dólares em caixa. E ainda a criação de uma espécie de pool de reservas, um fundo comum, que possa ser sacado em caso de emergência.

Desafios – No caso brasileiro, qual a possibilidade de sucesso ao se combinar uma política de déficit nominal reduzido, a médio prazo, com a política monetária?

Stiglitz – Parte do problema no Brasil é que a política monetária praticada resultou em taxas de juro muito elevadas e em alta dívida fiscal. Depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos tinham uma grande dívida também, porque tiveram de emprestar muito dinheiro para autofinanciamento. Mas o Banco Central optou por manter as taxas de juro baixas, em parte para limitar os gastos que seriam feitos para pagar o serviço dessa dívida. Esse tipo de pensamento não parece estar muito em voga hoje em dia. Então, o que as taxas de juro causam hoje é um problema orçamentário muito difícil para o Brasil, pois existe um custo altíssimo para pagar o serviço da dívida. Há várias saídas para essa situação. Um exemplo seria captar recursos de depósitos diretos, em vez de emitir títulos. Outra coisa que pode ser feita é forçar a queda, é o governo dizer que vai colocar dinheiro somente nos bancos que reduzirem seus spreads.

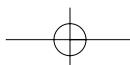
Desafios – No mês passado, houve um intenso debate no Brasil sobre a proposta de inscrever na Constituição que a meta do governo deve ser, dentro de algum tempo, zerar seu déficit, sendo capaz inclusive de pagar os juros da dívida pública. Qual sua avaliação a respeito desse tipo de medida?

Stiglitz – Eu entendo bem a preocupação que os elevados déficits causam quando duram muito tempo, principalmente porque geram problemas para as gerações futuras, e que economistas e governantes busquem soluções

como essa, mas é bom lembrar que podem não funcionar como planejado. É só olhar para a União Europeia e verificar o descontentamento com a regra fixada pelo Tratado de Maastricht, que impede os países-membros de apresentar déficit superior a 3%. A maior parte das pessoas por lá acredita que é um grande erro. Para tentar resolver a questão, buscam redefinir o conceito de déficit. Portanto, eu acredito que fixar metas rígidas de déficit nominal em Constituição é um erro grave. Eu lutei muito nos Estados Unidos contra esse tipo de pensamento, contra um limite constitucional. A ironia é que os principais proponentes da ideia de um limite eram os republicanos, que hoje em dia são os grandes responsáveis pela situação deficitária do país. Existem outras saídas mais inteligentes para resolver o problema orçamentário.

Desafios – O senhor acredita ser necessário e possível que os países em desenvolvimento façam controle de ingresso e saída de capitais nos dias de hoje e no futuro?

Stiglitz – Existem casos em que esse tipo de mecanismo funcionou muito bem, como no Chile, que controlou o fluxo, e na Malásia, que cuidava da saída de capitais. Mas nunca devemos esquecer dois itens muito importantes, mesmo quando não há problemas de fluxo de capitais: entradas de capitais de curto prazo não provocam o crescimento econômico rápido. Não dá para construir fábricas com o dinheiro que entra num dia e sai no outro. O segundo ponto é que o fluxo de capital de curto prazo pode contribuir enormemente para a instabilidade econômica. Muitos economistas argumentam que só é possível atrair investimentos estrangeiros quando existe um mercado de capitais aberto, inclusive no caso do curto prazo. Mas está errada essa afirmação. A China tem controle de entrada de capitais e atrai muito mais investimento direto estrangeiro do que qualquer outro país em desenvolvimento. **d**



Vira Lata



PETROBRAS

Publi Editorial

Fabricar telhas ecológicas com papelão retirado da reciclagem do lixo e banhado em betume asfáltico é o próximo objetivo do Projeto Vira Lata, que reúne 56 catadores de lixo e recolhe entre 50 e 60 toneladas de material reciclável por mês na cidade de São Paulo. A expectativa dos catadores, organizados em uma cooperativa, é produzir 20 mil telhas por mês, ao preço médio de 5 reais a unidade, o que dará um faturamento de 100 mil reais mensais. O lucro deve ser dividido entre os cooperados. O novo passo foi possível por meio da parceria firmada em 2004 com a Petrobras, que escolheu o projeto como um dos beneficiados pelo Programa Petrobras Fome Zero.

A companhia financiou a construção da fábrica de telhas, em um galpão de 600 metros quadrados, o treinamento dos operadores e a aquisição dos equipamentos necessários e dos veículos para transporte. “Temos mercado para isso em São Paulo, já que, por enquanto, não existe nenhuma fábrica desse produto na cidade. Trata-se de um material ecológico que funciona como ótimo isolante térmico, excelente na redução de ruídos, leve, flexível e mais barato do que as telhas convencionais”, afirma o presidente da associação, Wilson Santos Pereira. Segundo ele, com a implantação da fábrica será possível aumentar o número de cooperados para, pelo menos, 100 pessoas. O valor recebido por cada catador, hoje entre 250 e 500 reais mensais, também deve dobrar.

O trabalho do Projeto Vira Lata existe há seis anos, mas, desde o ano passado, a Associação Vira Lata, entidade sem fins lucrativos, ganhou

uma estrutura melhor ao conquistar o apoio da Petrobras. A empresa doou um caminhão e uma perua para coleta do material reciclável, providenciou uniformes e equipamento de segurança para os catadores e viabilizou a compra de uma bancada de separação de materiais, usada dentro do galpão da cooperativa. “A Petrobras entrou para dar qualidade e estrutura ao nosso projeto. Além disso, ganhamos maior respeitabilidade perante a sociedade”, diz Pereira. Ao todo, a companhia repassou cerca de 600 mil reais para a associação.

A proposta do Projeto Vira Lata é combater a exclusão social e a degradação do meio ambiente. Para isso, gera renda e promove a auto-estima e a dignidade dos catadores que antes trabalhavam sozinhos, sem nenhum tipo de apoio, ou estavam desempregados. O projeto também realiza um trabalho de educação ambiental nas escolas públicas e particulares de São Paulo com professores, alunos e pais.

O apoio da Petrobras ao projeto foi conquistado em um processo de seleção pública realizado pela companhia no ano passado. Em setembro de 2003, a Petrobras se comprometeu a investir 303 milhões de reais, até o final de 2006, em ações de combate à miséria e à fome. Dentro do Programa Petrobras Fome Zero, a empresa apóia cerca de 1.000 projetos sociais, com prioridade para iniciativas que atuem em educação e qualificação profissional, geração de emprego e renda, garantia dos direitos da criança e do adolescente, empreendimentos sociais e voluntariado.



Catadores do Projeto Vira Lata recebem apoio da Petrobras na fabricação de telhas ecológicas



Divulgação

O iuane e a inserção externa da China

Divulgação



A pequena valorização da moeda chinesa, o iuane, em 2% em relação ao dólar norte-americano, ocorrida em julho último, levou muitos analistas a considerar que essa mudança foi mais um ato simbólico em resposta às pressões americanas, e que as autoridades chinesas permanecem interessadas em manter o iuane desvalorizado. Analisando o papel que o iuane vem exercendo no padrão de inserção internacional da China, particularmente nos fluxos de investimentos diretos externos, é possível entender a cautela chinesa.

A partir de meados dos anos 80, quando os Estados Unidos decidiram reverter a grande valorização do dólar, os japoneses, que haviam obtido elevados superávits comerciais com aquele país, viram sua moeda valorizar-se, afetando suas exportações e causando muitos prejuízos a seus bancos e corretoras. Esse período de valorização do iene ante o dólar deu início ao movimento de deslocamento da indústria japonesa para os países da região. Nessa mesma época, a China já contava com uma moeda desvalorizada, completava sua primeira década de crescimento acelerado e implementava com êxito seus programas de reforma econômica, combinando uma estratégia exportadora agressiva com uma política de atração de investimentos diretos externos para as Zonas Econômicas Especiais (Zees).

De 1985 a 1995, período em que a moeda japonesa permaneceu fortemente valorizada em relação ao dólar norte-americano, a China, assim como outros países asiáticos, beneficiou-se dos investimentos diretos japoneses, de Hong Kong e de Cingapura e também do comércio regional associado a esses investimentos. O Japão foi o grande fornecedor de bens de capital para a China e para os dez países da Associação dos Países do Sudeste Asiático (Asean, da sigla em inglês) e para a Coreia, com os Estados Unidos transformando-se nos maiores importadores líquidos da produção manufatureira regional. Em 1995, com a desvalorização do iene frente ao dólar, diminuíram os investimentos diretos japoneses vinculados às exportações asiáticas para terceiros mercados, particularmente para os Estados Unidos,

com impacto negativo na dinâmica regional.

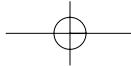
Como esses países tinham regimes cambiais vinculados ao dólar, a valorização da moeda norte-americana levou à valorização real das principais moedas asiáticas. Um ano antes o iuane havia sido desvalorizado e o governo chinês decidiu que manteria a taxa fixa nominal de câmbio do iuane/dólar. A partir de então, a China passou a deslocar os produtores do Asean, a receber elevados montantes de investimentos diretos americanos e a constituir-se num grande mercado asiático; a estabilidade do iuane passou a contrapor-se à instabilidade do iene ante o dólar e a política de sustentação de sua taxa nominal de câmbio a partir de 1997 ajudou na superação da crise asiática, evitando a corrida cambial, além de afirmar a estabilidade da moeda-chave para o comércio regional.

A estratégia de desenvolvimento da China tem sido baseada, de um lado, na expansão de seu mercado doméstico e no crédito interno. A indústria doméstica tem papel relevante no crescimento global da economia. A exportação de produtos industrializados garante a geração de divisas, o que mantém o ritmo da modernização. Nesse sentido, a política de abertura do país, mediante a atração de investimentos diretos estrangeiros, resultou num padrão de inserção internacional bastante diferenciado em relação à maioria dos países em desenvolvimento. A estabilidade cambial obtida com a formação de reservas em dólar foi pedra angular dessa estratégia, além de reafirmar a liderança da China na Ásia.

Talvez por isso o porta-voz do Banco Central da China, quando perguntado se o governo chinês continuaria a valorizar o iuane, tenha respondido que o gradualismo é um dos princípios mais importantes da reforma nos mecanismos de estabelecimento da taxa de câmbio na China. Ele também afirmou que impactos negativos de uma grande valorização sobre a economia, especialmente sobre bancos e exportadores, não atenderiam aos interesses fundamentais do país.

Luciana Acioly é pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

“A estabilidade cambial obtida com a formação de reservas em dólar foi pedra angular da estratégia de atração de investimentos, além de reafirmar a liderança da China na Ásia”

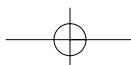


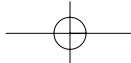
EDUCAÇÃO

Por **Eliana Simonneti**, de São Paulo

Por uma nova escola

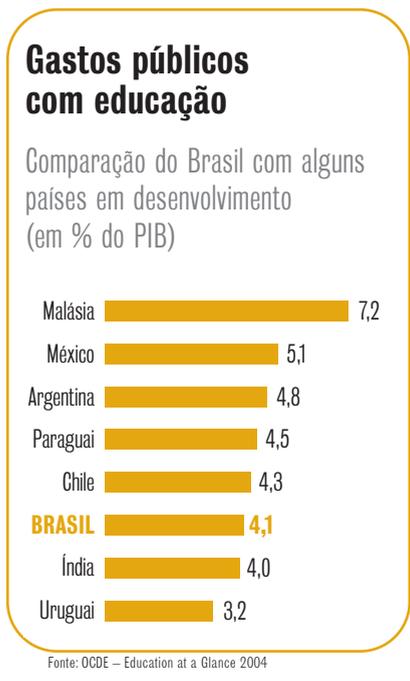
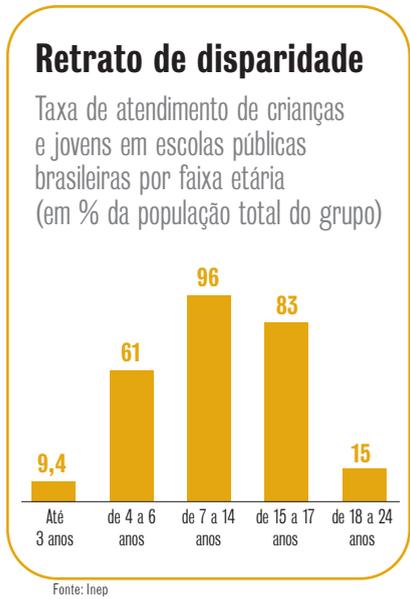
Desconhecimento da realidade e disputa de recursos entre estados e municípios podem prejudicar o debate sobre a qualidade do ensino, e a decisão do Congresso acerca da criação de um novo fundo de financiamento para a rede pública





Uma questão deveria estar atraindo a atenção de todos, pois diz respeito principalmente às crianças, aos jovens e ao futuro do país. É a que envolve o atendimento mais abrangente e de melhor qualidade na rede pública de ensino. Hoje os indicadores brasileiros são piores do que os da Argentina, os do Uruguai e os do Chile, para ficar só na América do Sul. “O Brasil é um país rico, mas está muito atrasado. Nossas escolas têm quadro-negro e carteiras, mas estão se arrastando. É essencial que a sociedade se mobilize para que haja avanços rápidos no que diz respeito à qualidade de ensino”, diz Cláudio Moura e Castro, um dos maiores especialistas em economia e educação do país, que foi consultor do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Organização Internacional do Trabalho. Ele lançou em agosto o livro *Crônicas de uma Educação Vacilante*. “Considerando nossa renda per capita, deveríamos ter um ensino muito mais qualificado”, diz.

O Brasil atravessa um período crítico nessa área especialmente porque a fonte de recursos que vem sendo utilizada para a manutenção do ensino público fundamental vence em 2006. É o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), criado com o objetivo de universalizar o acesso ao ensino fundamental em 1996, com validade de dez anos. O governo federal enviou ao Congresso a proposta de criação de um novo fundo, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), para substituir o sis-



tema em vigor. Tem qualidades e falhas. Demanda o envolvimento de todos para que sejam feitos ajustes antes da votação.

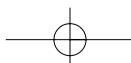
Hoje o giz, o salário dos professores, praticamente tudo o que diz respeito ao ensino fundamental é financiado pelo Fundef. Trata-se de um fundo que, além de transferir recursos para escolas públicas estaduais e municipais, equilibrando a situação em regiões mais pobres e mais ricas, redefiniu o papel da União, dos estados e dos municípios na oferta do ensino obrigatório e gra-

tuito. Entretanto, ao privilegiar o acesso universal ao ensino fundamental, deixou de lado a concepção de educação básica contida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – que compreende a educação infantil, fundamental e média como um único bloco – e, dessa forma, foi central para a ampliação da demanda pelo ensino médio sem que houvesse previsão de como atendê-la. Fez crescer o número de jovens que passaram para o nível médio e não estava preparado para atender a todos.

Segundo o ministro da Educação Fernando Haddad, “ao tratar exclusivamente do ensino fundamental, o Fundef acabou prejudicando o próprio ensino fundamental. A criança que não foi preparada na pré-escola não consegue enfrentar o currículo escolar. Além disso, fica desestimulada quando chega à oitava série sem a oportunidade de continuar os estudos no ensino médio. Portanto, entra no ensino fundamental despreparada e sai desestimulada. O Fundeb busca corrigir esse problema ao financiar todos os níveis da educação básica” (veja ao lado gráfico com a taxa de atendimento do ensino público por faixa etária).

Há outras críticas ao Fundef. “Criou-se uma ilha de prosperidade na educação fundamental e as outras áreas ficaram abandonadas. A capacidade de estados investirem no ensino médio ficou estrangulada”, diz Ricardo Paes de Barros, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). De acordo com Naércio Menezes Filho, professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e da faculdade do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), “a transferência de recursos teve impacto positivo apenas no sistema municipal da região Nordeste, onde a infra-estrutura era mais deficiente. Além disso, como não se definiu que a progressão salarial dos professores depende de sua produtividade e dedicação, os melhores profissionais tendem a migrar para as escolas privadas”.

Disparidades A proposta de criação do Fundeb é uma oportunidade de cobrir lacunas deixadas pelo Fundef (veja quadro comparativo entre os dois fundos na pág. 18). Em seus ensaios para a elaboração do



A distribuição da verba para a educação pública é feita de acordo com o número de

texto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC), o Ministério de Educação (MEC) pretendia que isso ocorresse, mas nas negociações, que levaram cerca de dois anos, muita coisa mudou. Na forma como foi enviada ao Congresso, a PEC 415/05 não contempla muitas necessidades. “O Fundeb não é muito original em comparação ao Fundef quanto ao tipo de recurso que entra ou não no fundo. Representa apenas um rearranjo das finanças educacionais

no interior de cada estado e seus municípios”, diz Jorge Abrahão, pesquisador do Ipea que se dedica à questão. “Permanece sem solução o problema redistributivo regional. O diferencial entre São Paulo e Maranhão, por exemplo, é muito forte e continuará assim.” Isso porque a distribuição é feita de acordo com o número de crianças matriculadas por escola, sem considerar necessidades específicas acumuladas ao longo dos tempos em cada região.

A disparidade entre os estados é gritante. E pode ser verificada também entre municípios de um mesmo estado.

Para ficar no exemplo citado por Abrahão, o Maranhão ostenta a terceira maior taxa de analfabetismo da região Nordeste, cuja média nesse quesito é o dobro da nacional. Tem a pior taxa de escolaridade e o mais baixo percentual de pessoas que chegam ao ensino superior. Além disso, possui altíssimo déficit educacional de gerações

Parâmetros relevantes do atual Fundef e da proposta de Fundeb

Parâmetros	Fundef	Fundeb
Duração	10 anos (até 2006)	14 anos (a partir da promulgação até 31 de dezembro de 2019)
Abrangência (etapas e modalidades)	ensino fundamental	Pré-escola, ensino fundamental e médio (excluiu creches)
Beneficiários	31 milhões de alunos	47,2 milhões de alunos (a partir do quarto ano de vigência)
Fontes de recursos	Subvinculação: 15% de contribuição de estados e municípios: FPE; FPM; ICMS; IPIexp e desoneração de Exportações (LC 87/96)	Subvinculação: 16,25% no 1o ano; 17,50% no 2o ano; 18,75% no 3o ano; 20% a partir do 4o ano sobre: FPE; FPM; ICMS; IPIexp e desoneração de Exportações (LC 87/96)
	Complementação do governo federal (não existe parâmetro na CF que assegure o montante de recursos)	Subvinculação: 5% no 1o ano; 10% no 2o ano; 15% no 3o ano; 20% a partir do 4o ano sobre: ITCMD; IPVA; IT; e IR(municipal e estadual) Complementação do governo federal (não existe parâmetro na proposta que assegure o montante de recursos). GF se comprometeu a aplicar de R\$ 1,9 bilhões no primeiro ano até R\$ 4,3 bilhões no quarto ano. Limita em 30% o valor dos recursos da vinculação federal para a complementação federal.
Critérios de distribuição dos recursos – de acordo com número de alunos	Nº de alunos do ensino fundamental regular e especial, de acordo com dados do Censo Escolar do ano anterior.	Nº de alunos da pré-escolar, fundamental e médio, de acordo com dados do Censo Escolar do ano anterior. Escala de inclusão: (i) alunos do ensino fundamental regular e especial, 100% a partir do 1º ano; e (ii) alunos da educação pré-escolar, ensino médio e EJA: 25% no 1º ano; 50% no 2º ano; 75% no 3º ano e 100% a partir do 4º ano.
Critérios de redistribuição – de acordo com o valor mínimo nacional por aluno/ano	Fixado anualmente com diferenciação de séries (quatro iniciais e finais), rural/urbano e educação especial	Fixado anualmente com diferenciações previstas para: pré-escola; ensino fundamental de acordo com as séries Iniciais e finais, urbanas e rurais; ensino médio rural e urbano; ensino médio profissionalizante; EJA; educação especial; educação indígena e de quilombolas
Critério para utilização dos recursos	Mínimo de 60% para remuneração dos profissionais do magistério. O restante para MDE do ensino fundamental	Mínimo de 60% para remuneração dos profissionais do magistério. O restante para MDE de pré-escola, ensino fundamental e médio. Não diz nada a respeito da remuneração dos demais profissionais da educação.

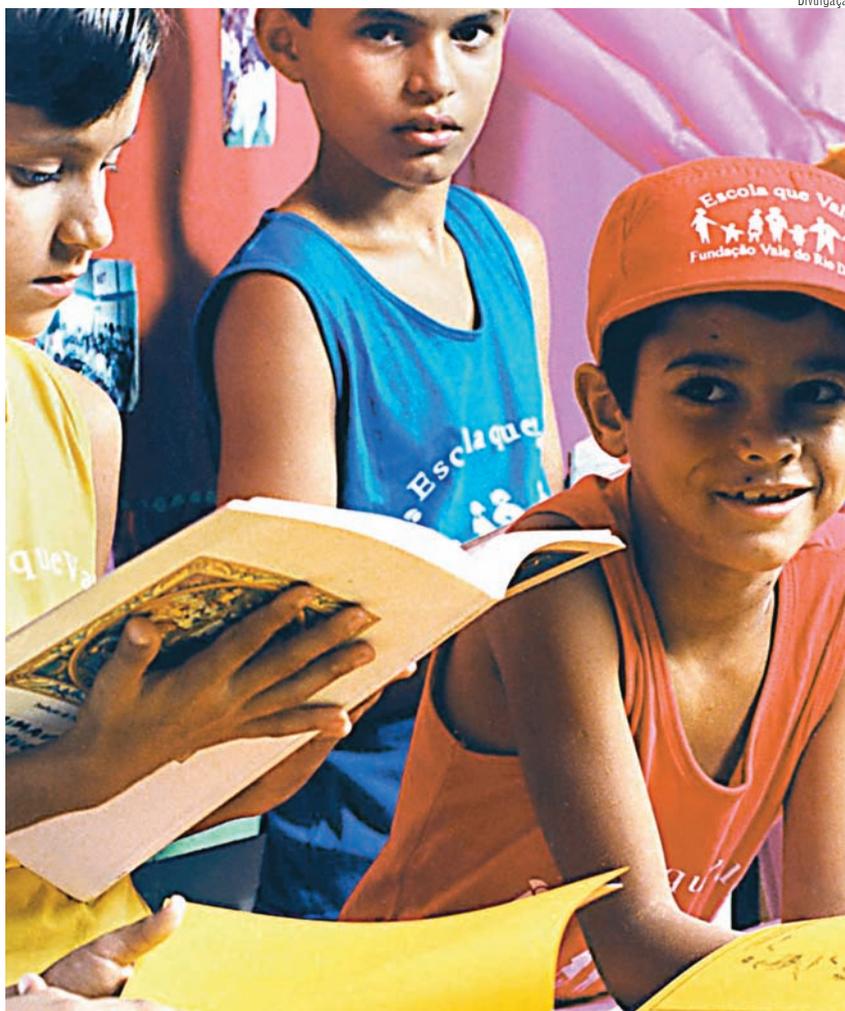
Fonte: PEC do Fundeb
Elaboração Disoc/Ipea, adaptada do site www.mec.gov.br

crianças matriculadas por escola, sem considerar necessidades de cada região

passadas. São Paulo, por sua vez, tem índices semelhantes aos da França. A Secretaria de Educação custeia cursos de mestrado para professores da rede pública e pretende que até o final deste ano todas as suas escolas tenham laboratório de informática (atualmente, a taxa é de 65%).

Segundo Beatriz Scavazza, coordenadora da Rede do Saber, um projeto de formação continuada que envolve 300 mil trabalhadores em escolas estaduais paulistas, “usando a tecnologia diminuimos nossos custos em 70%, obtivemos melhores resultados e estamos mudando a atitude das pessoas”. Mas também há problemas. A Secretaria de Educação de São Paulo despejou cerca de 200 projetos sobre sua rede de 5,7 mil escolas – de meio ambiente, coleta de lixo, e por aí vai. “Os diretores e os professores estão sucumbindo frente a tantas tarefas. A questão das prioridades está muito confusa”, diz Maria das Mercês Ferreira Sampaio, professora de Educação: História, Política, Sociedade, do programa de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), que leciona para professores estaduais e orienta uma tese sobre os novos projetos da rede paulista.

Prioridade O MEC, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), realizou uma pesquisa sobre a relação entre a família e a escola e constatou que os segmentos mais pobres da população contam com escolas simples, pequenas, desprovidas de infraestrutura e que oferecem exclusivamente o ensino formal, ao passo que classes de renda mais elevada desfrutam de infraestrutura e boa qualidade de ensino. “Uma política de educação não é como uma plantação de milho, que se colhe em quatro meses. Corremos o risco de sucatear o ensino fundamental aumentando a abrangência do ensino público obrigatório. O governo deveria priorizar a consolidação do que já foi alcançado”, diz Rose Neubauer, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), que foi secretária de Educação paulista. “Não temos sequer um estu-



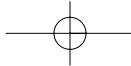
Alunos da Escola Que Vale, no Pará, que recebe o apoio da Fundação Vale do Rio Doce, uma das muitas ONGs que contribuem para melhorar o ensino no país

do que mostre com clareza a situação em que nos encontramos.” Neubauer considera arriscada a expansão da obrigatoriedade para o ensino médio e infantil e o financiamento do Estado às escolas desses níveis.

Num estudo de campo em escolas gaúchas, Marta Sisson, professora de Administração da Educação e coordenadora do Projeto Integrado de Gestão da Escola Básica da PUC do Rio Grande do Sul (PUC-RS), descobriu que, em regiões mais pobres, a maior parte dos recursos destinados à educação é aplicada em transporte e em merenda, em detrimento da qualidade de ensino. Criou-se, assim, um modelo de escola com função de assistência social; pro-

blemas sociais, como é o caso da gravidez na adolescência, têm de ser enfrentados por profissionais despreparados; e, embora estejam equipadas com computadores, as escolas não estão se modernizando no ritmo necessário. Essa é a média. Há exceções e elas são construídas pela criatividade e pelo empreendedorismo de alguns indivíduos. “A importância das pessoas para a qualidade do ensino é enorme”, afirma Sisson.

Quem põe a mão na massa sabe que os pesquisadores estão corretos. “Vivemos 500 anos sem uma política consistente para a área da educação. Temos muitos Brasis dentro do Brasil. Os profissionais não estão preparados para lidar com tamanha com-



É evidente a necessidade de mais recursos para a educação e os valores ainda



Escola pública de qualidade resulta de boa administração, pessoal capacitado e material farto. A desigualdade dificulta sua disseminação no país

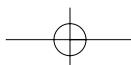
plexidade, estão acuados com a violência, sem condições físicas e psíquicas de preparar aulas dinâmicas que atraiam os alunos e melhorem seu aproveitamento. Estamos começando a construir os próximos 500 anos da história da educação e estamos angustiados”, diz Eunice Carvalho, que atua na rede estadual paulista desde 1981, é formada em Letras e Pedagogia, tem mestrado em Educação e Informática, é supervisora de ensino e leciona.

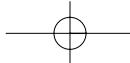
Instabilidade Outro problema apontado por Abrahão do Ipea: “A proposta de emenda constitucional incluiu apenas a definição da complementação do governo federal para até o quarto ano do fundo. Além disso, não o fez em termos de participação percentual, mas de valores nominais”. Isso significa que o valor pode ser corroído pela inflação ou reduzido por políticas casuísti-

cas. “O grande receio é que o governo federal vá paulatinamente se desincumbindo de aplicar recursos no Fundeb. Sem a complementação da União em nível suficiente, as desigualdades regionais tenderiam a manter-se ou a aumentar”, adverte Abrahão. E mais: “Na atual proposta, faz-se menção a valores de aluno/ano, mas não ao critério definidor desses valores – questão extremamente relevante, uma vez que a política de financiamento deve buscar garantir um mínimo de investimento por criança, baseado em padrões de qualidade adequados”. Segundo ele, “o ministério não avançou na pesquisa dos custos e da qualidade da rede pública, o que é temerário, já que é evidente a necessidade de maior aporte de recursos para a educação e os valores de investimento per capita ainda não foram definidos pelo governo – que levará em conta as possibilidades fiscais” (veja gráfico

que compara o investimento do Brasil em educação com o de outros países na pág. 17).

Em agosto, Robert Evan Verhine, especialista em economia da educação e pesquisador do Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público da Universidade Federal da Bahia (UFBA), apresentou ao MEC o relatório de uma investigação feita em oito estados para determinar o custo por aluno em escolas públicas de qualidade, definidas com base em indicadores como infra-estrutura, relação entre número de estudantes e professores e qualificação do corpo docente. Chegou a um valor muito superior ao estabelecido pelo Fundef: na média, o gasto necessário para garantir educação de qualidade é 2 mil reais por aluno ao ano – atualmente, essa quantia varia de 800 reais (em regiões mais pobres) a 1,6 mil reais (em estados como São Paulo), o que resulta num investimento médio de cerca de





não foram definidos pelo governo, que levará em conta as possibilidades fiscais

1.000 reais no país como um todo.

Com a inclusão no Fundeb das escolas infantis e de ensino médio, cujo custo é mais elevado, o problema da qualidade tende a agravar-se. “O Brasil tem de investir muito mais em educação e isso não vem acontecendo”, constata Verhine. A questão é que, embora a educação seja prioridade, o Brasil não pode gastar mais do que tem. “A distribuição dos recursos existentes de forma homogênea é positiva, mas os debates não podem ser desvinculados do Orçamento. É preciso cuidado com a idéia de que o dinheiro é a solução para todos os problemas”, diz Reynaldo Fernandes, diretor-geral da Escola de Administração Fazendária (Esaf), órgão do Ministério da Fazenda. Fernandes é autor de outro ensaio sobre o custo da educação no Brasil (veja tabela dos custos abaixo), denominado “Sistema Brasileiro de Financiamento à Educação Básica: principais características, limitações e alternativas”.

Atraso O caso é sério e merece atenção. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 61 milhões de brasileiros têm idade inferior a 18 anos e 45% deles vivem em famílias com renda de até meio salário mínimo. O contingente de jovens brasileiros é maior do que a população total da Argentina. Todos os anos o país gera 70 mil jovens de 15 anos incapazes de ler ou escrever um simples recado – o que representa entre 40% e 50% do número de analfabetos gerados anualmente na América Latina, segundo estima-

Um cenário de dificuldades

Ensaio mostra que 2.455 cidades brasileiras terão resultado financeiro negativo com o Fundeb. Veja onde elas estão localizadas

UF	nº municípios	UF	nº municípios
AC	11	PB	95
AL	46	PE	87
AM	35	PI	87
AP	5	PR	177
BA	174	RJ	30
CE	69	RN	74
ES	36	RO	24
GO	109	RR	8
MA	110	RS	221
MG	387	SC	132
MS	41	SE	35
MT	67	SP	266
PA	65	TO	64

Fonte: Confederação Nacional de Municípios (CNM)

tivas de Paes de Barros, do Ipea. Por tudo isso, o país tem uma das sociedades mais desiguais do planeta. “O Brasil está tremendamente atrasado em termos de educação. A geração nascida no Brasil em 1975 foi a primeira a alcançar uma escolaridade média de oito anos de estudo. No Chile essa marca foi obtida pelos que nasceram em 1945. Os chilenos nascidos em 1975 têm,

em média, 11 anos de escolaridade – o que, no ritmo atual, somente os brasileiros nascidos em 2006 terão”, diz Paes de Barros. “E 40% da desigualdade de remuneração entre os trabalhadores deve-se à escolaridade.”

A superação desse problema requer educação para todos, com qualidade. “O avanço da educação em termos quantitativos não se sustenta frente à situação de iniquidade e de disparidade na sociedade brasileira”, diz Silvio Kaloustian, oficial de projetos do Fundo das Nações Unidas para a Criança (Unicef, na sigla em inglês). “A sociedade brasileira apresenta todas as condições para alcançar, no médio prazo, resultados relevantes para a garantia de uma escola pública de qualidade para todos os meninos e as meninas, o que é essencial para o cumprimento das Metas do Milênio estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) até 2015.” O escritório do Unicef em Pernambuco associou-se à prefeitura de Cabo de Santo Agostinho e ao Centro de Cidadania Umbu-Ganzá para a implantação de um projeto denominado Ampliando Horizontes, que proporciona atendimento a crianças e adolescentes egressos das ruas e do trabalho infantil, e a seus familiares.

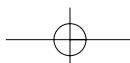
No município de Cabo de Santo Agostinho, onde surgiu, o Ampliando Horizontes envolve 4,9 mil estudantes que permanecem na escola durante todo o dia. Para que o atendimento tivesse resultado, houve a necessidade de formação de educadores e de profissionais que trabalhassem com as 2,5 mil famílias dessa turma, cuja renda varia de 25 a 183 reais mensais, e cuja esco-

Estimativa do custo da educação

Gasto aluno/ano (R\$ de 2003)	958,07	958,07	1.201,82	1.518,22	1.894,46
Nível de ensino	Creche	Pré-escolar	de 1ª a 4ª série	de 5ª a 8ª série	Ensino médio

Obs.: Os valores de gasto aluno/ano estimados são de 1996 (ano de divulgação da POF). Para trazer esses valores para reais de 2003 foi utilizado o INPC, dados mensais fornecidos pelo IPEADATA. Note que não foi possível identificar qualquer diferença estatisticamente significativa entre os gastos com creche e pré-escola e por essa razão ambas as etapas têm o mesmo fator relativo.

Fonte: “Sistema Brasileiro de Financiamento à Educação Básica: principais características, limitações e alternativas”, de autoria de Reynaldo Fernandes, diretor-geral da Esaf e professor licenciado do Departamento de Economia da Fearp/USP; Amaury Patrick Gremaud, diretor-geral-adjunto da Esaf e professor licenciado do Departamento de Economia da Fearp/USP; e Gabriel Ulyseu, técnico da Esaf e mestre pelo Departamento de Economia da PUC/RJ, de julho de 2004.



A sociedade civil e a educação

Instituições e as organizações não-governamentais também contribuem para o avanço da qualidade nas escolas públicas brasileiras

“Nos próximos dez anos a questão do ensino básico será resolvida no país. Mais pela multiplicação dos agentes que trabalham na área do que pela ação do governo”, diz Ricardo Young, presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos e participante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Os problemas do ensino público são inúmeros e têm sido minorados com a colaboração dos setores organizados da sociedade. Existem 34,4 milhões de crianças matriculadas no ensino fundamental, mas, segundo dados apurados pelo Instituto Ayrton Senna (IAS), apenas 3,4% delas concluem a 8ª série em oito anos, aos 14 anos de idade. Um curso que deveria ser cumprido em oito anos leva, em média, 10,8 anos para ser encerrado. Considerando a taxa de reprovação de 11,8% e os 8,1% de abandono detectados no Censo Educacional de 2003, os cofres públicos têm um gasto anual de 6 bilhões de reais com a ineficiência do sistema.

O IAS tem dois projetos dedicados a diminuir essas distorções e os seus custos. Um é o Se Liga, que combate o analfabetismo no ensino fundamental, e o outro é o Acelera Brasil, para reduzir a defasagem provocada pela repetência.



Aula do projeto 'Acelera' em Goiás

Eles foram adotados como políticas públicas nos estados de Goiás, Pernambuco, Tocantins, Paraíba e Sergipe. O Acelera atendeu, desde 1997, mais de 300 mil crianças em 363 municípios. É uma proposta pedagógica de trabalho personalizado. Na média, os aprovados avançam 1,7 série em um ano. Registra a aprovação de 99,3% ao custo de 13,34 reais por aluno ao mês. O Se Liga foi criado em 2001 com base na constatação de que entre 10% e 35% dos alunos da 1ª à 4ª série não sabem ler nem escrever. Já atendeu mais de 243 mil estudantes em 519 municípios. Tem um índice de aprovação de 95,5%, ao custo de 8,34 reais por aluno ao mês. O estado de Goiás economizou 143,6 milhões de reais entre 1999 e 2003. E suas crianças obtiveram quatro pontos a mais nas provas de Matemática do Saeb. O resultado pode ser observado também na reação dos professores. “Antes eu fazia minha parte, mas não puxava os alunos a participar. Minha turma saiu fazendo uns textozinhos direitinhos”, diz Ana Cristina de Farias Soares Lira, professora do Acelera em Carpina, Pernambuco.

Muitas das ações desenvolvidas por governos e ONGs recebem apoio do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da Unesco e do Unicef. Os exemplos são inúmeros, geralmente pouco conhecidos. Alguns são os seguintes. O programa de formação de professores do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) alcançou 1.037 municípios de 17 estados e envolveu 3.402 educadores entre 1999 e o final de 2004. Fez tamanho sucesso que se desdobrou em Núcleos Regionais de Formação. “Também preparamos gestores educacionais e agentes comunitários, produzimos materiais de apoio e participamos de fóruns de definição de políticas públicas na área de educação e proteção social”, diz Zoraide Faustini da Silva, pesquisadora da equipe de Currículo e Escola da organização. A Fundação Belgo, criada em 1988 pela Siderúrgica Belgo Mineira, em parceria com as secretarias de ensino municipais, envolve a comunidade — o educador, o funcionário, o aluno e sua

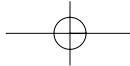


Ana Cristina Lira e seus alunos do projeto Acelera em

família, em seu Programa Ensino de Qualidade para melhorar a gestão e a qualidade da aprendizagem. A Santista Têxtil mantém desde 2001 o programa Ação pela Vida, que atende cerca de 10 mil crianças em seis escolas de ensino fundamental e médio em Sergipe, Pernambuco e São Paulo. Atua na recuperação de instalações.

Em outra seara, o projeto Literatura, do Instituto Robert Bosh, promove brincadeiras e apresentações de histórias em sala de aula que estimulam a imaginação e a criatividade das crianças da Escola Municipal América da Costa Sabóia de Curitiba, no Paraná, em fase de pré-alfabetização. “Temos uma longa tradição na formação de pessoas e, em parceria com as escolas públicas, incrementamos suas atividades”, diz Carlos Abdalla, diretor administrativo do instituto, cujo investimento social e cultural em 2005 é de 4 milhões de reais. A Fundação Bunge tem o projeto Leitores do Amanhã, de contadores de histórias. E a universidade paulistana Uninove distribui livros e promove encontros com os autores, com direito a autógrafos, em seu projeto Sementeira. “Para nossos alunos a experiência é ótima, um capital intangível”, diz Paula Góes, que coordena os projetos sociais da Uninove.

O Instituto Sangari do Brasil, com sede em São Paulo, é o braço de uma fundação com mais de 40 anos de trabalho em 13 países. Promove a qualidade da educação científica. Há sete anos no



Fotos Fábio Corrêa/IAS

Pernambuco: "Textozinhos direitinhos"

Brasil, mantém, entre outros, o programa Ciência e Tecnologia com Criatividade para o Ensino Fundamental, voltado para os sistemas públicos de ensino. A Futurekids do Brasil atua em parceria com as prefeituras de Avaré, Guaratinguetá e Lorena, no interior paulista. Leva laboratórios de informática a 49 escolas e oferece acesso às novas tecnologias a crianças que estudam longe dos centros urbanos. Monitores orientam os professores a utilizar os recursos disponíveis. E o parque Hopi Hari recebeu 1,7 mil professores desde o início de 2001, em uma parceria firmada com a Secretaria Estadual de Educação paulista. "Muitos professores trazem seus alunos sem estar preparados para aproveitar o que os brinquedos podem oferecer", diz Márcio Miranda, coordenador pedagógico do projeto educativo. Ele orienta os mestres a dar aulas de física na montanha-russa, por exemplo. E as instalações da estação de Belo Horizonte da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) transformaram-se também em espaços de mobilização e de aprendizado. Compõem o projeto Educação nos Trilhos, uma iniciativa da Fundação Vale do Rio Doce, da Fundação Roberto Marinho e do Canal Futura. A Fundação Vale do Rio doce também mantém o projeto Escola Que Vale, no Pará.

Educação de qualidade tem reflexo em diversas áreas da vida

laridade, quando muito, chega à 4.ª série do ensino fundamental – mais da metade dos familiares dos estudantes jamais sentaram num banco de escola. Hoje as crianças passam o dia todo na escola, têm atendimento personalizado, o nível de frequência aumentou e elas mostram maior facilidade na compreensão de textos e no relacionamento familiar. "Agora eu estudo e não preciso ficar na rua carregando frete. Aprendo um pouco de tudo, até espanhol. Sou inteligente e quero ter um futuro melhor", diz Willames França da Silva, de 13 anos, que frequenta a turma da 4.ª série.

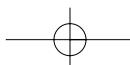
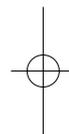
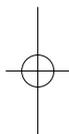
Atualmente, o Centro de Cidadania Umbu-Ganzá e o Unicef, articulados com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania do governo do estado e com a Associação Municipalista de Pernambuco, desenvolvem um projeto semelhante, o Educação de Qualidade: com Respeito à Diversidade, que abrange 15 municípios da Zona da Mata, onde está sendo implantada a educação integral. "Aprendi uma nova maneira de caminhar, de ver o ser humano, respeitá-lo em suas diferenças, e passei a acreditar que podemos construir uma sociedade mais justa", diz Erineide Dantas, coordenadora pedagógica do projeto do município do Cabo.

Inclusão Educação de qualidade tem reflexos nas áreas mais diversas da vida do ser humano. Integra o indivíduo ao meio social, melhora sua auto-estima, permite sua participação no processo político de forma mais consciente e lhe dá maior autonomia. Outro estudo feito pelo Ipea, no âmbito da cultura, apresentado na mesa-redonda "A economia da cultura no Brasil – os desafios de uma análise integrada", demonstra que uma experiência feita em Minas Gerais melhorou vários de seus indicadores em relação à média nacional. O estado se antecipou na reforma e na descentralização do ensino, em 1990. Hoje Belo Horizonte é uma das capitais onde mais se gasta com cinema, aluguel de fitas de videocassete e compra de livros não didáticos: o dispêndio familiar per capita com cultura é 14%

maior do que a média nacional. Daí se conclui que educação de qualidade faz bem às pessoas e também movimentada a economia. Segundo Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, secretária municipal de Educação de Belo Horizonte e presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), antes da universalização do ensino fundamental, apenas sete de dez crianças entravam na escola, e só três seguiam seus estudos. "O acesso explicitou conflitos. Como a escola pública é para todos, inclui aqueles tachados de 'desordeiros', 'sem condições', 'sem família estruturada', e não só os que têm 'mérito', 'interesse' e 'disciplina'. As dificuldades de aprendizagem sempre existiram. Ficam mais claras quando todos devem permanecer na escola, e isso é um avanço", diz.

Hoje, 96% das crianças brasileiras em idade escolar estão matriculadas em escolas públicas do nível fundamental. Nos últimos dez anos, a ampliação do sistema foi enorme e, como era de esperar, a qualidade do ensino e o aproveitamento dos alunos não evoluíram no mesmo ritmo. A expectativa é que, passado o impacto do aumento do volume de crianças no sistema público de ensino, haja melhora no desempenho de todos. Há indicadores nesse sentido. Atualmente, de acordo com os dados do MEC, mais de 60% dos professores do curso básico em todo o país têm formação superior. Os resultados relativos a 2003 do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), realizado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), revelaram que, entre 41 países, o Brasil apresentou o maior índice de crescimento no desempenho dos alunos nas provas de Matemática e manteve a média em Leitura e Ciências. Mas ainda ocupa uma das últimas posições no ranking internacional e é pequena a proporção dos que apresentam as competências adequadas às séries que frequentam.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), teste aplicado a cada dois anos pelo MEC, informa que, com a universalização do ensino, os resultados se



Hoje apenas 11,7% dos bebês com idade entre zero e 3 anos conseguem uma



Divulgação Fundação Belgo



Ascom SC/O. Nocetti

As imagens mostram (da esq. para a dir.) um aluno de escola municipal de Belo Horizonte, crianças na hora do recreio e da merenda em escolas estaduais catarinenses

mantiveram estáveis – no entanto, as amostras relativas ao último teste são muito diferentes das anteriores, o que torna difícil a comparação dos dados. “A aprendizagem está aquém do desejável. Não se pode tomar como padrão de comparação uma escola que atendia a uma parcela mínima da população”, diz Zoraide Faustini da Silva, pesquisadora da equipe de Currículo e Escola do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), organização não-governamental com sede em São Paulo que desenvolve ações voltadas para a melhoria da qualidade da educação pública.

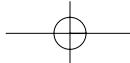
Os desafios são enormes. A jornada escolar média da educação básica, de quatro horas por dia, é baixa se comparada à de outros países. Existe descontinuidade na gestão do projeto pedagógico. Administradores e professores carecem de preparo para lidar com as transformações aceleradas dos tempos modernos. E desigualdades de todos os tipos pioram o quadro. Para dar uma idéia, o investimento público anual por aluno matriculado no ensino fundamental é de 1.000 reais. Em creches, o investimento é, em média, de 168 reais ao ano. “Essa é uma política muito cruel, que

atinge a ponta mais miserável da população e incide sobre uma fase fundamental no desenvolvimento das pessoas”, diz Maria Machado Malta Campos, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e professora da PUC-SP. Entre zero e 3 anos, forma-se não apenas a personalidade, mas também a área cognitiva. Um quadro de desnutrição e de falta de estímulos adequados nesse período tem reflexos por toda a vida.

Interesses O projeto de criação do Fundeb não chega a resolver todos os problemas, mas poderá ser um passo na direção certa. Tudo dependerá dos ajustes resultantes dos debates travados no Congresso, entre parlamentares, governadores, prefeitos e outros interessados na questão, que demandarão muita negociação. Alguns exemplos dos interesses que estão em jogo. O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) defende a necessidade de um grande aporte de recursos do governo federal, com prioridade para o ensino médio (que é de responsabilidade dos governos estaduais). Há experiências, entretanto, que confrontam a linha defendida pelo conselho. É o caso de Antônio Diomário de Queiroz, secretário da Educação, Ciência e Tec-

nologia de Santa Catarina. “O projeto tem muitas falhas. Deixa ao desabrigo a educação de crianças de zero a 3 anos de idade e a formação de técnicos de nível médio. Mas, com uma boa administração, podemos produzir bons resultados, mesmo com pouco dinheiro”, diz. Em Santa Catarina, o ensino público é universal e de qualidade em praticamente todas as escolas. Como? Com o corte de desperdícios. Um caso: os professores que atendiam o balcão da secretaria em 1.333 escolas foram dispensados da função e substituídos por secretários aprovados em concurso. A economia foi aplicada em áreas carentes de recursos, como o Morro do Maciço, região de favela no entorno da capital, Florianópolis. Resultado: a nota de Santa Catarina no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da ONU, em matéria de desempenho, saltou de 7,5, em 1998, para 8,4, em 2004.

A Undime argumenta que muitos municípios perderão com o Fundeb (veja tabela na pág. 21). Outras organizações, como o Fórum Paulista de Educação Infantil, a Ação Educativa e a Fundação Orsa, fazem questão da inclusão das crianças de zero a 3 anos no âmbito do novo fundo. Elas organizaram uma campanha que pleiteia não



vaga em creches públicas. A educação infantil é responsabilidade dos municípios



Ascom SC/O. Nocetti



Divulgação

e uma cena de aula na cidade de Tatuí, no interior paulista: todas buscam melhorar a qualidade do ensino e da administração

apenas a inclusão das creches na PEC. Defende a criação de uma política de financiamento que garanta aos bebês cuidados com saúde, alimentação, período integral, equipe interdisciplinar e espaços adequados ao aprendizado. “As crianças, as mães e os pais têm direito a creche e a pré-escola”, diz José Fernando Silva, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), órgão ligado à Subsecretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. “Esse direito favorece a entrada da mulher no mercado de trabalho e o combate à pobreza. A manutenção de contas superavitárias não pode ocupar o primeiro plano nas preocupações de governo.”

Atualmente, apenas 11,7% dos bebês com idade entre zero e 3 anos conseguem uma vaga em creches públicas. A educação infantil é responsabilidade dos municípios, muitos dos quais nem sequer têm arrecadação significativa. Segundo Fernando Silva, 45 cidades pernambucanas geram menos de 2% de seu orçamento. “Esperar que os prefeitos sejam capazes de cuidar da educação nessas condições é trombar com a realidade”, diz. “É necessário um pacto federativo, uma co-responsabilidade no financiamento à educação infantil.” Segundo

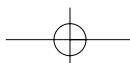
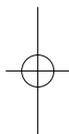
um estudo feito pela Undime, a exclusão das creches do Fundeb beneficia diretamente os estados, que não terão a obrigação de repassar 400 milhões ao ano para que os municípios mantenham suas creches.

O debate em torno desse tema pode impedir a aprovação do Fundeb e prejudicar outros setores. “Talvez fosse mais sensato deixar esse problema para um momento posterior, quando a questão da universalização do ensino básico – que pela proposta do Fundeb fica restrito às crianças de 3 anos até a conclusão do curso médio – estiver solucionada”, pondera Paes de Barros, do Ipea. “É uma área sensível, em que a garantia de qualidade é imprescindível. Não há recursos, no momento, para oferecer um serviço universalizado de bom nível”, completa. E aqui também há casos indicativos de que a boa administração e a criatividade podem contornar problemas que parecem insolúveis.

Na prefeitura de Guarulhos, na Grande São Paulo, segunda maior cidade do estado, onde nascem 22 mil crianças por ano, em pouco mais de quatro anos a secretaria municipal aumentou o número de alunos na rede fundamental de 24 mil para 75 mil. Há 800 crianças tocando violino, 60 corais

e oferece aulas de italiano, inglês e francês, além de outras atividades culturais. Nas creches, o número de crianças saltou de 350 para 10 mil. E as mães que não conseguem vaga recebem 50 reais por mês para ficar com seus filhos – desde que freqüentem semanalmente um centro que lhes forneça orientação sobre saúde e técnicas para a estimulação dos bebês. “Aplicamos em educação os 25% do orçamento determinados por lei, quando historicamente só se investia 16%. Nossa experiência mostra que o sistema público de ensino pode ser de altíssima qualidade”, diz a secretária municipal de Educação, Eneide Moreira de Lima, que também é vice-prefeita.

Abrahão, do Ipea, resume essa ópera da seguinte forma: “Trata-se de uma questão nacional prioritária e complexa. Envolve um sistema grande e heterogêneo, recursos financeiros, humanos e estratégicos. Isso além de interesses políticos. O Brasil precisa educar crianças, jovens e adultos. Há urgência, mas o debate tende a se prolongar”. O fato, entretanto, é que, se não houver acordo em torno da PEC, é essencial que o Fundeb seja prorrogado. Sob pena de o sistema público educacional brasileiro mergulhar no caos. **d**



O papel do Estado na certificação de produtos agrícolas



Divulgação

Atualmente, expressões como atributos de qualidade dos produtos associados à segurança do alimento, boas práticas agrícolas e biotecnologia são temas presentes no setor agroindustrial e têm reflexos imediatos no desenho de políticas públicas direcionadas para os setores agrícola e agroindustrial. Fica cada vez mais evidente que as ações de política agrícola direcionadas apenas para o aumento da produção, embora importantes, não parecem ser suficientes em um mercado globalizado e competitivo. Ganham crescente importância as políticas governamentais voltadas para o aumento da competitividade do agronegócio brasileiro, para agregar valor ou garantir a qualidade do produto. Além disso, as transformações ocorridas internamente sinalizam a importância desses atributos, inclusive para a comercialização doméstica dos produtos.

Investimentos serão necessários para implementar padrões de qualidade mais rígidos na produção de alimentos. Além disso, a certificação da qualidade e a rastreabilidade são dois instrumentos essenciais para atender às exigências dos mercados interno e internacional. No primeiro caso, é muito importante agregar valor ao produto para permitir sua diferenciação. No caso das exportações, a melhoria de qualidade ajudará a vencer as barreiras técnicas, especialmente sanitárias. Em ambos os casos, a discussão sobre a obrigatoriedade ou não da certificação é procedente.

O tema é complexo, especialmente quando se trata de definir qual o grau adequado de intervenção governamental no processo de certificação. A teoria tem demonstrado que a certificação obrigatória é mais eficiente em mercados onde há assimetria de informação, mas é pouco eficiente para resolver questões ambientais ou outras externalidades associadas à produção ou consumo. Do ponto de vista do papel do setor público, a pergunta central a ser respondida é se a política de certificação e rastreabilidade, para controle da qualidade dos produtos e processos

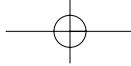
produtivos, deve ser mandatória ou de estímulo à adesão voluntária. A experiência internacional sugere que há espaço para ambas as estratégias, cabendo estudar cada caso específico. Em outras palavras, qual deve ser o grau de intervenção pública: estimular o processo de certificação ou obrigar o seu uso?

As evidências empíricas e teóricas sugerem que o setor público tem papel central no desenvolvimento de processos de rastreabilidade e certificação. A complexidade inerente ao processo de certificação de diferentes produtos, os distintos padrões internacionais de exigências indicam que se faz necessário um agente que organize as informações de forma sistemática e harmônica, evitando esforços dobrados. Ademais, a importância da fiscalização sanitária cresce quanto mais o Brasil participa do comércio internacional. Os riscos associados a sanções aumentam conforme o país vai assumindo maior importância nos diferentes mercados. É preciso avançar na consolidação do quadro institucional de modo que permita ao país defender seus interesses nas relações com outras nações.

O sucesso das exportações de carne bovina, graças à melhoria da qualidade do produto, serve para comprovar a importância da certificação e rastreabilidade. Existem nessa cadeia produtiva exemplos de adesão voluntária a processos de certificação, bem como políticas públicas mandatórias de controle sanitário e de rastreabilidade do produto exportado.

Júnia Cristina P.R. da Conceição é pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e escreveu este artigo em conjunto com Alexandre Lahóz Mendonça de Barros

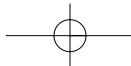
“Ganham crescente importância as políticas governamentais voltadas para o aumento da competitividade do agronegócio brasileiro, seja agregando valor, seja garantindo a qualidade do produto”

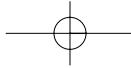


ECONOMIA



Todd Davidson PTY LTD Getty Images



Por **O t t o n i F e r n a n d e s J r . ,** de São Paulo

Em busca do ajuste

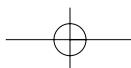
Especialistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada propõem um roteiro para o Brasil atingir o equilíbrio fiscal e induzir a queda da taxa de juro, o que poderá promover o crescimento econômico sustentado, baseado na manutenção do superávit atual por, pelo menos, dois anos

José era muito desorganizado com suas finanças pessoais. Não fazia as contas e gastava mais do que ganhava. Como tantos outros brasileiros, enforcou-se com os bancos, pagando juros altos para rolar o saldo devedor. Na metade dos anos 90, pressionado pelos credores, vendeu alguns bens para pagar parte da dívida. Mas só a partir de 1999 conseguiu cortar despesas e aumentar sua receita. Foi quando começou a pagar parte dos juros da dívida, que já representava quase 60% de tudo o que ganhava anualmente. José sabe que poderá negociar com as instituições financeiras e pagar juros menores, desde que consiga diminuir o saldo devedor. José tem a cara do Brasil. Foi o que aconteceu recentemente com o governo brasileiro. Desde 1999 passou a arrecadar mais do que gasta – sem contar o pagamento dos juros da dívida interna – e vem conquistando su-

perávits primários substanciais: 5,2% do Produto Interno Bruto (PIB) nos 12 meses até julho, quando a meta orçamentária para 2005 é de 4,25% do PIB. Mas a dívida pública brasileira ainda representava 51,3% do PIB no final de julho (veja gráfico na pág. 31) e no ano passado o governo gastou a bagatela de 80,6 bilhões de reais para pagar apenas 63% dos juros e o restante foi rolando.

Apesar desse endividamento e da crise política provocada por denúncias de corrupção que abala a solidez política do governo federal, a economia vai muito bem, empurrada pelos crescentes saldos na balança comercial brasileira e navegando numa conjuntura internacional de crescimento econômico quase inédito nos últimos anos. É o momento, afirma Fábio Giam-

biagi, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de sinalizar ao mercado que é possível aplicar uma política fiscal ainda mais consistente, que poderá induzir um processo de queda da taxa de juro real. Giambiagi escreveu um texto, em conjunto com Paulo Levy e Marcelo Piancastelli, ambos também do Ipea, em que sugere que o governo anuncie que buscará atingir o superávit primário de 5% do PIB nos próximos dois anos. Eles julgam ser possível alcançar esses resultados “sem a necessidade de apertos adicionais”, pois basta conservar o resultado fiscal dos últimos meses.



A dívida pública da Irlanda era de 112% do PIB em 1987 e hoje é de 40% graças a uma

No texto “A trajetória para atingir o déficit nominal zero”, publicado em agosto, eles defendem que tal decisão provocará redução da relação da dívida pública com o PIB, abrindo espaço para a queda dos juros de longo prazo. De quebra, “nas atuais circunstâncias, operaria como uma poderosa âncora contra a ameaça de contaminação da economia pela crise política”. Se o mercado confiar na determinação do governo em melhorar o resultado da política fiscal, argumentam os autores, abre-se a possibilidade de queda na taxa de juro, o que serviria para estimular o crescimento econômico, sem o risco de repiques da inflação.

Outra vantagem do aperto fiscal seria pavimentar o caminho para o governo atingir em 2008 o déficit nominal zero, quando seria possível pagar todas as despesas públicas com a arrecadação tributária, inclusive os juros da dívida pública. O trabalho do Ipea desenha um cenário (leia tabela ao lado) de economia em alta e inflação descendente no qual seria possível chegar a 2008 pagando 4,8% do PIB em juros da dívida interna, quase a metade dos 9,3% do PIB que foram consumidos em 2003. Assim, a dívida pública cairia para 45% do PIB, comparada com 57,2% do PIB no final de 2003. É claro que não basta vontade para realizar esse objetivo, especialmente às vésperas de um ano eleitoral, quando os governos têm forte propensão para abrir as torneiras. Além disso, será preciso envolver os estados e municípios no esforço fiscal, pois em 2004, quando foi atingido o superávit primário de 4,6% do PIB, a parte do governo federal nesse resultado foi de 3% do PIB (veja gráfico na pág. 34).

Caminho Mas a continuidade no esforço fiscal pode render frutos no futuro, pavimentando o caminho para que a economia cresça em bases sustentáveis e induza o setor privado, nacional e estrangeiro, a investir no aumento da produção e na infra-estrutura. O trabalho do Ipea reconhece que perseguir esse objetivo é um

Cenário para chegar a 2008 com déficit nominal nulo

	2006	2007	2008
Inflação anual-IPCA (%)	5,0	4,5	4,0
Crescimento anual do PIB (%)	3,5	4,0	4,0
Taxa real Selic ano* (%)	11,0	9,0	8,0
Superávit primário (% PIB)	5,0	5,0	5,0
Juros da dívida (% do PIB)	7,1	5,8	4,8
Déficit nominal (% do PIB)	2,1	0,8	-0,1
Dívida pública (% do PIB)	50,7	48,2	45,0

*Deflacionada pelo IPCA
Fonte: Ipea

Sociedade paga mais impostos

Distribuição da carga tributária por esfera de governo (em % PIB)

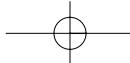
Ano (dezembro)	União	Est.	Mun.	Total
1990	17,4	8,2	4,0	29,6
1991	13,4	7,2	3,8	24,4
1992	14,2	7,0	3,7	24,9
1993	14,6	6,7	4,0	25,3
1994	16,6	7,0	4,3	27,9
1995	14,6	8,7	5,2	28,5
1996	15,0	8,4	5,2	28,6
1997	15,1	8,2	5,3	28,6
1998	15,2	8,3	5,9	29,4
1999	16,5	8,4	6,2	31,1
2000	16,2	9,3	6,1	31,6
2001	16,9	9,9	6,7	33,5
2002	18,1	10,5	6,3	34,9
2003	17,7	9,7	6,6	34,0
2004	-	-	-	35,9

Fonte: Ricardo Varsano/IBGE/Ipea

processo penoso, que exigirá também muita persistência do governo, mas lembra que outros países que adotaram essa estratégia de aperto fiscal colheram ótimos resultados.

Foi o caso da República da Irlanda, que era um dos países mais pobres da Europa Ocidental e hoje esbanja saúde econômica e tem atraído grandes volumes de investimento direto estrangeiro. Em 1987, a Irlanda apresentava indicadores econômicos típicos de um país com fortes desequilíbrios: a dívida pública representava 112% do PIB e atualmente está em posição melhor do que o Brasil, com 40% do PIB. Foi preciso um forte esforço fiscal, com contenção dos gastos. Em 2004, o país registrou superávit fiscal total de 1,3% do PIB, enquanto no período 1991-1995 exibiu déficit anual médio de 2,3%. Há quem argumente que isso só foi possível porque é um pequeno país, com população de apenas 4 milhões de habitantes e que a perspectiva de ingressar na União Européia funcionou como poderoso incentivo. Mas o fato é que eles conseguiram um ajuste fiscal e o PIB per capita anual cresceu, em média, 6% entre 1999 e 2003. Houve continuidade no esforço e foi uma tarefa de mais de uma década.

Foi justamente para tentar garantir um processo contínuo de melhoria das contas públicas brasileiras que o deputado federal Antonio Delfim Netto (PP-SP) colocou novamente em discussão, no final de junho, uma proposta radical, quando a crise de governabilidade se acentuava: fazer uma emenda na Constituição e inscrever nas disposições transitórias a meta de atingir déficit nominal zero em quatro ou cinco anos, de forma a blindar a economia contra as incertezas políticas no atual governo e no próximo. Dessa forma, tanto o atual quanto o futuro governo federal seriam obrigados a praticar uma rigorosa política fiscal. Exigiria congelar os gastos públicos em termos reais e fazer mudanças na estrutura do Orçamento. A Constituição da República obriga o governo federal a aplicar em educação 18% da receita líquida e que os gastos em saúde



rigorosa política fiscal que ajudou a atrair investimentos e a economia cresce 6% ao ano



Patrícia Santos/Folha Imagem

Deputado Delfim Netto propôs buscar déficit fiscal zero para blindar a economia

fiscais. Do lado das entidades empresariais houve um apoio quase unânime à proposta do deputado. Armando Monteiro Neto, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), aplaudiu o projeto, desde que fosse aplicado por tempo limitado, até que a dívida pública chegasse a 30% do PIB. Ele comparou a proposta de buscar o déficit nominal zero ao Tratado de Maastricht, assinado pelos países da União Européia em 1992, que impunha o teto de 3% para o déficit público (leia a entrevista de Joseph Stiglitz na pág. 10).

Custo O assunto foi debatido com empresários, ministros e com o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas não decolou por falta de adesão política. Além disso, a idéia foi duramente criticada por economistas que a viam como contraditória com a política monetária voltada para controlar a inflação: se o Banco Central resolvesse aumentar a taxa de juro para segurar uma alta do custo de vida, provocaria aumento das despesas com o pagamento do serviço da dívida e restaria ao governo federal cortar ainda mais seus gastos para garantir o equilíbrio fiscal. Além disso, a proposta de Delfim Netto criaria um engessamento da política fiscal, impedindo que os gastos públicos crescessem em momentos de recessão econômica, para aquecer a economia.

Principal agrupamento opositorista,

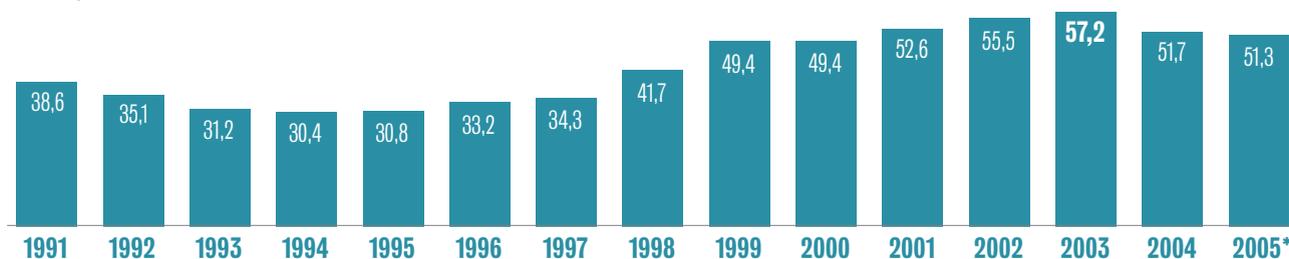
cresçam anualmente com a variação do PIB per capita. Para contornar essas obrigatoriedades, seria preciso autorizar o governo federal a aumentar as verbas orçamentárias que pode destinar para fins diferentes do previsto – o que se chama Desvinculação das Receitas da União (DRU) – de 20% para 40% do Orçamento. Deputados do próprio Partido dos Trabalhadores (PT) criticaram a intenção de aumentar a DRU, pois implicaria reduzir as despesas em áreas como saúde e

educação, hoje protegidas por dispositivos constitucionais.

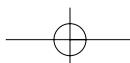
Na avaliação de Márcio Pochmann, economista e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a proposta de Delfim Netto imporia um corte ainda maior nos gastos sociais da União. Ele lembra que entre 1995 e 2004 os impostos destinados a cobrir gastos sociais federais cresceram 40%, mas a despesa nessa área só aumentou 24%. O restante tem sido utilizado para obter superávits

Trajетória recente é de queda

Dívida pública (em % PIB)



Dívida líquida do setor público (federal, estadual, municipal, Banco Central, estatais) / *junho
Fonte: Banco Central



O investimento do governo federal caiu de 1,39% do PIB em 1993 para 0,62% em 2004,

o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) liderou a gritaria contra a proposta, alegando que ela engessaria a política fiscal e tiraria a liberdade de o governo expandir seus gastos para contrabalançar uma recessão econômica. Não faltou quem lembrasse que os países da União Européia, atados nas amarras de Maastricht, crescem em marcha lenta, enquanto os Estados Unidos colocou a locomotiva da economia em alta velocidade ao reduzir a taxa de juro e aumentar os gastos públicos.

Ciclo Havia também o temor de que a tentação do populismo aticasse a solução de reduzir de maneira artificial a taxa de juro para garantir o déficit nominal zero, jogando por terra todo o esforço fiscal que vem sendo praticado desde o governo de Fernando Henrique Cardoso e abrindo espaço para novo ciclo de alta da inflação. O governo Lula não acatou a proposta, até porque não teria força para fazer que passasse no Congresso, pois emendas constitucionais têm de ser aprovadas por 60% dos parlamentares.

Agora, o Ipea volta a colocar na mesa de discussão uma alternativa para chegar ao efetivo equilíbrio fiscal, mas sem qualquer mudança constitucional e com espaço para que o governo faça correções de rumo. Em primeiro lugar, precisa haver uma decisão política, argumenta Giambiagi (leia artigo na pág. 37), com o governo assumindo o compromisso de buscar um superávit primário no mesmo nível que vem sendo alcançado neste ano, pois as receitas do governo federal têm superado a previsão. “Não se trata de cortar despesas, mas manter seu nível real pelos próximos anos. Nossa estimativa é que a receita do governo alcance 24,4% do PIB em 2005, quando o previsto no Orçamento da União é 23,7%.” De fato, de janeiro a julho, a receita total do Tesouro da União atingiu 20,4% do PIB, superando o resultado do mesmo período de 2004 em 0,72% do PIB. Atualmente, o superávit primário é um pouco superior a 5% do

Taxa de juros real

(acumulada nos 12 meses anteriores)

Período	Taxa (%)
Janeiro 2003	3,87
Fevereiro 2003	3,51
Março 2003	3,51
Abril 2003	3,61
Mai 2003	4,28
Junho 2003	5,65
Julho 2003	6,91
Agosto 2003	7,37
Setembro 2003	8,19
Outubro 2003	10,17
Novembro 2003	12,30
Dezembro 2003	13,60
Janeiro 2004	14,19
Fevereiro 2004	14,31
Março 2004	14,64
Abril 2004	14,24
Mai 2004	12,99
Junho 2004	11,41
Julho 2004	9,96
Agosto 2004	9,50
Setembro 2004	9,20
Outubro 2004	8,48
Novembro 2004	8,02
Dezembro 2004	8,05
Janeiro 2005	8,28
Fevereiro 2005	8,37
Março 2005	8,19
Abril 2005	8,19
Mai 2005	8,90
Junho 2005	10,05
Julho 2005	11,05

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

PIB, quando a meta orçamentária para 2005 é chegar a 4,25% do PIB. Giambiagi pergunta: “Que fazer com o excedente de 0,7% do PIB?”

Uma hipótese seria reduzir a carga tributária, mas isso já foi feito, especialmente em setores como o de bens de capital, determinantes do crescimento futuro da economia. Segundo o trabalho do Ipea, “a redução da carga fiscal deveria ocorrer no contexto da discussão da reforma tributária, que requer um melhor desenho para o sistema tributário e revisão da estrutura de repartição das receitas fiscais no âmbito federativo, recolocando-as a serviço do crescimento econômico”.

Outra hipótese para usar o excedente seria aumentar os investimentos, mas Giambiagi pondera que o governo federal não tem conseguido sequer cumprir as metas nos setores de infra-estrutura, cujo valor não entra na conta das despesas, na hora de calcular o superávit primário, conforme foi acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Até julho, foram realizados investimentos previstos no Plano Piloto de Investimento, que não afetam o superávit primário, de 1,4 bilhão de reais, e a dotação para 2005 é de 3,2 bilhões de reais. Além disso, a falta de regulamentação limita investimentos em setores como o de saneamento.

Cargos Para manter o superávit fiscal em 5% do PIB e liberar recursos para investimentos sociais e em infra-estrutura, diz Piancastelli do Ipea, é preciso melhorar a eficiência, a qualidade e o controle dos gastos públicos (leia artigo na pág. 36). Esse ponto tem sido cobrado por diversas entidades empresariais, que criticam a má gestão de recursos e o excesso de cargos de confiança no governo federal, com nomeações por critérios políticos e não técnicos. Levy, do Ipea, lembra também que é preciso concentrar forças e capacidade de articulação para fazer passar no Congresso a unificação das máquinas de arrecadação da Receita Federal e da Previdência Social. Isso ajudaria a conter a evasão de tributos

no contexto de um forte ajuste que permitiu superávits fiscais a partir de 1999

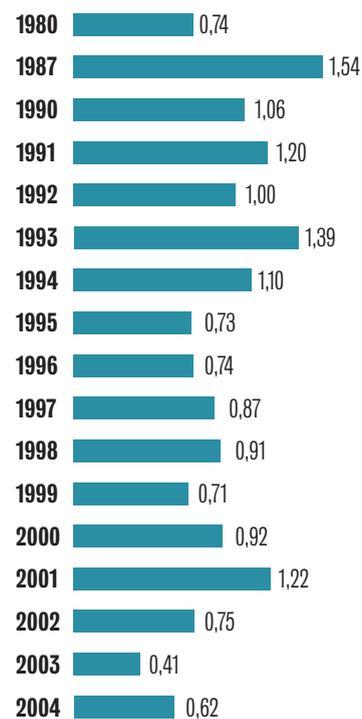


Dorvan Dornelles/Fotonauta

O economista Luiz Gonzaga Belluzzo adverte que ajuste fiscal não garante de queda da taxa de juro

Recoo do investimento público

Governo federal (em % do PIB)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

e permitiria reduzir as alíquotas de imposto, diminuindo a carga tributária, que é a mais alta da história recente (leia tabela na pág. 30).

Seria uma forma de reduzir o déficit do sistema previdenciário federal, que já representa 2,9% do PIB. O trabalho do Ipea recomenda que o processo de unificação dos sistemas de arrecadação seja “complementado por mudança nas regras de acesso aos benefícios previdenciários”.

Operar a sintonia fina dos gastos públicos é uma tarefa gigantesca, pois um erro na alocação de prioridades pode ter resultados onerosos para toda a economia e sociedade, lembra o economista Luciano Coutinho, da LCA Consultores. “Acho possível e desejável sustentar um superávit

primário de 5% do PIB nos próximos anos para chegar ao déficit nominal zero, pois vai transmitir uma mensagem de solidez fiscal para o mercado.” Para 2005, ele acha difícil que o governo, mesmo que haja uma decisão política, consiga chegar ao superávit de 4,25% do PIB, pois não será fácil realizar as despesas necessárias até o fim do ano.

Risco O grande desafio, alerta Coutinho, será selecionar prioridades, pois um erro poderá afetar um setor vital da economia, que é o de geração de energia elétrica, cujas perspectivas não são das melhores. A principal dificuldade que afeta o setor elétrico brasileiro atualmente, diz, é que não há garantia de oferta e preço do gás im-

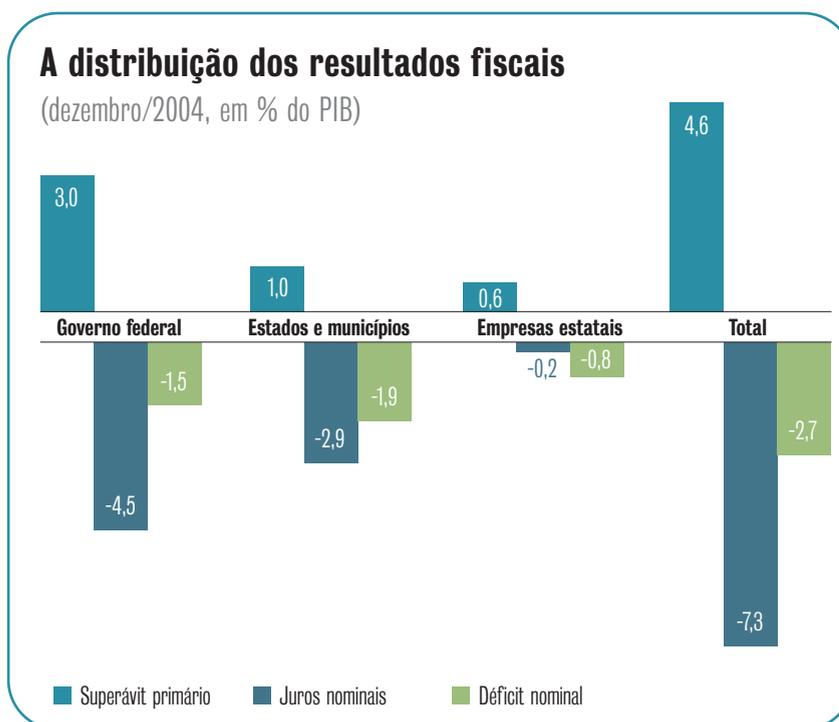
portado da Bolívia, o que pode paralisar os investimentos em usinas termelétricas, vitais no caso de seca prolongada. O risco, adverte Coutinho, é deixar faltar eletricidade, um insumo vital para assegurar o crescimento econômico e que também pode ter graves conseqüências na imagem do governo junto à população. Segundo o economista, o apagão de 2001 derrubou a popularidade do governo FHC e pode ter contribuído para a derrota de José Serra nas eleições presidenciais de 2002. O trabalho do Ipea reconhece que os investimentos públicos foram reduzidos para ajudar no ajuste fiscal do lado do gasto, o que já parece “afetar o próprio crescimento econômico pelo impacto de sua redução sobre a disponibilidade de infra-es-

Congresso deverá resistir à proposta de aumento do superávit fiscal

trutura”. De fato, em 2004 os investimentos do governo federal representaram apenas 0,62% do PIB, enquanto em 1993 foram de 1,39% (veja gráfico na pág 33). No entanto, a lógica da proposta do Ipea supõe que, em contrapartida, será possível provocar o aumento do investimento do setor privado, desde que os empresários acreditem que a estratégia de ajuste fiscal seja capaz de derrubar os juros reais. A ampliação do investimento privado poderia aquecer a economia até que o Estado retomasse o ciclo de investimento.

Se o mercado financeiro passar a apostar numa queda das taxas de juro administradas pelo Banco Central, também será possível ampliar a colocação de títulos públicos federais com taxas prefixadas, que em julho representavam apenas 22,4% do total. Como esses títulos vencem em prazos determinados, com valor acordado em seu lançamento, ficaria mais fácil a administração da dívida pública federal. Paulo Nogueira Batista Jr., economista e professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, pondera que uma manifestação de boas intenções por parte do Ministério da Fazenda, de que vai executar uma rígida política fiscal, pode não ser suficiente para que o mercado aceite comprar títulos federais por uma taxa menor, devido à falta de credibilidade política do governo. Além disso, ele diz que o superávit primário de 4,25% do PIB já é um excelente resultado e aumentar o aperto fiscal reduziria a margem de manobra da política econômica.

Queda Recentemente, o Banco Central aumentou a taxa de juros para conter a inflação (leia tabela na pág. 32), mas o economista Luiz Gonzaga Belluzzo adverte que não está garantida uma trajetória de queda dos juros, por melhor que seja o processo de ajuste fiscal, pois o Brasil é vulnerável às mudanças na economia dos países desenvolvidos. “Vivemos hoje uma situação de extraordinária liquidez no mercado internacional, mas esse mercado é muito volátil e o Tesouro dos Estados



Unidos pode resolver subir a taxa de seus títulos a qualquer momento.” Assim, se o governo quiser continuar atraindo capitais externos, terá de subir a taxa de juro interna, com reflexos na redução do superávit fiscal, diz.

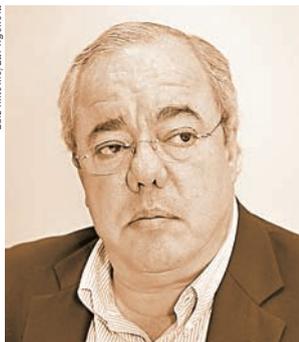
Independentemente dos possíveis efeitos externos, não será tarefa fácil implementar uma política de aperto fiscal na atual conjuntura política. No final de agosto, o Congresso aprovou a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece a moldura para a montagem do Orçamento da União de 2006. A meta de superávit primário para o próximo ano foi fixada em 4,25% do PIB. Além disso, ganha força dentro do próprio PT a ala contrária à linha econômica do ministro Antonio Palocci. No Congresso, a bancada ruralista, que representa os produtores agrícolas, já se alinhou contra o aumento no rigor fiscal num momento em que o setor reivindica renegociação de suas dívidas com os bancos por causa da quebra da safra agrícola. Também não existe consenso entre

os próprios ministros quanto à necessidade de apertar o torniquete fiscal.

Crise A dificuldade de usar o aperto fiscal em momentos de crise política ficou bem evidente na história recente da Argentina, como lembra o economista Batista Jr. O presidente argentino Fernando De la Rúa tomou posse no final de 1999, prometendo equilibrar as contas públicas. Em agosto de 2000, estourou uma crise política, com denúncias de que o governo havia subornado senadores para aprovar a reforma trabalhista. A instabilidade política durou meses e, no final de março de 2001, De la Rúa nomeou Domingos Cavallo como superministro da Economia e conseguiu aprovar no Senado, em 30 de julho, uma lei voltada para garantir déficit fiscal zero, com apoio do FMI e do setor financeiro. O movimento social reagiu e os piquetes de desempregados paralisaram ruas e estradas. De la Rúa pediu demissão em 30 de dezembro. O Brasil de hoje não é a Argentina de ontem, mas vale lembrar a experiência. **d**

Gastar melhor é essencial para o sucesso da política fiscal

Lutz Antoniolari Agência



A política fiscal tem ocupado lugar central nas discussões sobre a política econômica nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento. No Brasil não tem sido diferente. Em meio a intenso debate, o país pratica, desde 1999, uma política fiscal saudável que vem obtendo sucessivos êxitos com resultados primários positivos e significativos. Acontece que o papel da política fiscal, na atualidade, não se restringe às funções de alocação de recursos, redistribuição de renda e âncora da estabilidade econômica. Ela assume, na maioria dos países, importante papel nas reformas estruturais necessárias para a obtenção do crescimento econômico a longo prazo, para o aumento da poupança doméstica, para adequar o nível de endividamento interno e para atender aos reclames da sociedade em relação às crises latentes nos sistemas educacional, de saúde e previdenciário.

Assim, a política fiscal deve ser, necessariamente, vista como um instrumento de política econômica que administra não apenas a receita, mas também a despesa. A receita tem sido positiva, em que pese distorções de nosso sistema tributário. Além disso, para um país em desenvolvimento, como o Brasil, manter uma carga tributária acima de 35% do Produto Interno Bruto é um sério entrave ao crescimento econômico. A grande deficiência da política fiscal atual ocorre no lado das despesas. É necessário aumentar a eficiência no uso dos recursos públicos, e isso está diretamente relacionado com a qualidade do gasto público. Daí surgem as grandes distorções, os grandes desperdícios de recursos, e emergem inúmeras considerações sobre equidade econômica que requerem melhor concepção para os programas de gastos públicos.

Essa é, portanto, a área em que a política fiscal no Brasil não apresentou ainda resultados convincentes. Faltam esforços consistentes e duradouros para que o gasto público no Brasil alcance um padrão de qualidade aceitável. Nas duas últimas décadas, todos os ministros da Fazenda, ao defrontar-se com dificuldades fiscais, foram unânimes ao declarar que é necessário reestruturar o padrão do

gasto público. Eles estão certos! Quaisquer que sejam os resultados de eventual reforma tributária ou previdenciária, existirá sempre o risco de seus efeitos serem minados pela ausência de novos, consistentes e duradouros métodos para melhorar e controlar a qualidade do gasto público.

A despeito do considerável progresso em termos de disciplina fiscal, permanece no país a vulnerabilidade em relação à qualidade do gasto público. Isso faz com que a responsabilidade fiscal esteja ainda longe de ser atingida. Na verdade, existe o consenso de que é necessário melhorar muito a qualidade do gasto público para atender melhor aos objetivos econômicos e sociais implícitos numa política orçamentária.

Vejamos alguns exemplos. Liberações de vultosos recursos na forma de “contribuições” ou “auxílios” não sofrem qualquer controle no local de destino. Um breve exame da execução do Orçamento da União revela que bilhões de reais são gastos sem que haja qualquer tipo de fiscalização ou controle. Nos últimos anos, o Projeto Alvorada liberou grandes volumes de recursos sem qualquer controle da eficiência e qualidade dos gastos: foram 3,3 bilhões de reais em 2001, 4,2 bilhões em 2002 e 4,8 bilhões em 2003. Liberações na forma de “auxílios” seguem trajetória semelhante.

Os esforços da Controladoria-Geral da União (CGU) são louváveis e têm revelado casos assustadores de má utilização de recursos públicos, especialmente nos repasses aos municípios. Mas são feitas apenas 50 auditorias por mês, enquanto a União faz cerca de 28 mil liberações por ano. Melhorar o padrão da política fiscal não significa apenas aumentar a arrecadação e, em seguida, anunciar vultosas liberações de recursos para esse ou aquele fim. Se o aumento do bem-estar da população for o objetivo final, é possível fazer muito mais com os recursos disponíveis se cuidarmos da qualidade e eficiência dos gastos!

Marcelo Piancastelli de Siqueira é diretor de Finanças Públicas e Estudos Regionais e Urbanos (Dirur) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

“Nas duas últimas décadas, todos os ministros da Fazenda, ao defrontar-se com dificuldades fiscais, foram unânimes ao declarar que é necessário reestruturar o padrão do gasto público. Eles estão certos!”

Em defesa de um superávit primário de 5% do PIB



Paulo Jabbur

O governo tem plenas condições de elevar a meta de superávit primário para um valor próximo de 5% do PIB. Para isso, basta conservar o resultado fiscal dos últimos 12 meses, sem necessidade de realizar apertos adicionais, embora com a preocupação de não aumentar os gastos no restante do ano. Os excelentes resultados fiscais observados na primeira metade de 2005 fizeram que o superávit primário em 12 meses aumentasse para 5,1% do Produto Interno Bruto (PIB), comparado com os 4,6% do PIB obtidos em 2004. Se um resultado similar a esse for conservado até o final do ano e for feito um anúncio comunicando que ele passará a ser o parâmetro para o resultado fiscal a ser perseguido em 2006, será dado um passo fundamental para a retomada do processo de redução da taxa de juro a partir do terceiro trimestre do ano.

Há quatro fortes razões que sustentam a adoção de uma estratégia baseada na elevação da meta de superávit primário em relação à atualmente vigente, de 4,25% do PIB. A primeira é a contribuição que a medida daria ao relaxamento gradual da política monetária, permitindo juros reais menores em 2006. Como dez em cada dez analistas trabalham com a hipótese de um câmbio mais depreciado em 2006, comparado com 2005, então é de bom tom evitar que a política fiscal venha a ser muito expansionista, como, por definição, ocorrerá se o resultado primário cair rapidamente em relação ao que foi observado até agora. Nesse sentido, um controle fiscal nos moldes sugeridos contribuiria para facilitar a tarefa de reduzir os juros, sem pressionar a inflação.

A segunda razão é que um primário da ordem de 5% do PIB permitiria que, mesmo num cenário adverso, a relação dívida pública/PIB mantivesse a trajetória declinante observada desde 2004, o que pode não acontecer se o resultado fiscal diminuir para a meta oficial (0,75% do PIB a menos faz uma diferença importante).

O terceiro fator pelo qual seria conveniente adotar um primário mais próximo possível de 5% do

PIB é que, com premissas realistas de redução gradual da taxa de juro nos próximos anos, ele poderia permitir ao país atingir o famoso “déficit zero” já em 2008, ou seja, no segundo ano do próximo governo, sem termos de esperar até o final da década. Se chegarmos a essa situação, o passivo do governo praticamente deixará de crescer – a não ser pelos “esqueletos” remanescentes – e a relação dívida/PIB cairá rapidamente, pela ação combinada do crescimento da economia com alguma inflação.

Finalmente, “*last but not least*”, na presente conjuntura política não existe melhor forma de contribuir para “blindar” a economia – que, não há dúvida, é o que tem impedido que a crise assuma contornos dramáticos – do que reforçar a política fiscal. É mais difícil um país desandar quando o superávit primário é de 5% do PIB do que quando é de 4%, pelo fato de que é mais difícil especular contra quando os fundamentos são tão sólidos.

O Brasil precisa fazer com as contas fiscais o mesmo que fez com as contas externas, ou seja, resolver o problema de vez. Os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) trouxeram avanços importantes para o país, como a realização de diversas reformas; a institucionalização do regime de metas de inflação; e o esforço de estabilização da economia. No lado negativo do balanço, porém, FHC deixou duas pesadas heranças, na forma de duas dívidas muito elevadas: a externa e a fiscal. A primeira delas tem caído de forma expressiva nos últimos anos, mas no caso da dívida pública não se pode afirmar que o problema tenha sido resolvido. Precisamos avançar nessa direção, e a procura de um equilíbrio fiscal estrito – baseada no reforço do superávit primário – é a melhor estratégia para isso. Especialmente, quando se leva em conta que os custos políticos seriam muito modestos, uma vez que a economia já operou nos últimos 12 meses concluídos em junho com um superávit primário próximo ao novo alvo aqui proposto.

Fábio Giambiagi é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

“É mais difícil um país desandar quando o superávit primário é de 5% do PIB do que quando é de 4%, pelo fato de que é mais difícil especular contra quando os fundamentos são tão sólidos”

JUSTIÇA



Ilustração Orlando

A rota do dinheiro SUJO

Por **Clarissa Furtado**, de Brasília

País aprimora os mecanismos e a legislação para controlar e punir a movimentação de recursos financeiros obtidos de forma ilegal, mas ainda existe desarticulação entre os diversos órgãos envolvidos na tarefa

Os brasileiros que acompanham a crise política deflagrada pelas denúncias de corrupção se acostumaram a ouvir palavras como caixa dois, pagamento por fora e depósitos ilegais no exterior. Tudo está ligado a um circuito marginal, onde giram bilhões de dólares de dinheiro que tem origem em atividades ilícitas que vão da corrupção ao tráfico de drogas, passando pela prostituição e pelo terrorismo. Mas esse dinheiro tem de vir à tona em algum momento, ficar “limpo”. E aí são necessárias as empresas destinadas a legalizá-lo. Pode ser uma companhia de ônibus, que não precisa provar a origem de sua receita. Ou então aquele restaurante num bairro nobre que vive às moscas e mesmo assim permanece aberto ano após ano. Provavelmente, a função do estabelecimento não é exatamente vender comida, mas “lavar” recursos oriundos de alguma atividade escusa para torná-lo legal. O dinheiro sujo é depositado na conta da empresa como se fosse pagamento feito pelos clientes e volta para o autor do crime como fruto de um trabalho legítimo. Esse tipo de lavande-

ria de dinheiro é um dos modelos mais simples e primários. Mesmo assim, apesar de toda a vizinhança perceber que existe algo errado, muitas vezes o esquema não é desmontado, já que apenas a Receita Federal ou as autarquias estaduais equivalentes têm acesso aos dados de arrecadação do estabelecimento e geralmente não têm condições de fiscalizar se as informações financeiras prestadas são reais ou fictícias.

O que dizer, então, de mecanismos bem mais sofisticados de lavagem de dinheiro, que envolvem a remessa de recursos para contas bancárias em países estrangeiros, o uso de “laranjas” e de elaboradas transações financeiras? Recuperar esses valores não tem sido tarefa fácil em nenhum local do mundo. Por meio de transações eletrônicas, o dinheiro viaja rápido. A existência de países em que não se cobra imposto sobre as transações bancárias, os famosos paraísos fiscais, facilita a vida de quem quer disfarçar a origem dos recursos. É praticamente impossível medir o volume de dinheiro proveniente de transações ilegais, mas imagina-se que transitem pelo mundo de 500 bilhões

A movimentação de dinheiro sujo no Brasil foi de 78 bilhões de dólares apenas com as

a 1 trilhão de dólares, de 2% a 5% do total do Produto Interno Bruto mundial. No Brasil, somente as operações criminosas já identificadas pela Polícia Federal, de 1997 até hoje, somam 78 bilhões de dólares.

Impedir o dinheiro sujo de circular é importante por, pelo menos, duas razões. A primeira é tirar dos criminosos os recursos com os quais eles continuam a girar suas atividades. A segunda é que a lavagem de dinheiro mancha a reputação dos bancos e instituições financeiras e, se não for controlada, pode acabar com a confiança pública na integridade desses organismos. Antenor Madruga, diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (Dric), do Ministério da Justiça, avalia que asfixiar financeiramente a organização criminosa é um meio mais eficiente de impedir a continuidade das atividades do que simplesmente prender os líderes das quadrilhas, já que eles podem ser substituídos. “É preciso bloquear os lucros do crime para que a ação não compense e para que a pessoa não saia da cadeia, cinco anos depois, com alguns mi-

lhões esperando por ela no banco”, diz. Pode ser esse o caso da advogada carioca Jorgina de Freitas, presa por ter desviado 180 milhões de dólares da Previdência Social em 1991 e 1992. Ela deve ser solta em breve, com uma boa fortuna para gastar. Os trâmites burocráticos normais para o bloqueio das contas da advogada no exterior demoraram tanto que ela teve tempo de sobra para movimentar seus recursos e sacar o equivalente a dois terços de tudo o que tinha levantado irregularmente, valor hoje guardado em local desconhecido.

Tecnologia Nas últimas décadas, a lavagem de dinheiro no mundo se beneficiou do desenvolvimento tecnológico, que permite transações eletrônicas em tempo real, e também da tendência geral de desregularizar as operações financeiras, o que abre as portas para o fluxo de dinheiro entre os países – tanto os recursos legais quanto os ilegais. Ao mesmo tempo, também proliferaram os paraísos fiscais. Estima-se que existam pelo menos 40 países no mundo que facilitam a entrada de recursos su-

jos e caracterizam-se por não compartilhar informações com outras nações, além de auxiliar no processo de abertura de empresas e de contas e proteger com unhas e dentes o sigilo bancário de seus correntistas.

De alguns anos para cá, no entanto, a comunidade internacional começou a se preocupar mais com o tema. Desde 1988 as convenções da Organização das Nações Unidas (ONU) tratam do assunto e pedem aos países que melhorem os mecanismos de combate à circulação de dinheiro ilegal por meio da criação de leis que criminalizem a prática e de regulamentações adequadas à fiscalização das atividades financeiras. A orientação é para que os bancos sigam as políticas de “conheça seu cliente” e “conheça seu empregado”, o que significa que devem procurar verificar se a origem do dinheiro informada pelos donos das contas correntes é verdadeira e, caso identifiquem operações suspeitas, informem aos órgãos responsáveis. E devem, também, estar atentos para impedir que funcionários sejam coniventes com práticas favoráveis ao crime.

Fim do trânsito fácil

As contas de não-residentes no país, conhecidas como CC5, tiveram dias de fama no Brasil, acusadas de favorecer a lavagem de dinheiro. No caso do escândalo do Banestado, investigado por Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) concluída no final de 2004, as contas podem ter favorecido a remessa de pelo menos 30 bilhões de dólares aos Estados Unidos e a paraísos fiscais. A CPI investigou se 412 mil pessoas e empresas que aparecem na relação do Banco Central como operadoras dessas contas declararam a origem do dinheiro em seu Imposto de Renda e verificou também a propriedade de algumas empresas offshore que operaram com as CC5.

Apesar do nome famoso, as contas CC5 têm, oficialmente, outra denominação: Transferência Internacional de Reais (TIRs). Elas tiveram o nome de CC5 por muitos anos, como referência à Carta-Circular número 5, do Banco Central, que foi revogada em 1996. Esse tipo de operação permite a um brasileiro depositar reais na conta de uma pessoa ou empresa não-residente no país. Também é possível que o brasileiro remeta dinheiro a uma conta de sua titularidade no exterior.

Nesse caso, o banco estrangeiro recebe um depósito em reais, numa conta que é obrigado a manter no Brasil, faz o câmbio e remete o valor em moeda estrangeira à conta do brasileiro no exterior. O mecanismo das TIRs serve também para as empresas pagarem compromissos no exterior e para a remessa antecipada de dividendos. Por meio das CC5 também chegam dólares de governos estrangeiros e organismos internacionais.

Em março deste ano, como uma provável consequência do escândalo do Banestado, o Banco Central reviu uma série de normas para transações cambiais e restringiu o uso das CC5. Até então, só ficavam registrados no BC os depósitos nas contas CC5 que ultrapassassem o limite de 10 mil reais. A partir de agora, o brasileiro que quiser mandar dinheiro para fora do país não poderá mais usar essas contas e deverá fazer operações cambiais normais, que devem ser comunicadas ao BC independentemente do valor. Ao lançar as medidas, o diretor de Assuntos Internacionais do BC, Alexandre Schwartzman, admitiu que, com isso, ficará um “pouco mais difícil” a lavagem do dinheiro.

operações criminosas já identificadas pelo Departamento de Polícia Federal desde 1997



Ilustração: Orlando

“A pressão internacional contra a lavagem de dinheiro aumenta cada vez mais. O país que assina um tratado se comprometendo a combater a lavagem, mas não colabora com o fornecimento de informações sobre contas bancárias, por exemplo, pode sofrer uma série de sanções. Já temos normas claras sobre isso, porém agora é preciso que as nações estejam adequadas a elas de forma mais eficaz”, diz Reiner Pungs, coordenador de redução da oferta de drogas e do combate ao crime organizado do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (UNODC, na sigla em inglês). Ele informa que já existem 12 tratados e convenções da ONU relativos à criação de mecanismos de troca de informações entre as nações para investigação do dinheiro ilegal.

O ataque às torres do World Trade Center em Nova York, em 2001, fez crescer a preocupação com a corrida do dinheiro sujo, pois ficou claro que o financiamento do

terrorismo é feito com mecanismos de lavagem. “Hoje em dia, a possibilidade de lavar dinheiro em países mais sérios é cada vez menor. Existem controles e mecanismos de responsabilização bem mais fortes. Mesmo os paraísos fiscais são obrigados a obedecer quando os judiciários locais os obrigam a abrir a origem, o destino e a titularidade de recursos”, comenta o advogado Domingos Refinetti, do escritório paulista Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados. Continua sendo uma dificuldade, porém, chegar ao ponto de se exigir o cumprimento da lei, ou seja, rastrear o dinheiro e descobrir onde ele está para, em seguida, reaver os valores e responsabilizar os criminosos.

Etapas “O problema é que durante todo o seu percurso, o dinheiro ilícito passa por uma série de agentes que, de certa forma, lavam as mãos e deixam de cumprir as regras. Por exemplo, há anos que os bancos na

Suíça são obrigados a informar ao governo a existência de operações ilegais, mas a certeza de que não ia chegar ninguém lá procurando os recursos os levava a não cumprir essa obrigação. Agora, com o aumento de ações contra a lavagem, isso está mudando aos poucos”, afirma Refinetti.

A lavagem de dinheiro envolve basicamente três etapas. A primeira é colocar o dinheiro em circulação no sistema econômico. Para isso, o criminoso pode depositar os recursos nos paraísos fiscais ou comprar bens. Para dificultar a identificação da origem, são aplicadas técnicas sofisticadas, cada vez mais dinâmicas, como dividir o montante em depósitos de pequenas quantidades, que não despertam a atenção das autoridades, ou utilizar estabelecimentos comerciais que usualmente trabalham com dinheiro em espécie, como bares, restaurantes, farmácias e empresas de transporte coletivo. Na Colômbia, os irmãos traficantes Miguel e Gilberto Rodríguez Orejuela criaram uma rede de 463 farmácias – a Drogas La Rebaja – para lavar o dinheiro proveniente da venda de drogas. A etapa seguinte é a ocultação do dinheiro, cujo objetivo é dificultar o rastreamento contábil dos recursos. Os criminosos buscam quebrar a cadeia de evidências da origem do dinheiro e, para isso, movimentam os valores por várias contas, geralmente em mais de um país. A última etapa é o retorno do dinheiro ao criminoso por meio do investimento em atividades formais.

Caçada O caso do Banco Noroeste serve para mostrar como é difícil parar a máquina de lavar dinheiro. A instituição foi vendida em 1997 ao banco Santander e, no momento da assinatura final dos documentos da aquisição, uma auditoria interna descobriu que o Noroeste estava com um rombo em suas contas de 242 milhões de dólares. Os recursos haviam sido desviados por três funcionários do banco. Desse total, 190 milhões de dólares tinham sido remetidos pelos fraudadores para agências da instituição nas Ilhas Cayman, conhecido paraíso fiscal localizado no Caribe. O escritório de advo-

Na Colômbia, os traficantes Miguel e Gilberto Rodríguez Orejuela criaram uma rede de 463

cia contratado pelos acionistas do Noroeste para rastrear o montante descobriu que, das Ilhas Cayman, o dinheiro foi transferido para empresas de fachada constituídas nos Estados Unidos. Das contas dessas empresas, foi deslocado novamente para Nigéria, Suíça, Inglaterra e Hong Kong. Para desvendar o esquema, o escritório brasileiro precisou contratar uma rede internacional de advogados, investigadores e auditores. “Partimos da conta norte-americana e fomos de conta em conta bloqueando o dinheiro que achávamos ou os bens que haviam sido adquiridos com ele. Para isso, abrimos medidas judiciais em dez locais. Durante esse trabalho, acabamos também localizando os fraudadores, que estavam foragidos em Nova York e foram presos”, conta o advogado Refinetti, responsável pelo caso. Não foi barato nem simples, mas boa parte do dinheiro – 35 milhões de dó-

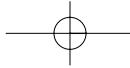
lares – voltou para os donos e 80 milhões estão congelados nas contas dos fraudadores, prestes a ser devolvidos. Até hoje, oito anos depois, o escritório ainda trabalha no caso.

Burocracia Em situações semelhantes, normalmente os caçadores dos recursos enviam “cartas rogatórias” aos sistemas Judiciários dos outros países – instrumentos que pedem aos juízes locais a quebra do sigilo bancário e o bloqueio dos recursos com base nas acusações apresentadas nos inquéritos. O problema é que o cumprimento de cartas rogatórias costuma ser um processo longo e difícil, que esbarra na burocracia e na lentidão da Justiça de cada país. No Brasil, apenas o Supremo Tribunal Federal (STF) pode autorizar o envio dessas cartas, que servem, também, para solicitar informações sobre vários outros tipos de registro, como casamentos e graduações no exterior. As-

sim, o número de pedidos de cartas é enorme e os 11 ministros do Supremo não conseguem liberar todos eles com rapidez.

No Peru, por exemplo, em um dos maiores casos de desvio de dinheiro público do mundo, foi necessário emitir 150 cartas rogatórias e, segundo a responsável pelo caso, a advogada Astrid Leigh, os retornos dessas iniciativas foram mínimos. Foi preciso usar outros instrumentos, como uma lei peruana que autoriza o perdão dos envolvidos nos atos criminosos desde que forneçam informações sobre o destino do dinheiro. Entre fevereiro de 2001 e dezembro de 2003, quando Leigh atuou como promotora assistente especial encarregada desse caso, o Peru recuperou boa parte do que o ex-presidente Alberto Fujimori e seu assessor Vladimir Montesinos desviaram ao criar um enorme esquema de corrupção que capturou todo o Estado peruano. O governo do Peru já tomou posse de 168 milhões de dólares que estavam na Suíça, nas Ilhas Cayman e nos Estados Unidos e identificou mais 42 milhões em contas suíças e mexicanas, que ainda estão passando pelos trâmites legais para retornar ao país. Estima-se que o ex-presidente ainda tenha 300 milhões de dólares escondidos em algum lugar. Atualmente, Fujimori está no Japão, que não aceita os pedidos de extradição feitos pelo Peru porque ele também tem nacionalidade japonesa. “A criminalidade mundial é cada vez mais eficiente e os Estados sofrem para recuperar os valores por causa de ritos





farmácias — a Drogas La Rebaja — para lavar o dinheiro proveniente da venda de drogas

demorados que devem ser seguidos. O mundo precisa repensar instrumentos como o sigilo bancário, o asilo político, as cartas rogatórias e as extradições. É possível rever esses mecanismos sem desprezar os direitos individuais”, afirmou José Ugaz Sanchez, oficial sênior de integridade institucional do Departamento de Integridade Institucional do Banco Mundial, durante o IV Fórum Global de Combate à Corrupção, realizado em junho, em Brasília.

No Brasil, uma das principais estratégias, desde o início do atual governo, tem sido a assinatura de acordos de assistência jurídica mútua com outras nações. Quando esse tipo de acerto é feito, um procurador do país por onde os recursos parecem ter passado é indicado para acompanhar todas as investigações. O Dric, do Ministério da Justiça, já fechou 17 acordos desse tipo e pretende chegar a acertos com 50 países até o final de 2006. “Esse é um dos caminhos, mas também não descartamos a atuação direta, com a contratação de advogados locais para entrar com ações ou para ajudar os Estados estrangeiros”, lembra Madruga.

Obstáculos Mesmo quando há ação de advogados no local onde está o dinheiro, a cooperação internacional esbarra, muitas vezes, nas legislações de cada país. Embora a orientação da comunidade internacional seja que todas as nações criem normas contra a lavagem de dinheiro, muitas ainda não o fizeram ou então divergem quanto aos crimes antecedentes à lavagem. Assim, juízes de alguns países não atendem aos pedidos sob a alegação de que o ato não é considerado criminoso localmente.

Para Madruga, do Ministério da Justiça, ainda há muitos obstáculos para melhorar o combate ao crime de lavagem, mas é extremamente relevante o fato de que, pela primeira vez, o Brasil tem uma estratégia organizada sobre o tema, assinada por representantes de todos os órgãos envolvidos no combate: Polícia Federal, Ministério Público (MP), Ministério da Justiça, Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outros. Em dezembro de 2003,

esses órgãos realizaram uma reunião em Pirenópolis, em Goiás, que traçou a Estratégia Nacional para Combate à Lavagem de Dinheiro (Encla), voltada para aumentar a articulação entre os diversos setores envolvidos por meio de várias medidas, entre elas a unificação das bases de dados do país.

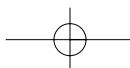
“O principal instrumento para deter o crime de lavagem é o uso de informações, mas no Brasil cadastros como o de pessoas físicas e jurídicas ou de passaporte não são unificados. Já fizemos um recenseamento e identificamos 84 bases de dados que deveriam ser unificadas. Para criar esse cadastro único, é preciso vencer a resistência política dos órgãos que coordenam cada uma das bases, obstáculos tecnológicos e obstáculos jurídicos. Hoje, a chave do sigilo dos dados bancários ou dos dados da Receita Federal está nas mãos do juiz, mas ele precisa enviar um ofício a cada um desses órgãos e recebe uma série de declarações desorganizadas, que devem ser cruzadas por quem está investigando o crime”, conta Madruga.

Apesar da tentativa de esforço coordenado, ainda há pouco diálogo entre órgãos como a Polícia Federal, o Ministério Público e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), segundo avalia Sílvio Marques, procurador do Ministério Público estadual de São Paulo. “Falta colaboração e existe muita burocracia”, diz. O Coaf foi criado em 1998, pela Lei de Lavagem de Dinheiro, e tem a função de coordenar a inteligência financeira do país, identificando operações suspeitas e informando os fatos às autoridades. Todas as operações acima de 10 mil reais que fugirem do padrão normal devem ser comunicadas ao Coaf pelos bancos e também por outros agentes econômicos, como bolsas de mercadorias, administradoras de cartões de créditos, imobiliárias e factorings. Além disso, os bancos são obrigados a passar, diariamente, relatórios de todas as operações acima de 100 mil reais. Há quem questione se o Coaf está bem estruturado para cumprir esse papel, já que o órgão recebe diariamente uma enorme quantidade de informações e tem poucos funcionários para analisá-las. “O papel do Coaf

é estritamente de vigilância, ele não tem a função de processar ou punir ninguém. Dentro desse papel, ele já havia identificado as operações suspeitas da empresa de Marcos Valério, por exemplo, e comunicado ao Ministério Público”, diz Madruga.

Avanço Já em relação à legislação, o Brasil ainda precisa melhorar. A lei brasileira é de 1998, mas durante muito tempo ficou praticamente sem aplicação. Ainda não existem informações consolidadas, mas até 2003 só havia ocorrido uma condenação por lavagem de dinheiro. A norma brasileira está sendo revista. No momento, está na Casa Civil, pronto para seguir para o Congresso Nacional, um novo projeto de lei de combate ao crime. A norma atual é considerada uma legislação de segunda geração no mundo. As primeiras leis foram as que previram como crime antecedente à lavagem apenas o tráfico de drogas. Em seguida, as legislações passaram a incluir outros crimes antecedentes, como a corrupção e o terrorismo. As normas de terceira geração não listam os crimes anteriores, ou seja, a lavagem de dinheiro é um crime por si só, independentemente de qual tenha sido o ato ilícito que deu origem aos recursos. A sonegação fiscal e o uso de caixa dois em campanhas eleitorais, por exemplo, ainda não entram no rol de crimes antecedentes no Brasil, mas a expectativa é que, no novo projeto, passem a figurar na lista.

É possível dizer que o Brasil avançou no combate à lavagem nos últimos anos ao criar novas normas e novas estruturas, como o Dric e o Coaf. Apesar disso, ainda há muito a ser feito. Para Madruga, um esquema de lavagem como o que está aparecendo hoje nas denúncias contra o Partido dos Trabalhadores mais cedo ou mais tarde seria identificado. “Eles confiaram em uma impunidade que hoje em dia está cada vez mais rara”, diz. Seja na prevenção, seja na melhoria dos sistemas existentes e na maior articulação entre os órgãos, o Brasil ainda tem muito trabalho a ser feito se quiser acabar com casos como o de Jorgina de Freitas ou o do Banco Noroeste. **d**



Sim ao desarmamento



Divulgação

A Campanha de Entrega Voluntária de Armas e o próximo referendo popular sobre a proibição do comércio de armamento e munição nem sempre são compreendidos. Então, por que convencer os homens de bem a desarmar-se?

Por escassez de estatísticas, estamos mais atentos às mortes provocadas em assaltos, por estranhos, pelo “perigo que vem da rua”. Mas os estudos feitos em outros países revelam que as “mortes dentro de casa” ou cometidas por conhecidos são muito mais numerosas. No Brasil, não temos ainda estatísticas sobre quem mata, mas nos Estados Unidos, segundo o Departamento Federal de Investigação (FBI, na sigla em inglês), apenas 8,9% das mulheres e 15,5% dos homens assassinados por arma de fogo não conheciam os assassinos. Em resumo, quem tem arma em casa está dormindo com o inimigo. A arma comprada para proteger a família pode converter conflitos banais entre parentes ou vizinhos, brigas de trânsito ou no bar e discussões de futebol em tragédias irreversíveis. Reduzir esses “crimes fúteis” foi o objetivo da proibição do comércio de arma e o desarmamento civil em países como a Grã-Bretanha e o Japão. E produziram resultados. Além disso, vale lembrar que o porte de arma não garante segurança no caso de um assalto, pois o criminoso tem o efeito surpresa a seu favor.

“A arma comprada para proteger a família pode converter conflitos banais entre parentes ou vizinhos, brigas de trânsito ou no bar e discussões de futebol em tragédias irreversíveis”

As primeiras análises, baseadas principalmente no banco de dados do Sistema Único de Saúde (Datapus), do Ministério da Saúde, revelam que o quadro brasileiro é muito grave, pois é o país em que mais se morre e em que mais se mata com armas de fogo, com 39.284 mortos em 2003. Acabei de lançar o livro *Armas de Fogo: Proteção ou Risco?*, com os resultados dessas novas pesquisas. Para democratizar a informação, o livro tem preço de revista e é vendido também em banca de jornal. Revela, por exemplo, que cerca de 40% das mulheres brasileiras mortas por arma de fogo foram assassinadas por seu parceiro íntimo; três pessoas, em média, são internadas diariamente em razão de ferimentos por arma, sendo as crianças as principais vítimas, por causa de acidentes dentro de casa; o Rio Grande do Sul

é o estado com o maior número de armamento legalizado e também com a maior taxa de suicídios por arma de fogo.

A produção de estatísticas é lenta no Brasil, mas já sabemos que as internações por ferimentos causados por arma de fogo caíram 10,5% no estado do Rio e 7% no estado de São Paulo após a aprovação do Estatuto do Desarmamento. Embora o alvo da Campanha de Desarmamento seja convencer o cidadão de bem a desarmar-se, ela acaba tendo efeitos colaterais no combate ao crime violento: o preço das armas no mercado clandestino disparou, pela crescente dificuldade de obtê-las; criminosos procurados só foram presos porque foram detidos com arma, a exemplo do que ocorreu em Nova York.

Resta a pergunta: quem vai desarmar os criminosos? Esse é um trabalho paralelo, que tem de ser feito pela polícia. Quase todos os artigos do Estatuto do Desarmamento visam fornecer meios e obrigações à polícia para que comece, pela primeira vez, a desarmar os delinquentes. A marcação da munição vendida às polícias e às Forças Armadas permitirá que esses produtos sejam rastreados e se descubram os responsáveis por desvios nas fábricas, nos quartéis ou nas delegacias. A marcação das armas ajudará a desvendar os canais que abastecem o crime organizado. A criação de um banco de dados nacional de posse de armas contribuirá para que a polícia, além de prender bandidos isolados, possa desbaratar as organizações criminosas. Temos de pressionar as autoridades para que acelerem a aplicação da nova lei. A população já entregou 400 mil armas. Vamos cobrar que a polícia cumpra agora o seu papel e desarme os criminosos. Votando “sim” no referendo, construiremos um Brasil sem armas e menos violento.

Antônio Rangel Bandeira é sociólogo da organização não-governamental Viva Rio

Não ao desarmamento



Divulgação

A cada 13 minutos, uma pessoa é assassinada no país. Em algumas cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, o crime organizado suprimiu completamente qualquer esperança de vida para jovens de 15 a 24 anos. No ano 2000, houve cerca de 40 mil homicídios no Brasil. Estamos comprometendo as novas gerações, o futuro de nosso país.

Qual a solução para esse grave problema? Para o governo brasileiro, especialmente para o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, é o desarmamento do cidadão honesto, a proibição do comércio legal de armas de fogo e munições em todo o território nacional. O ministro é o maior defensor do desarmamento da população. Por isso, Thomaz Bastos não tem dúvida em torrar 600 milhões de reais com uma consulta popular para saber se o povo quer ou não manter o comércio legal de armas no Brasil. Detalhe: há meses não se vende legalmente uma garrucha sequer à população civil.

Ao mesmo tempo, o governo do Partido dos Trabalhadores anuncia o corte de 58% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, que agora terá apenas 169 milhões de reais para serem distribuídos aos estados para o combate ao narcotráfico e ao crime organizado. O corte dessa verba motivou uma reunião de 23 secretários estaduais de Segurança Pública, em Brasília, no dia 13 de abril. Os secretários apresentaram documento solicitando que seja respeitado o mínimo de 1,2 bilhão de reais destinado ao setor, previsto para a área em 2005.

É impressionante que todos os especialistas em segurança pública não acreditem no Estatuto do Desarmamento e muito menos na proibição do comércio legal de armas de fogo como instrumentos eficazes no combate à criminalidade. Apenas o senhor Márcio Thomaz Bastos, algumas organizações não-governamentais (ONGs) financiadas por governos estrangeiros, como o Viva Rio, e os diretores das Organizações Globo acreditam no desarmamento do cidadão honesto como panacéia para o flagelo da criminalidade no Brasil.

É um acinte para o cidadão que paga imposto, trabalha e não conta com a segurança que de-

veria ser provida pelo Estado saber que todos esses indivíduos têm guarda-costas fortemente armados. Eles, sim, têm dinheiro para garantir a segurança privada. E o trabalhador? E a classe média? E os estudantes? E os pequenos fazendeiros, os motoristas de caminhão, os auditores fiscais, entre outros?

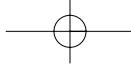
O cidadão chamado Rubem César, diretor do Viva Rio, quer desarmar o povo, mas anda no Rio de Janeiro com cinco seguranças armados de metralhadora e carro blindado. A Rede Globo de Televisão, que também quer desarmar o povo, encaminhou seus leões-de-chácara para fazer um curso em São Paulo, no qual um segurança da família Marinho deu 600 tiros. Qual é o policial brasileiro que dá 600 tiros? Nenhum, porque não há dinheiro para comprar munição.

Não defendo que o cidadão compre uma arma e, numa briga de trânsito, atire nas pessoas. Defendo a posse de arma para que o cidadão possa defender sua propriedade, sua família e a própria vida. Sou contra o referendo porque o próprio Estatuto do Desarmamento garante a posse, o porte e o comércio legal de armas, ao contrário do que vem sendo publicado na imprensa.

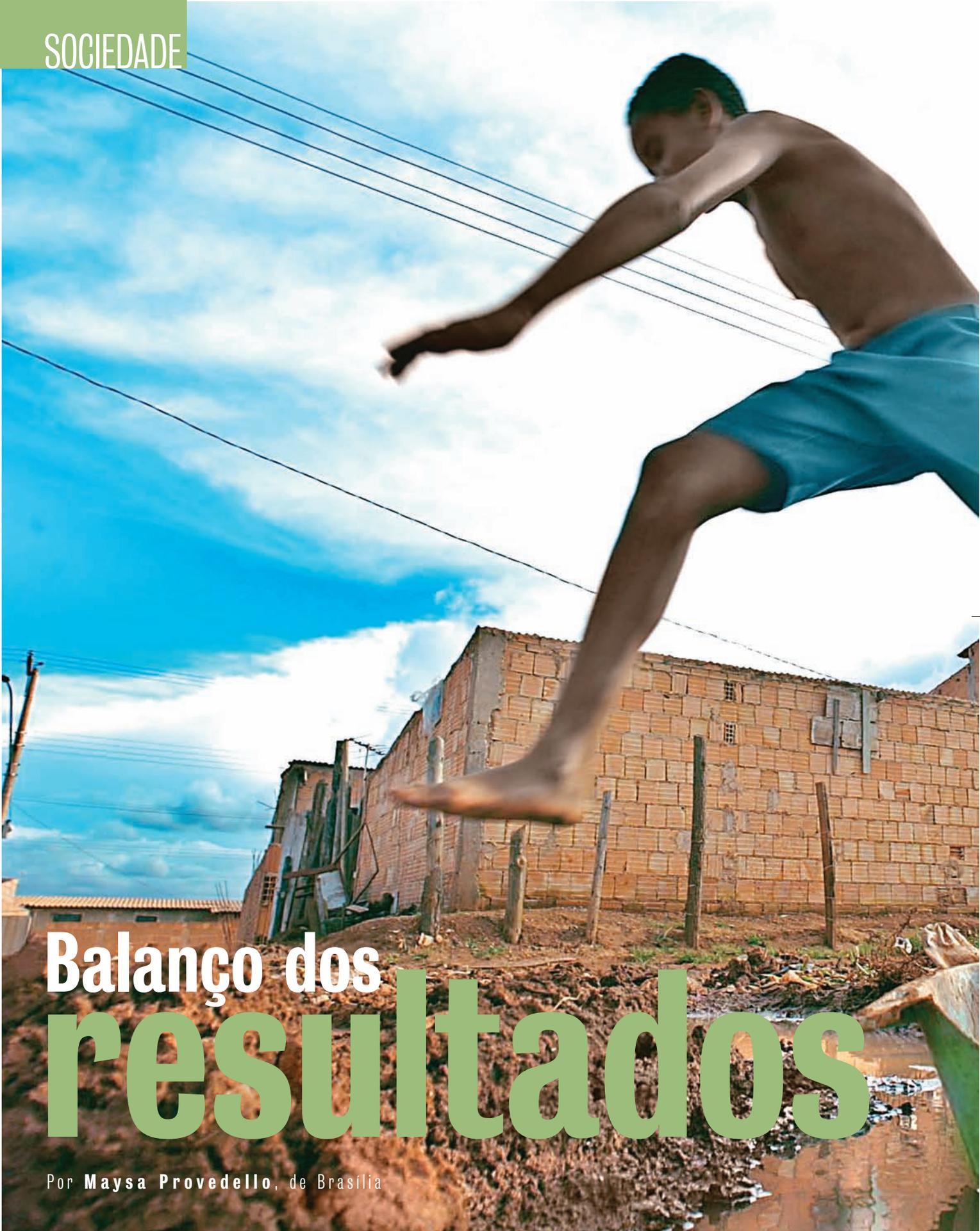
Sou contra fazer uma pergunta genérica ao cidadão. Ele tem de saber que votará sobre sua defesa, a de sua família e a de seu patrimônio. A legítima defesa está contemplada no Código de Processo Penal como excludente de criminalidade: se o cidadão praticar crime em legítima defesa, ele é absolvido. Deputados que defendem a moralidade e a ética querem retirar a expressão legítima defesa da pergunta que constará no referendo popular. Por isso, criamos, no último dia 12, o Comitê Suprapartidário pelo Direito à Legítima Defesa. Queremos lutar pelo direito constitucional de nos defendermos dos bandidos, com nossas armas se preciso for, e de um governo criminoso, culpado pelo crime de lesa-pátria por torrar tanto dinheiro com tão pouco resultado.

Alberto Fraga é deputado federal (PFL-DF), presidente da Frente Parlamentar pelo Direito à Legítima Defesa, da Frente Parlamentar em Defesa da Segurança Pública e do Comitê Suprapartidário Pró-Legítima Defesa no Distrito Federal

“É impressionante que todos os especialistas em segurança pública não acreditem no Estatuto do Desarmamento e muito menos na proibição do comércio legal de armas de fogo como instrumentos eficazes no combate à criminalidade”

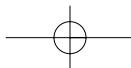
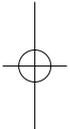


SOCIEDADE



Balanco dos resultados

Por **Maysa Provedello**, de Brasília



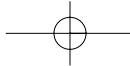


Sergio Lima/Folha Imagem

O Brasil cria mais sete metas para serem cumpridas até 2015, além de 50 novos indicadores de acompanhamento dos Objetivos do Milênio. As novidades estão no relatório a ser entregue na Cúpula do Milênio +5, que acontece em meados de setembro em Nova York

Os representantes dos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) têm uma tarefa importante a cumprir no mês de setembro, a reafirmação dos compromissos assumidos em 2000, após a realização da Cúpula do Milênio, em Nova York, com o objetivo de reduzir a pobreza mundial pela metade até o ano de 2015. Durante a elaboração das Metas do Milênio, ficou combinado que em 2005 seria realizado um encontro, a Cúpula do Milênio +5, para avaliar o andamento das iniciativas voltadas para o cumprimento das promessas, resumidas nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), composto de 18 metas a serem atingidas. Os dados levantados nos últimos anos sobre a economia global mostram que a pobreza, dependendo da forma de análise, até caiu em algumas regiões do globo, como no caso da China.

Mas o que preocupa é que a queda ainda é muito pequena e pontual e, pior, a desigualdade social entre pobres e ricos cresce de forma alarmante e disseminada. “A desigualdade é um problema mais grave do que a pobreza, e a situação chegou a tal ponto que já não é ‘privilégio’ dos países pobres, pois aumenta nos Estados Unidos, no Canadá e nos países nórdicos”, afirmou em agosto, ao jornal *Folha de S. Paulo*, o brasileiro Roberto Guimarães, organizador do Relatório da Situação Social Mundial da



A China foi o país que conquistou o maior crescimento econômico na década de 90, mas ainda



Fernando Moraes/Folha Imagem

Brasil já cumpriu as metas da ONU relativas à educação e pretende estabelecer novos objetivos

ONU. Segundo ele, o pensamento de que basta crescer para resolver as questões relativas à pobreza já está ultrapassado e a China é uma evidência disso, pois foi o país com maior crescimento econômico na década de 90 e ainda apresenta índices bastante fortes de desigualdade. Lá, os 10% mais ricos ganham 18 vezes mais do que os 40% mais pobres. No Brasil, essa diferença é de 32 vezes.

Relatório Durante as discussões da Cúpula do Milênio +5, além de buscar caminhos para os próximos passos a serem dados no combate à pobreza e à desigualdade, os países tornarão público o que já fizeram e quanto falta para o cumprimento de cada um dos ODM. O Brasil leva para a reunião seu segundo relatório de acompanhamento sobre o tema. O documento foi elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em conjunto com 17 ministérios. O trabalho foi supervisionado pela Casa Civil e apresenta uma radiografia completa de como está o país em relação a cada um dos oito Objetivos do Milênio. Mesmo sem ser uma exigência da ONU, os técnicos envolvidos no trabalho optaram por um levantamento com cortes raciais, regionais e por gênero, sempre que os dados disponíveis permitiam. Os ODM falam apenas em médias nacionais e não explicitam esse tipo de detalhamento, mas os pesquisadores procuraram descobrir se as áreas avaliadas apresentam ou não problemas com tais características, de forma a possibilitar um diagnóstico mais detalhado.

Anna Peliano, diretora de Assuntos Sociais do Ipea, explica que os envolvidos no trabalho de monitorar e executar os objetivos no Brasil optaram por criar e adaptar novas metas a serem atingidas pelo país, com graus mais complexos do que os propostos pela ONU, porque em algumas áreas, como educação, por exemplo, as demandas feitas já foram praticamente atingidas. Foram incorporadas à proposta das Nações Unidas sete novas metas. “Além disso, após várias reuniões de avaliação com os especialistas temáticos no âmbito dos ministérios e no Ipea, decidimos incluir um

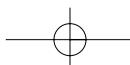
Reforço à iniciativa da sociedade

Incentivar, divulgar e criar um banco de dados com as melhores práticas de prefeituras, organizações públicas e privadas, universidades e indivíduos que contribuam para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Essa é a proposta do Prêmio ODM Brasil 2005, que pretende estimular a mobilização da sociedade civil em torno das metas socioeconômicas que os países-membros da Organização das Nações Unidas se comprometeram a atingir até 2015 — que englobam as áreas de renda, educação, saúde, meio ambiente, gênero e parcerias para o desenvolvimento.

Os concorrentes têm até o dia 7 de outubro para inscrever-se em duas categorias: Governos Municipais e Organizações (que inclui associações da sociedade civil, estatais, fundações públicas ou privadas, universidades e empresas) — ou serem indicados para a categoria Destaques, na qual disputam pessoas ou entidades escolhidas pelo Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade.

A categoria Governos Municipais visa destacar políticas públicas de prefeituras que ajudem a garantir e defender os direitos do cidadão. A categoria Organizações deve apontar experiências que contribuam para a promoção da cidadania. Já a categoria Destaques procura homenagear uma pessoa ou entidade reconhecidamente comprometida com os Objetivos do Milênio. Cada um desses prêmios será disputado por 16 finalistas.

A entrega dos prêmios será no dia 15 de dezembro, no Palácio do Planalto, em Brasília. As iniciativas vencedoras serão divulgadas por meio de publicação em jornais e revistas, vídeos transmitidos pela televisão e seminário para a disseminação das práticas. A iniciativa é do governo federal, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e de um conjunto de organizações do setor privado e da sociedade civil reunidas no Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade. As inscrições podem ser feitas no endereço eletrônico www.odmbrasil.org.br.



apresenta desigualdade, pois os 10% mais ricos ganham 18 vezes mais do que os 40% mais pobres

Compromissos para 2015

Objetivos	Metas da ONU para o mundo	Metas do Brasil
Eradicar a extrema pobreza e a fome	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir pela metade a proporção da população com renda inferior a 1 dólar PPC* por dia • Reduzir, pela metade, a proporção da população que sofre de fome 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir a um quarto a população com renda inferior a 1 dólar PPC* por dia • Erradicar a fome entre 1990 e 2015
Universalizar a educação primária	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir que, até 2015, as crianças de todos os países, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir que todas as crianças, de todas as regiões do país, independentemente de cor/raça e sexo, concluam o ensino fundamental
Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres	<ul style="list-style-type: none"> • Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino fundamental e médio, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015 	<ul style="list-style-type: none"> • A mesma
Reduzir a mortalidade na infância	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir em dois terços a mortalidade de crianças menores de cinco anos de idade 	<ul style="list-style-type: none"> • A mesma
Melhorar a saúde materna	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover, na rede do Sistema Único de Saúde (SUS), cobertura universal, por ações de saúde sexual e reprodutiva até 2015 • Até 2015, ter detido o crescimento da mortalidade por câncer de mama e de cólio de útero
Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças	<ul style="list-style-type: none"> • Até 2015, ter reduzido a propagação do HIV/Aids e começar a inverter a tendência atual • Até 2015, ter reduzido a incidência da malária e outras doenças importantes e inverter a tendência atual 	<ul style="list-style-type: none"> • Até 2015, reduzir a incidência de malária e tuberculose • Até 2010, eliminar a hanseníase
Garantir a sustentabilidade ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais • Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e esgotamento sanitário • Até 2020, ter alcançado uma melhora significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de assentamentos precários 	<ul style="list-style-type: none"> • A mesma • A mesma • A mesma
Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório • Atender às necessidades dos países menos desenvolvidos, incluindo um regime isento de direitos e não sujeito a cotas para exportações dos países menos desenvolvidos; um programa reforçado de redução da dívida dos países pobres muito endividados e anulação da dívida bilateral oficial; e uma ajuda pública para o desenvolvimento mais generosa aos países empenhados na luta contra a pobreza. • Atender às necessidades especiais dos países sem acesso ao mar e dos pequenos estados insulares em desenvolvimento • Tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento, mediante medidas nacionais e internacionais de modo a tornar a sua dívida sustentável • Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e executar estratégias que permitam que os jovens obtenham um trabalho digno e produtivo • Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais e preços acessíveis, nos países em vias de desenvolvimento • Em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologia, em especial das tecnologias de informação e comunicações 	<ul style="list-style-type: none"> • A mesma

*Dólar PPC - Dólar Paridade Poder de Compra

Saneamento é um dos obstáculos que o Brasil enfrenta para cumprir as metas

conjunto de 50 novos indicadores de acompanhamento, além dos 47 propostos pelas Nações Unidas”, conta Luiz Fernando de Lara Resende, coordenador do relatório. Esses indicadores permitem maior transparência para que qualquer cidadão possa saber com mais rigor se o país está no rumo certo ou não para cumprir os objetivos e as metas. E, principalmente, para que a as pessoas possam cobrar do governo federal, sempre que necessário, uma atuação mais eficaz.

A idéia, até 2015, é ampliar o diálogo com a sociedade civil por meio dos conselhos representativos espalhados nacionalmente, de forma a atingir um consenso sobre novas metas a serem incorporadas nos compromissos brasileiros. “Muito do que já criamos é um reflexo das preocupações observadas nos debates promovidos pela sociedade ao longo dos últimos meses”, afirma Peliano. Um exemplo disso é o vínculo, buscado no documento, entre os ODM e os direitos humanos. Há um capítulo especial demonstrando que eles estão diretamente ligados à pauta dos Objetivos do Milênio.

Esforço Os dados apresentados no relatório indicam que o país deverá atingir, mantidas as tendências atuais de condução das políticas econômicas e sociais, os objetivos relativos a pobreza, fome, educação e redução das diferenças entre os sexos na educação. “Mas temos desafios fortes pela frente, como no caso do meio ambiente, que exige muito trabalho”, lembra Peliano. “Os esforços necessários para cumprir todos os objetivos já estão desenhados, mas é preciso lembrar que não basta o programa estar definido, pois depende de uma boa execução. E isso não se relaciona apenas à esfera federal, mas também aos estados e municípios, que devem assumir seus papéis nesse conjunto de tarefas”, completa. Carlos Mussi, economista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), acredita que o Brasil encontrará dificuldades para cumprir a meta que engloba o tópico de saneamento porque depende da definição do marco regulatório do setor e da explicitação das responsabilidades de cada ente federativo, além

Ricardo B. Labastier/Versor



Anna Peliano, diretora de Assuntos Sociais do Ipea

de exigir vasta e cara rede de infra-estrutura, que demorará para ser construída.

As estatísticas da Cepal referentes ao andamento dos ODM na América Latina revelam características comuns a esse bloco de países, segundo Mussi. Uma delas é que o caráter de desigualdade social, tão peculiar ao Brasil, também é fator marcante nos outros países. “A Argentina é o exemplo mais recente. Ela tinha os menores níveis de desigualdade, mas agora já está com a mesma tendência brasileira”, informa. Além disso, os desafios relativos às diferenças entre os sexos são similares: violência doméstica e discriminação no mercado de trabalho. O quadro da saúde também é parecido, a infra-estrutura é razoável, mas os problemas maiores são de acesso aos serviços e aos medicamentos. Outro problema enfrentado na região é, na opinião de Mussi, o da favelização. “Na América Latina, eu diria que essa é uma das metas que não devem ser alcançadas”, declara.

Entre as propostas adicionais aos ODM feitas pelo governo brasileiro estão:

• **Pobreza e fome** O primeiro dos oito objetivos prevê a diminuição da pobreza e da fome no mundo. Para isso, foram estabelecidas duas metas mínimas. A primeira delas é reduzir pela metade, até 2015,

o número de pessoas em situação de pobreza (vivendo com menos de 1 dólar ao dia). A segunda é cortar, no mesmo período também pela metade o contingente populacional em situação de fome. Os dados estatísticos nacionais indicam que tais alvos serão alcançados. Assim, a determinação política do governo federal em relação a essas duas metas é ampliar o alcance do público beneficiado. Para a diminuição da pobreza, o Brasil se compromete a reduzir a um quarto a população com renda inferior a 1 dólar ao dia. No caso da fome, a promessa é erradicá-la até 2015.

• **Educação** A meta da ONU de que as crianças cumpram pelo menos um ciclo de ensino (os quatro primeiros anos) não se aplica ao Brasil, uma vez que a legislação local prevê a obrigatoriedade do ensino para todas as crianças até a oitava série. Assim, a meta para 2015 foi alterada para garantir que todas as crianças, de todas as regiões, sem exclusão de cor, raça ou gênero, tenham a chance de concluir o ensino fundamental.

• **Saúde materna** São duas as novas metas criadas pelo Brasil nesse campo. Uma é a universalização do atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) das ações de saúde sexual e reprodutiva. A outra diz respeito à reversão da tendência de crescimento da mortalidade de mulheres por câncer de mama e de colo uterino, com políticas públicas voltadas para a prevenção.

• **HIV/Aids, malária e outras doenças** A ONU propôs em 2000 que os países contivessem a incidência da malária e de outras doenças até 2015. O governo brasileiro avançou e propôs reduzir a incidência até aquele ano e incluiu oficialmente a tuberculose na lista dos males a serem diminuídos. Outra meta foi estipulada, essa até 2010: eliminar a hanseníase. **i**

Saiba Mais:



Para conhecer o Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio, acesse o endereço eletrônico do Ipea www.ipea.gov.br

Cura à distância

Por **Lia Vasconcelos**, de Brasília

Avança no Brasil a telessaúde, que busca garantir atendimento médico e treinamento em comunidades distantes, especialmente na região Amazônica

A tecnologia e o uso da internet podem permitir o atendimento médico em comunidades distantes, por exemplo, na Amazônia, onde o deslocamento de pessoas para tratamentos de saúde de uma cidade para outra não é tarefa trivial. Da comunidade de Boca do Acre, no Amazonas, até Manaus, no mesmo estado, são exatos 1.038 quilômetros, o que significa uma viagem de, no mínimo, 12 dias de barco se o tempo ajudar e não houver imprevistos. A distância é agravada pela concentração desigual de médicos no território brasileiro. Dos 300 mil profissionais em atividade registrados no Conselho Federal de Medicina (CFM), estima-se que 75% atuem nas regiões Sul e Sudeste – 49% somente nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo.

No Amazonas, existem apenas 2,4 mil médicos, sendo que 2,1 mil estão na capital, enquanto os outros 300 têm de cumprir a gigantesca missão de prestar assistência ao resto do estado. Outro dado preocupante é que dos 5.646 municípios brasileiros, 1,5 mil simplesmente não têm médicos. Para atenuar essas distorções e melhorar a vida de quem mora longe de centros urbanos, as tecnologias aplicadas à medicina – a telemedicina e a telessaúde – são

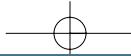
cruciais, porque permitiriam que a prática médica chegasse aonde hoje não está presente. Nesse cenário, a internet desempenha papel fundamental. Recentes no Brasil, as práticas de telessaúde começam a ser disseminadas de forma tímida, porém constante.

As comunidades isoladas seriam as beneficiárias mais imediatas e diretas, porém a ampla oferta de serviços em saúde usando tecnologias de telecomunicação e informação também seria muito bem-vinda para quem mora nas grandes cidades, mas está impossibilitado de locomover-se. Seria a concretização do almejado *homecare*, expressão em inglês que designa o tratamento feito em casa. “A proximidade com os familiares comprovadamente favorece a recuperação dos pacientes”, afirma Sandra Oyafuso Kina, coordenadora do Centro de Informação e Comunicação do Hospital Albert Einstein.

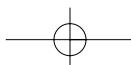
Origem De maneira geral, a telemedicina teve início durante a corrida espacial na década de 60, quando as funções vitais dos astronautas eram monitoradas na Terra. Hoje, ela é praticada em hospitais e instituições de saúde com diversos objetivos: obter diferentes referências, trocar informações, conseguir uma segunda opinião médica, e na assistência a pacientes crônicos, idosos e gestantes, além da telecirurgia. Outra possibilidade é a educação a distância, para atualizar profissionais que atuam em regiões afastadas. Ela também pode ajudar a reduzir a sobrecarga nos hospitais. “Temos um problema de fluxo de pacientes que muitas vezes vão para hospitais de alta complexidade sem necessidade. A telemedicina pode atenuar esse problema auxiliando os médicos de saúde da família no diagnóstico. Assim, as filas nos hospitais podem diminuir porque o médico saberá encaminhar melhor seu paciente”, acredita Magdala de Araújo Novaes, coordenadora do Núcleo de Telessaúde (Nutes) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

O Nutes, que existe desde 2003, tem uma rede abrangendo quatro municípios pernambucanos – Recife, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu e Camaragibe. Cada unidade conta com equipamento para a realização de videoconferências. Já foram capacitados 1,2 mil profissionais e, até dezembro de 2004, foram feitas 54 videoconferências. “Também desenvolvemos aqui um software que permite a troca de informações sobre um caso específico em que o diagnóstico e o tratamento são constantemente debatidos entre os profissionais da rede”, conta Novaes.

Para utilizar os sistemas são necessários equipamentos e programas específicos. A infra-estrutura tecnológica varia de acordo com a complexidade do procedimento que se deseja realizar. É possível utilizar desde sistemas de telefonia convencional até redes digitais de alta velocidade para transmissão de imagens e videoconferências. Quando digitalizadas, as informações médicas podem ser processadas de várias maneiras. Os dados quantitativos, por exemplo, podem transformar-se em bancos de dados. Para as imagens, o uso de filtros digitais realça detalhes que normalmente passariam despercebidos e também permite manipular a imagem com



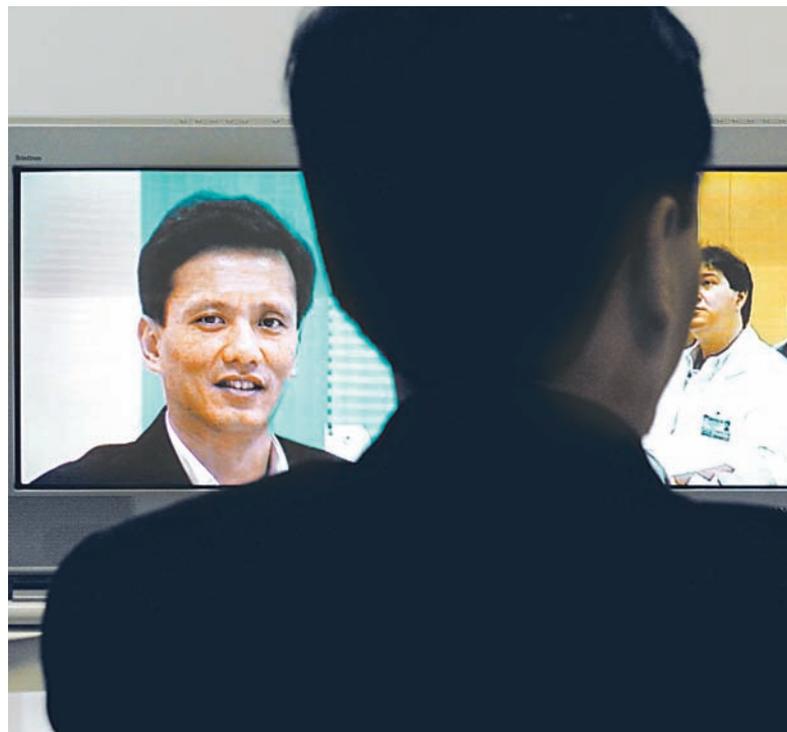
Joe Feizman/Getty Images



A telemedicina nasceu na década de 60 para que médicos monitorassem, a partir

rotação e aproximação. Além disso, pode-se acrescentar texto ou indicar uma região de interesse com setas.

Multidisciplinar Apesar de mais conhecido, o termo telemedicina está gradativamente sendo substituído pelo conceito mais abrangente de telessaúde, que prevê grupos multidisciplinares atuando em conjunto. É essa a idéia por trás do projeto encampado pelo CFM, pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), pela Universidade do Estado do Amazonas, pela Universidade Federal do Amazonas e pelo Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), que congrega informações geográficas e climáticas sobre a floresta Amazônica. Localizados em comunidades, fronteiras e bases do Exército, da Aeronáutica, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Fundação Nacional do Índio (Funai), os 650 pontos de presença do Sipam estão equipados com telefone, fax e computadores com acesso à internet. Aproximadamente 100 deles já possuem conexão de alta velocidade, o que permite o envio e o recebimento de vídeos e imagens. Toda tecnologia funciona via satélite. A meta é usar a infra-estrutura existente para evitar viagens longas de pacientes e melhorar as condições dos profissionais que trabalham nesses locais.



Chao Lung Weng, coordenador de telemedicina da USP, participa de teleconferência

Tecnologia de ponta no Xingu

Em 2,8 milhões de hectares no norte do Mato Grosso estão espalhados cerca de 4,9 mil índios de 14 etnias em 62 aldeias. O acesso ao Parque Indígena do Xingu é feito meio de pequenos aviões ou por terra, em sofridas e longas viagens. Tentando driblar essas dificuldades, o Projeto Xingu, ao completar 40 anos, pretende lançar mão da tecnologia para melhorar o atendimento de saúde prestado a essas populações.

A tecnologia deve servir para prestar melhores serviços básicos, o que inclui vacinação, pré-natal, monitoramento do desenvolvimento das crianças e controle de doenças como tuberculose, malária e outras sexualmente transmissíveis, como o HPV, vírus que pode causar câncer de útero. Hoje, para fazer exames relativamente simples, como ultra-som e colposcopia (exame que investiga a etiologia de lesões suspeitas de colo uterino), a mulher indígena precisa se locomover até Barra dos Garças, no

Mato Grosso, única cidade da região que dispõe de equipamento adequado ao exame. "Além do alto custo, existe a demora da viagem, em média dois dias, que muitas vezes é decisiva para o prognóstico", explica Douglas Rodrigues, coordenador do Projeto Xingu.

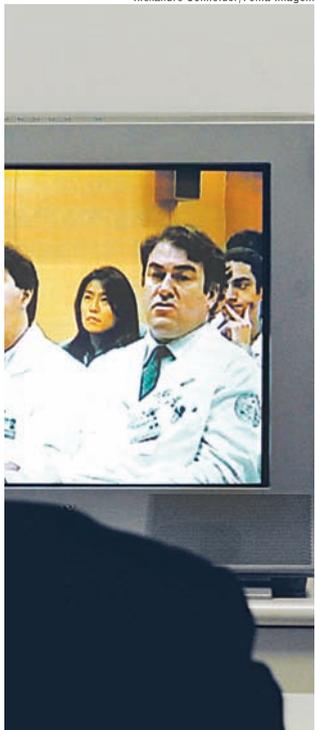
A idéia é que uma webcam permita que um ginecologista acompanhe, de São Paulo, a coleta do material ginecológico e as colposcopias feitas no Xingu. Os exames serão, então, fotografados e enviados pela internet a especialistas do Projeto Alfa, centro de tecnologia médica ligado à Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), para que possam diagnosticar o problema. Numa primeira fase, a tecnologia será usada na realização de exames ginecológicos, já que alguns casos recentes de infecção por HPV entre as mulheres índias evoluíram para câncer de colo de útero. A segunda etapa deve contemplar o diagnóstico de problemas dermatológicos.

Ainda não há perspectiva de quando o sistema entrará em pleno funcionamento. Rodrigues conta que o problema maior no parque é a falta de energia porque os geradores disponíveis dependem de combustível que vem de longe e precisam de constante manutenção. Uma boa opção seriam os painéis solares.

"Estamos no momento resolvendo essas questões tecnológicas. Já adquirimos duas antenas de conexão via satélite, mas sabemos que elas não serão suficientes porque os arquivos que precisamos transmitir são muito pesados. De qualquer maneira, vamos começar a fazer experimentos e projetos-piloto com o que temos", conta Rodrigues. Para ele, a iniciativa facilitará muito a vida dos 47 profissionais que integram o Projeto Xingu. "A implantação da telessaúde será um grande avanço. Ela pode reduzir as iniquidades na oferta de serviços de saúde para as populações isoladas", acredita.

da Terra, os astronautas e hoje é usada para diagnóstico e teleconferências

Alexandre Schneider/Folha Imagem



Alberto Araújo



médica; profissional de saúde presta atendimento em regiões remotas da floresta Amazônica (à direita)

Até agora, 22 unidades já receberam os equipamentos necessários para trabalhar com emergências médicas. Com eles, os médicos poderão obter material didático para apoiar seus diagnósticos e consultar especialistas em Manaus. “Já gravei três horas de aula sobre ética médica para contribuir com o projeto”, conta Roberto d’Ávila, coordenador da Câmara Técnica de Informática em Saúde e Telemedicina do CFM. “As instituições devem colaborar, usar as redes e a infra-estrutura que já existem em vez de criar novas”, alerta Chao Lung Weng, coordenador da disciplina de Telemedicina da USP. O projeto, de acordo com Edgar Fagundes Filho, diretor técnico e operacional do Sipam, ainda está no início, mas já mostra grande potencial. “Uma aula de Anatomia dada na USP foi transmitida e assistida simultaneamente em São Paulo, Manaus e Parintins e funcionou muito bem. Estamos em fase de experimentação e treinamento dos paramédicos, em sua maioria sargentos do Exército. Dentro de 30 dias, os 22 pontos equipados devem funcionar plenamente”, diz.

Internato A expectativa é que o projeto atenda, em sua primeira fase, cerca de 200 médicos e depois seja expandido para os estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima. Também faz parte da iniciativa o internato rural, que obriga todos os alunos de Medicina das três universidades envolvidas a passar dois ou três meses prestando assistência às comunidades amazônicas. A aposta é

que, com os pontos do Sipam devidamente equipados, os estudantes possam trabalhar de forma mais eficiente.

“O Brasil não está tão atrás quando comparado a outros países. Temos, por exemplo, um instrumento que poucos países têm: o Homem Virtual, que funciona como um reforço didático”, afirma Wen. Com recursos de computação gráfica, um CD-ROM batizado de Homem Virtual, de distribuição gratuita, mostra exatamente como as doenças agem no organismo e permite visualizar todos os órgãos e o funcionamento do corpo humano. Com o objetivo de diminuir a ocorrência de hanseníase – o Brasil é o segundo país do mundo com maior número de casos dessa doença –, foi firmado um acordo entre a Faculdade de Medicina da USP e a Organização Panamericana de Saúde (Opas). O objetivo é desenvolver um projeto de capacitação de médicos, profissionais de saúde e agentes comunitários do estado de São Paulo para o controle da hanseníase tendo como ferramenta o Homem Virtual.

O programa deve ser usado em larga escala para disseminar o aprendizado das formas de transmissão da doença e a identificação de manchas suspeitas. Por meio da telemedicina, é possível interligar centros de referência na pesquisa e no tratamento da hanseníase, hospitais, postos de saúde, universidades, escolas, governos e órgãos de apoio. A estratégia prevê até a participação de profissionais da área de beleza, como esteticistas, manicures, massagistas e cabeleireiros. Com treinamento adequado, Wen credi-

Quatro mil pacientes já estão cadastrados no portal de oncopediatria da USP



Marcelo Zuffo, do Laboratório de Sistemas Integráveis da USP

ta que eles poderão detectar manchas suspeitas em seus clientes e encaminhá-los aos serviços de saúde credenciados.

A tecnologia também é peça fundamental em um projeto de oncologia pediátrica que começou a sair do papel em 2002 com o apoio financeiro da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e funciona numa parceria da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) com o Laboratório de Sistemas Integráveis (LSI) da Escola Politécnica da USP. Todos os médicos, de qualquer parte do país, podem acessar o portal da oncopediatria gratuitamente, que já congrega 4 mil pacientes, 200 médicos e 38 hospitais espalhados por 12 estados brasileiros. “A idéia é descentralizar o hospital como única fonte de informação. E numa segunda fase, pretendemos incluir os casos de oncologia adulta”, afirma Marcelo Zuffo, coordenador dos meios interativos do LSI. Hoje, além de oferecer educação a distância, os exames e os sintomas de todos pacientes cadastrados no portal são registrados e o programa desenvolvido especialmente para o projeto é capaz de fornecer um diagnóstico e os detalhes do tratamento. O sistema também gera uma agenda que informa ao médico quais acompanhamentos e avaliações devem ser feitos. A idéia é proporcionar atendimento homogêneo às crianças portadoras de câncer, segundo protocolos avançados com os melhores índices de cura.

Recursos A meta é que, dentro de algum tempo, todos os casos de câncer infantil estejam na base de dados. Assim, será possível elaborar indicadores nacionais confiáveis da doença. “A má distribuição de serviços médicos de qualidade somada à heterogeneidade dos protocolos dos procedimentos médicos, leva à utilização de condutas que nem sempre são as mais eficazes. A telessaúde é uma

opção para melhorar o acesso aos serviços médicos e a disseminação do conhecimento dos centros de referência”, aposta Zuffo.

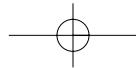
A ampliação desses projetos e a criação de novos sofrem, entretanto, com um denominador comum: a escassez de recursos. “O governo não investe muito em telemedicina, o que é uma pena. Não há outra maneira de alavancar a saúde no país a não ser por meio da tecnologia. O benefício, por exemplo, de usar o dinheiro do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) seria gigantesco, mas o dinheiro está parado”, lamenta György Böhm, chefe da disciplina de telemedicina da USP e presidente do Conselho Brasileiro de Telemedicina e Telessaúde. Mensalmente é destinado ao Fust 1% do faturamento das operadoras de telecomunicações. A administração federal já arrecadou cerca de 4 bilhões de reais desde sua criação, em 2000, mas desde o governo passado os recursos vêm sendo bloqueados no Orçamento da União por causa de interpretações conflitantes em relação à lei que criou o fundo – e para a realização do superávit primário.

“O próximo desafio é colocar a telessaúde nas residências. O ideal é que as pessoas, da mesma forma que acessam seu banco sem sair de casa, também possam receber a assistência médica sem precisar deslocar-se”, afirma Zuffo. Entretanto, para que os resultados de fato apareçam, a telessaúde tem de deixar de ser um experimento laboratorial de simples aplicação da tecnologia para transformar-se numa ferramenta incorporada ao processo de saúde. Portanto, é fundamental um modelo que seja prático, auto-sustentado e disponível para o maior número de pessoas possível. Por ter uma extensa rede de telecomunicações, o Brasil pode beneficiar-se muito com a telessaúde. A distância entre o tempo de diagnóstico e o tratamento diminui, o que aumenta a eficiência dos serviços médicos, justificando o investimento em equipamentos. Afinal, o objetivo é que a universalização dos recursos tecnológicos melhore a coleta de informações referentes à saúde de um paciente, seu processamento, sua análise e distribuição. É importante, porém, propor soluções reais para que falsas expectativas não sejam geradas, pois se trata de uma mudança a ser realizada no longo prazo e deve contar com o apoio maciço dos atores envolvidos no processo. **d**

Esta é a quinta reportagem de uma série de seis sobre temas que serão discutidos na 3.ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI), que será realizada em novembro, em Brasília. Informações sobre a conferência estão disponíveis na Internet no endereço www.desafios.org.br/conferencia

Apoio



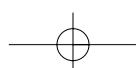
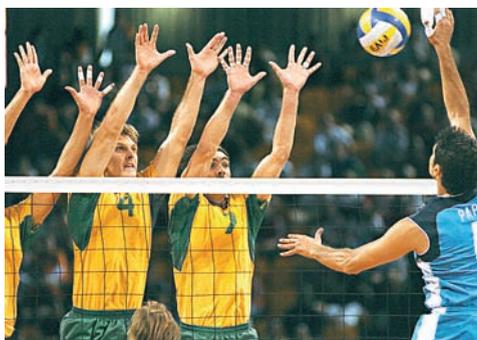


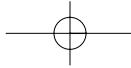
MELHORES PRÁTICAS



Jogadores comemoram a conquista da segunda medalha olímpica de ouro do vôlei masculino brasileiro, nos Jogos de Atenas, em 2004

Forjada a





Fotos Washington Alves/COB/Divulgação



Ouro

Por **Andréa Wolffenbüttel**, de Saquarema, RJ

Com planejamento, trabalho e muito profissionalismo, o Brasil construiu a melhor seleção de voleibol do mundo. Conheça os caminhos, os segredos e os heróis dessa façanha

Quem passar por Jaconé, uma das diversas praias do município de Saquarema, no Rio de Janeiro, e conseguir desviar os olhos do azul profundo e cristalino do mar, pode ser premiado ao ver, no outro lado da rua, um animado grupo praticando vôlei. Se prestar atenção, vai perceber que quem está sacando é Giba, considerado o melhor jogador de vôlei do mundo nas Olimpíadas de Atenas. Quem está recebendo é Escadinha, uma revelação. E quem está ao comando é, nada mais, nada menos, que Bernardinho. Sob o sol onipresente do litoral carioca, os campeões olímpicos treinam tranquilamente. Para deleite dos fãs, eles estão isolados apenas por uma cerca de arame que circunda os 108 mil metros quadrados do Centro de Desenvolvimento de Voleibol de Saquarema, orgulho da Confederação Brasileira de Voleibol (CBV), e que faz com que Bernardinho encha o peito e diga: “Temos a melhor infra-estrutura do mundo, nenhuma seleção de vôlei dispõe de um centro de treinamento exclusivo como esse”. O investimento de 5 milhões de reais na construção do centro parece natural para uma seleção que traz no peito duas medalhas olímpicas de ouro, uma de prata, a conquista da Copa do Mundo do Japão, em 2003, e cinco títulos de campeã da Liga Mundial. Mas é claro que as coisas não eram bem assim quando, em 1975, uma turma composta de ex-jogadores de vôlei assumiu o comando da CBV e começou a sonhar com o ouro olímpico.



Os atletas da Seleção Brasileira de Vôlei contam com a melhor infra-estrutura. Não

Ambição O líder do grupo era Carlos Arthur Nuzman, que, graças ao trabalho desenvolvido à frente da CBV, galgou o posto de presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Ele é bem objetivo ao enumerar os elementos necessários para a construção de uma seleção campeã, além, obviamente, do talento dos atletas: planejamento, gerenciamento, profissionalismo e estrutura adequada. Atualmente, o principal responsável pelas seis seleções de vôlei, a infanto-juvenil, a juvenil e a adulta, tanto masculina como feminina, é Paulo Márcio Nunes da Costa, superintendente da CBV. Ele, um veterano que trabalha há 31 anos para a instituição, reforça a declaração de Nuzman. “Não tem segredo nenhum, basta ter uma idéia clara do que se quer alcançar e não se desviar jamais das metas estabelecidas.” O caminho apontado por ambos, bem simples por sinal, serve para qualquer empreendimento, mas eles esqueceram de incluir dois elementos, sorte e habilidade, sem os quais não se ganha nenhuma partida. As condições que permitiriam ao Brasil galgar o pódio estavam tomando forma muito longe daqui, o que foi uma sorte. E coube à equipe de dirigentes brasileiros ter a habilidade para aproveitar o momento certo.

O vôlei só passou a ser considerado um esporte olímpico em 1964 (leia quadro na pág. 61), e imediatamente a antiga União Soviética mostrou sua superioridade conquistando o ouro duas vezes seguidas. “Estabeleceu-se, então, uma divisão no terreno político-esportivo. Os Estados Unidos detinham a supremacia no basquete e a União Soviética no vôlei. Assim, por algum tempo, o vôlei foi uma especialidade dos países comunistas”, explica o professor Marcos Campomar, estudioso de marketing esportivo da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP). Mas o equilíbrio foi rompido nos Jogos de Munique, em 1972, quando a União Soviética sagrou-se campeã no vôlei e no basquete. O feito provocou uma imediata reação norte-americana, que se preparou para dar uma res-



Ranking da Federação Internacional de Voleibol

Atualizado em 10 de julho de 2005

Posição	País	Pontos
1	Brasil	245,00
2	Itália	190,00
3	Sérvia e Montenegro	155,00
4	Rússia	136,00
5	Estados Unidos	132,50
6	França	99,00
7	Argentina	83,00
8	Polônia	82,50
9	Grécia	75,00
10	Venezuela	39,50

Fonte: FIVB

posta à altura. O empenho dos Estados Unidos em formar uma boa equipe acabou influenciando os países sob sua esfera e adaptando o vôlei a práticas mais próximas do mercado e mais distantes da proteção única do Estado.

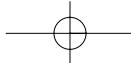
Enquanto isso, no Brasil, a nova diretoria da CBV batalhava para conseguir sediar, em 1977, o primeiro campeonato

mundial de vôlei juvenil. Contando com o apoio exclusivo do governo, eles se preocuparam em preparar instalações adequadas à competição e, acima de tudo, equipes à altura do vôlei mundial. Montaram duas concentrações, uma para a seleção masculina, no Rio de Janeiro, e outra para a feminina, em Belo Horizonte. “Nós providenciamos duas casas, onde instalamos a garotada. Eles moraram lá durante dez meses. Treinavam, estudavam em escolas próximas e eram cuidados por monitores”, lembra Nunes da Costa, superintendente da CBV. Um período tão longo de concentração era algo absolutamente inédito. Para ter uma noção, os atletas da seleção que, no ano anterior, havia participado das Olimpíadas de Montreal treinaram juntos durante somente 30 dias. O mundial juvenil foi considerado uma vitória em todos os sentidos. Primeiro porque o país alojou 34 equipes que jogaram simultaneamente em quatro estados, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Distrito Federal. E depois porque o Brasil terminou em quarto lugar na categoria feminina e em terceiro lugar na masculina. Entre os jogadores que sacaram, bloquearam e levantaram as bolas dessa conquista havia nomes especiais: Renan, Amauri e Montanaro.

Promessa O talento apresentado pelos atletas brasileiros prometia um brilhante futuro, comprovado em 1980, nos Jogos de Moscou, quando a seleção masculina obteve seu melhor resultado olímpico até então, conquistando o quinto lugar e, em 1982, sagrando-se vice-campeã mundial. A nova mentalidade implantada no vôlei começava a dar seus primeiros frutos, e isso coincidiu com mudanças determinantes no universo esportivo. Uma alteração na Carta Olímpica, feita em 1981, eliminou a cláusula que restringia a participação exclusivamente a atletas amadores. E uma nova orientação do Comitê Olímpico Internacional permitiu que as seleções fossem patrocinadas por empresas. Com as novidades, as Olimpíadas de Los Angeles, de 1984, entraram para a história como os jogos da



Giovane Gávio deixou as quadras e assumiu a área de marketing esportivo da Unisul



existe, em lugar nenhum, um centro de treinamento exclusivo para essa modalidade



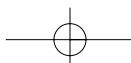
Presidente Lula recebe dirigentes da SBM e dois jovens talentos na matemática

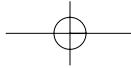
Que tal uma partida de *mintonette*?

Foi com esse nome estranho e afrancesado que o criador do vôlei decidiu batizar seu invento. Era 1895, e Willian George Morgan, o novo professor de Educação Física da Associação Cristã de Moços (YMCA, da sigla em inglês) de Holyoke, em Massachusetts, estava em busca de um esporte que pudesse ser praticado por todos os seus alunos, mesmo os mais velhos. Era amigo de James Naismith, também professor de Educação Física, que quatro anos antes havia idealizado o basquete. Mas Morgan achava essa modalidade muito violenta e decidiu criar um esporte com menos contato físico. Inspirado no tênis, ele adotou a divisão da quadra por uma rede e estabeleceu que os praticantes deveriam passar a bola de um lado para o outro. Porém decidiu dispensar a raquete, cara demais para seus alunos, e aumentar o número de participantes. O toque final foi dado pela idéia de elevar a rede. Alguns modelos de bolas foram testados sem sucesso. Primeiro a bola de basquete, mas era muito pesada. Depois foi a vez da câmara da bola de basquete, mas apresentava o defeito contrário: era leve demais. Morgan, então, encomendou a uma empresa o desenvolvimento de uma bola adequada ao novo esporte e recebeu um produto rigorosamente igual ao que é usado até hoje. No ano seguinte, durante uma conferência que reuniu todos os professores da YMCA, Morgan

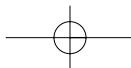
teve a oportunidade de apresentar sua criação, que foi bastante apreciada, apenas com uma restrição. Um dos professores presentes observou o voleio da bola sobre a rede e sugeriu que o nome *mintonette* fosse substituído por *volley*. Assim a nova modalidade esportiva ganhou seu nome definitivo. Durante o evento, Morgan distribuiu cópias dos regulamentos do vôlei e, em pouco tempo, o jogo se espalhou por todo o país, levado pelos professores às diversas unidades da YMCA. Em 1913, o novo esporte já havia atravessado fronteiras e oceanos e era conhecido nos cinco continentes, sendo divulgado, sobretudo, pelos militares norte-americanos.

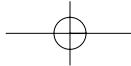
Não se sabe exatamente quando o vôlei chegou às terras brasileiras, mas a primeira competição oficial foi realizada em 1915, no Recife, justamente pela Associação Cristã de Moços. Em 1951, o Brasil sediou o 1.º Campeonato Sul-Americano, antes mesmo da fundação da Confederação Brasileira de Voleibol, que só aconteceu três anos depois. Em 1954, quando o vôlei passou à categoria de esporte olímpico, a seleção brasileira ficou em sétimo lugar nos jogos de Tóquio. Desde então, assim como acontece no futebol, o vôlei brasileiro esteve presente em todas as Olimpíadas e atualmente trabalha para conquistar a terceira medalha de ouro em 2010, nos jogos de Pequim.





Atletas treinam para o próximo campeonato sul-americano, que acontecerá em Lages, Santa Catarina





A transmissão dos jogos pela televisão é fundamental

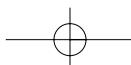
iniciativa privada. Eles foram realizados sem verba do governo norte-americano e produziram lucro pela primeira vez na história. Na cerimônia de encerramento, os organizadores registraram sobra de caixa de 225 milhões de dólares. A seleção brasileira, comandada por Bernard, Xandó, Montanaro e Renan, foi a segunda melhor do mundo, perdendo apenas para os donos da casa. Os jogadores trouxeram para casa a medalha de prata, e os dirigentes a idéia clara da estratégia a ser adotada para alcançar o primeiro lugar no pódio mundial.

Patrocínio Boa parte dos lucros gerados pelas Olimpíadas de Los Angeles veio da venda dos direitos de transmissão para a televisão, mostrando que tinha um papel fundamental a desempenhar no mundo dos esportes. No Brasil, o jornalista Luciano do Valle já havia percebido esse potencial. Trabalhava para transformar a Rede Bandeirantes de Televisão no Canal do Esporte, e para isso precisava de produtos para preencher a programação e atrair a audiência. “O Luciano teve uma participação importantíssima na popularização do vôlei no Brasil”, conta o professor Campomar. O projeto de montar um canal de televisão voltado preferencialmente para o esporte foi o que se pode chamar de “uma mão na roda” para a trajetória da seleção de vôlei. De olho na fama e simpatia conquistadas pelos jogadores conhecidos como “geração prata”, a emissora abriu generosos espaços para a transmissão das competições e simultaneamente chamou a atenção de potenciais patrocinadores. Entre eles uma empresa que teria seu nome estreitamente ligado à conquista do ouro olímpico, o Banco do Brasil.

No final da década de 80, pesquisas feitas pelo departamento de marketing da instituição mostraram que a idade média dos correntistas era bastante alta e que a imagem do banco era de um estabelecimento antiquado, onde os clientes compareciam apenas para pegar a aposentadoria. A diretoria da empresa decidiu que era necessário fazer algo para reverter esse

quadro que comprometia seriamente o futuro da instituição. Para descobrir que rumo tomar, foi feito um levantamento durante o Rock in Rio de 1990, no qual se constatou que os jovens se identificavam maciçamente com atividades culturais e esportivas. O vôlei estava despontando na ocasião, era jovem e vencedor. O Banco do Brasil decidiu associar sua marca ao vôlei e assinou o primeiro contrato de patrocínio com a CBV em 1991. O momento não poderia ser mais oportuno, pois no ano seguinte, nos Jogos Olímpicos de Barcelona, pela primeira vez na história o Brasil conquistaria uma medalha de ouro em um esporte coletivo. “O resultado é que, cinco anos depois do início da ação com o vôlei, a idade média dos nossos correntistas havia caído dez anos”, relata Carlos Alberto Araújo Netto, gerente de marketing do banco.

“Nossa parceria com o banco é uma das mais bem-sucedidas no esporte”, avalia Bernardino, um veterano do vôlei que conhece a realidade dentro e fora das quadras. Os contratos de patrocínio têm validade de quatro anos, o que permite à CBV fazer planos de longo prazo. Trinta e três milhões de reais por ano, cerca de 25% de toda a verba de marketing do Banco do Brasil, são destinados às ações esportivas, que, a partir de 2000, passaram a abranger também o tênis e a vela. Essa estabilidade ajuda a atrair o apoio de outras empresas, que confiam nos bons resultados que virão (veja quadro na pág. 64). Especialmente porque os recursos servem para bancar não só as seleções adultas, como também as juvenis e infanto-juvenis, o que garante a renovação das equipes e a continuidade das vitórias. Atualmente, o Brasil é o único país que consta entre os três primeiros colocados nos rankings da Federação Internacional de Voleibol em todas as categorias. Apesar do Banco do Brasil avisar que não faz nenhuma caridade e que o retorno dos investimentos em patrocínio esportivo está em constante reavaliação, nada indica que a instituição pretenda abrir mão da imagem que conquistou por meio



O Brasil é o único país a constar entre os três primeiros colocados de todos os rankings

da famosa torcida amarela. Uma das cláusulas do contrato estabelece que o banco tem direito a 20% das arquibancadas de todos os jogos da seleção, justamente aquela parte que fica bem em frente às câmeras de televisão.

Sucesso Foi assim que, com um pouco de sorte e muita habilidade, a fórmula idealizada na década de 70 pelos dirigentes da CBV deu mais do que certo. Há dez anos os brasileiros sobem em praticamente todos os pódios das competições que participam e ocupam o primeiro lugar no ranking mundial de seleções masculinas, com a posição ainda mais consolidada após a terceira conquista consecutiva da Liga Mundial, em julho passado (veja quadro na pág. 60). Os atletas tornaram-se ídolos nacionais, com direito a patrocinadores próprios, e têm à disposição a melhor infra-estrutura do mundo. O centro de treinamento em Saquarema tem condições de abrigar em seus alojamentos as seis seleções simultaneamente com tudo sob medida. As camas têm mais de 2 metros de comprimento, os aparelhos de musculação também são adaptados à estatura dos jogadores e nada foi construído sem a prévia aprovação da equipe técnica. Ficaram para trás os tempos em que eles se hospedavam em hotéis e treinavam de favor em algum clube. Agora são tratados como estrelas de primeira grandeza.

Porém, a realidade da seleção não se estende a todo o universo do vôlei, os times ainda convivem com problemas graves. “Os atletas enfrentam insegurança em relação ao futuro porque não sabem se os patrocinadores vão renovar o compromisso ao final do contrato”, afirma Giovane Gávio, um dos jogadores mais queridos do vôlei brasileiro. Ele deixou as quadras na temporada passada e assumiu a direção da Universidade do Esporte, um projeto da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), que desde 1999 mantém uma equipe de vôlei. “Outro problema é que o campeonato nacional, a Superliga, não é veiculado na TV aberta, e mesmo quando

os jogos são transmitidos algumas emissoras fazem restrição à divulgação dos nossos patrocinadores. Isso, claro, traz grandes dificuldades”, reclama Giovane. Ele reconhece que vive uma situação diferenciada, porque a Unisul está expandindo seus investimentos no esporte graças aos excelentes retornos. Atualmente, 20% dos estudantes da universidade vieram de outros estados e quase todos conheceram a Unisul por meio do vôlei. Além disso, uma pesquisa constatou que cada real aplicado em marketing esportivo rende o equivalente a 20 reais em espaço na mídia. Mesmo assim, Giovane lamenta que nem todas as empresas dão ao esporte o valor que ele merece como meio de divulgação e afirmação de marcas.

A profissionalização do vôlei no Brasil foi acompanhada da chegada dos patrocinadores, que acabaram impondo seus nomes aos times. Foi assim que surgiram equipes famosas, como a da Pirelli e a da Atlântica Boa Vista. Mas, quando a empresa se afasta, o time fica órfão, tanto de identidade como de recursos. O caso da Pirelli foi exemplar. Tetracampeã brasileira durante a década de 80, a equipe simplesmente se desmanchou depois que perdeu o apoio da multinacional italiana. “É natural que seja assim. O patrocínio tem um ciclo e, depois de alcançar seus objetivos, ele vai embora”, adverte Bernardinho, que, além de treinar a seleção masculina, é técnico da equipe feminina do Rexona, outro time que carrega o nome do patrocinador. Ele acredita que uma solução possível para o impasse seria a adoção do modelo vigente na Itália, onde os times são “apadrinhados” pelas prefeituras das cidades e têm profunda identificação com os moradores locais. A própria municipalidade se encarrega de conseguir os recursos necessários para manter as equipes com as empresas interessadas em reforçar suas marcas nas diferentes regiões.

Êxodo A Itália, aliás, acabou por se tornar um destino comum dos melhores jogadores de vôlei do Brasil. Devido à frágil estrutura dos times locais, eles acabam seduzidos pelas propostas vindas do exterior. Dos 17 atletas que compõem a seleção atual, nove atuam naquele país. “Lá o campeonato é mais organizado e a gente tem mais estabilidade. Eu mesmo acabo de renovar contrato por mais três temporadas”, relata Giba, um dos maiores destaques mundiais do vôlei. Mesmo países que não têm tanta tradição no esporte conseguem levar atletas brasileiros. André Nascimento, outro campeão olímpico, deixou o Brasil para jogar no Panathinaikos, da Grécia. Ele reconhece que a qualidade do treinamento dos gregos deixa a desejar em relação aos padrões brasileiros, mas não resistiu à possibilidade de ganhar o salário em euros. Agora está de malas prontas e também vai para a Itália. Bernardinho afirma que não

Empresas que apóiam a Confederação Brasileira de Voleibol

- ✓ **BANCO DO BRASIL** Patrocinador oficial das seleções desde 1991
- ✓ **OLYMPIKUS** Fornecedor oficial de material esportivo desde 1997
- ✓ **PLAYPISO** Piso oficial das quadras em competições nacionais
- ✓ **PENALTY** Bola oficial do vôlei de quadra e de praia
- ✓ **RAINHA** Patrocinadora da Superliga nas temporadas 2004/2005 e 2005/2006
- ✓ **GERFLOR** Piso oficial das quadras nas competições da Federação Internacional de Voleibol
- ✓ **SPORTV** Transmissão dos jogos da Supercopa e Grand Prix de Clubes até 2005 e da Superliga até 2007

da Federação Internacional de Voleibol, no infanto-juvenil, no juvenil e no adulto

Fotos: Divulgação



Washington Alves/COB/Divulgação



Centro de treinamento exclusivo da seleção de vôlei em Saquarema (ao alto); torcida uniformizada do Banco do Brasil (no centro); e Bernardinho, ao comando da equipe campeã olímpica

vê problema nenhum no êxodo dos jogadores, porque defende o que é melhor para os esportistas. Mas é impossível evitar o temor de que o vôlei passe pelo mesmo processo do futebol, no qual todos os craques, mal despontam, já são levados por times estrangeiros. “Isso não tem jeito. É um problema nacional. Enquanto a economia brasileira não chegar ao mesmo nível da dos países mais ricos, estamos condenados a fornecer nossos maiores talentos”, garante o técnico da seleção.

Modelo Mas, se os fatores negativos, como a fuga de jogadores, se repetem em diferentes esportes, será que os aspectos positivos, como a receita vitoriosa, podem ser replicados em outras modalidades? Nuzman, um dos idealizadores do modelo do vôlei, acredita que sim. “Basicamente, a trajetória do voleibol possui ingredientes comuns ao sucesso de um trabalho em qualquer esporte.” E recomenda: “Um dos segredos dos nossos acertos foi ter seguido à risca o planejamento traçado a partir de 1975, buscando sempre a renovação das equipes, o investimento na formação e descoberta de novos talentos e a busca de novos caminhos para atrair patrocinadores”. Nuzman fala do alto de sua experiência, de quem comandou o vôlei brasileiro por 21 anos e viu a CBV ser escolhida por três anos consecutivos, de 1997 a 1999, a melhor federação nacional do mundo. O prêmio é concedido pela Federação Internacional de Voleibol por causa dos resultados obtidos pelas seleções nacionais, pela qualidade na organização de eventos e pela administração do esporte de maneira geral. A homenagem foi muito bem recebida, mas é claro que a cobiça de todos está voltada para outros tipos de conquista. Aquelas que fazem vibrar a torcida, aquelas em que se ouve o Hino Nacional, em que os atletas se cobrem com a Bandeira do Brasil, beijam as medalhas, sobem ao pódio e fazem com que todos tenhamos a convicção, pelo menos por algum tempo, de que vivemos no melhor país do mundo. **d**

BRASIL

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada lança radiografia

Para organizar o debate

Por **Marina Nery**, de Brasília

Brasil: o Estado de uma Nação reafirma a missão tradicional do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): pensar o Brasil. E vai além. É a primeira vez que a instituição comunica a um público mais amplo uma análise panorâmica dos problemas nacionais. Com o selo de qualidade do corpo técnico do Ipea, mas também com a participação de grandes nomes da pesquisa nacional de outras instituições, a publicação é um esforço multidisciplinar. Profundo, mas

acessível. Cerca de 60 pesquisadores trabalharam de forma harmônica e integrada, ainda que com visões plurais, para colocar diversos temas brasileiros no centro do debate: afinal, como anda a nação?

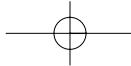
“O objetivo do livro é organizar a discussão sobre os principais temas do desenvolvimento humano no Brasil”, afirma um dos coordenadores da obra, o economista do Ipea Paulo Tafner, que se dedicou ao projeto em tempo integral nos últimos seis meses. Fernando Rezende, economista, ex-pre-

sidente do Ipea, que foi convidado para liderar a preparação do livro, aponta uma grande dificuldade do projeto: “Procuramos assegurar que o texto não fosse uma coleção de capítulos independentes, o que geralmente ocorre em obras dessa natureza”. O resultado? “Os capítulos se interligam como partes de um todo”, diz o pesquisador associado Regis Bonelli, que contabiliza 40 anos de Ipea. Ex-diretor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e organizador do capítulo “Estabilidade e Crescimento”, Bonelli fala com a experiência de ter participado de um dos primeiros trabalhos de peso do Instituto, os *Diagnósticos da Economia Brasileira*, de 1964, que serviram de base para a elaboração de várias políticas e até de planos do governo. Era um tempo em que não existiam as técnicas quantitativas e os métodos de pesquisa de hoje.

Rigor Apesar da evolução da metodologia de pesquisa, uma das normas da coordenação do livro foi a proibição do abuso de fórmulas matemáticas. Além disso, as tabelas e os gráficos são todos desenvolvidos de forma a propiciar leitura e compreensão rápida para atender a todos os tipos de leitores, especializados ou não. Mas a procura de uma linguagem leve não significa falta de rigor analítico. Um exemplo é o capítulo “Inovação e Competitividade”, prepa-



Mark Miller



completa do cenário social e econômico do país

rado em conjunto por pesquisadores do Ipea e por Eduardo Viotti, economista, consultor legislativo do Senado para Política Científica e Tecnológica e professor do mestrado de Política e Gestão de Ciência e Tecnologia do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

No capítulo, os pesquisadores fizeram o cruzamento da Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec), do IBGE, com a 3.ª Rodada de Pesquisas de Inovação da Comunidade Européia. “Pela primeira vez, mapeamos o esforço de inovação brasileiro e como o país se posiciona em relação à indústria de outros países. Antes, eram utilizados indicadores genéricos indiretos, específicos para um setor ou outro”, esclarece Viotti. Com a ajuda dos estatísticos do Ipea, o IBGE produziu por encomenda uma tabulação de dados especial, compatível com as da Europa. A matriz foi composta de informações sigilosas de bancos de dados do governo sobre o setor privado, com a garantia de que informações individualizadas de cada empresa não fossem divulgadas, mas fosse feita tão-somente uma grande síntese analítica do setor.

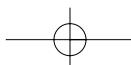
Os oito capítulos do livro fornecem não apenas uma visão abrangente e múltipla dos principais problemas nacionais, mas também cobrem os aspectos fundamentais da realidade econômica, social, política e cul-

tural do país. A produção de um conjunto mínimo de denominadores comuns de conceitos, problemas e diagnósticos tem o efeito salutar de nortear e tornar o debate mais produtivo, requisito central para a formulação de possíveis soluções. É uma publicação que retrata, para cada um dos temas em destaque, a situação corrente e os progressos realizados, e que apresenta perspectivas e desafios para a sociedade brasileira.

Versões “Quando surgiu a idéia de fazer o livro, a primeira questão levantada pelos técnicos do Ipea foi: como é que nós vamos produzir esse documento novo?”, relata Bonelli. Afinal, ao optar por uma publicação que se dirigisse à sociedade brasileira como um todo, o grande desafio era chegar a uma linguagem que atendesse não só aos cidadãos comuns, mas também aos estudiosos, centros de pesquisa, organizações da sociedade civil, legisladores, gestores de políticas públicas e formadores de opinião. Apesar de voltado prioritariamente para o público brasileiro, o livro pretende alcançar também vãos internacionais. Por isso, serão publicadas, em aproximadamente dois meses, versões em inglês, espanhol e francês. O livro também terá continuidade com uma versão simplificada e adaptada para o público infante-juvenil e um vídeo institucional, que estão em fase de preparação.

As atividades do projeto de elaboração do livro começaram em julho do ano passado. Bertha Becker, geógrafa e professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), condutora do capítulo “Amazônia: Desenvolvimento e Soberania”, que discute alternativas para exploração sustentável da riqueza da região, aprovou a nova experiência. “Ao ler os capítulos dos demais pesquisadores, passamos por um ótimo processo, porque é enriquecedor poder debater e ouvir os colegas”, avalia. “Tive a ajuda de mais de uma dúzia de pessoas, principalmente do pesquisador Paulo Levy, que praticamente co-redigiu o capítulo comigo e produzimos um trabalho de grupo, de forma consensual”, comenta Bonelli. O cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, coordenador do capítulo “Cidadania e Participação”, contou com a colaboração de pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Uerj), entre outras instituições.

Foram oito meses de pesquisa e outros três de trabalho editorial e gráfico. *Brasil: o Estado de uma Nação* pode ser adquirido na livraria do Ipea pelos telefones (61) 3315-5336 e (21) 3804-8118, pelo endereço eletrônico livraria@ipea.gov.br ou acessado gratuitamente pelo site www.ipea.gov.br. 



O olhar do Ipea sobre o estado



Divulgação/Ipea

O projeto Brasil: o Estado de uma Nação, cujo primeiro produto é livro de mesmo nome e que faz uma radiografia do Brasil em várias dimensões, foi concebido com o objetivo de retratar, analisar e discutir os problemas associados ao desenvolvimento brasileiro. O estímulo à realização do projeto veio do reconhecimento de que há carência de informação técnica compreensível pelo grande público. Por isso mesmo, a publicação, que foi lançada em 30 de agosto último, é dirigida à sociedade brasileira: estudiosos, centros de pesquisa em geral, organizações da sociedade civil, legisladores, responsáveis diretos pela formulação de políticas públicas capazes de modificar a realidade do país, formadores de opinião e também ao cidadão comum, que precisa conhecer o contexto que o cerca para exercer adequadamente seus direitos e cumprir conscientemente seus deveres.

O projeto estrutura-se em cinco dimensões centrais de análise: crescimento econômico/ renda per capita; complexidade produtiva; equidade de oportunidades; maturidade institucional; e eficiência pública. Essas cinco dimensões constituem peças-chave na engrenagem do desenvolvimento humano de um país e encontram-se interligadas, reforçando-se mutuamente ou, ao contrário, contrapondo-se, muitas vezes. Cada país, de acordo com suas peculiaridades, características e, sobretudo, escolhas, produz uma particular combinação no grau de desenvolvimento dessas dimensões.

Isso significa que cada nação tem graus de liberdade e pode fazer escolhas. Os agentes envolvidos e a sociedade em geral terão mais chance de escolher melhor, entre as opções disponíveis, se estiverem bem informados. Além disso, quanto mais esclarecida estiver a sociedade, maior será o apoio à decisão e mais rapidamente as me-

didadas tomadas surtirão efeitos. Esse desafio motivou o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) a elaborar o texto *Brasil: o Estado de uma Nação*. O projeto visa inaugurar a prática de analisar e expor a um público, para além do estritamente técnico, em linguagem simples e direta, com amplos recursos visuais e gráficos que facilitem a leitura e o entendimento. Para que os leitores compreendam os problemas e os desafios que enfrenta o Brasil, de modo a estimular a reflexão acerca das mudanças necessárias para que o futuro encontre uma nação economicamente mais forte e menos desigual.

Os temas centrais da edição 2005, a primeira de uma série anual, são o desenvolvimento e a inclusão social, hoje e no futuro, com especial destaque para a análise de nossa juventude. O livro está estruturado em oito capítulos e busca retratar, com razoável grau de detalhes, como a nação brasileira tem construído sua história, manifestada em múltiplas dimensões: na forma como produzimos e nos desenvolvemos materialmente, em nossa capacidade de inovar e competir com o resto do mundo, na maneira como dividimos entre nós o que somos capazes de produzir, como ocupamos o território e preservamos nossos recursos naturais, como nos organizamos e participamos da vida social e política, e como pensamos o futuro, expresso em nossa juventude.

No capítulo “Estabilidade e Crescimento”, destaca-se a importância da persistência na condução da estabilidade monetária, com a finalidade de criar bases sólidas para a instauração de um ciclo de progresso sustentável. Mas não afasta a necessidade de dar continuidade ao processo de mudanças institucionais porque, apesar dos avanços, a economia brasileira ainda está vulnerável a crises domésticas que podem comprometer o equilíbrio fis-

“Os temas centrais da edição 2005 de Brasil: o Estado de uma Nação, a primeira de uma série anual, são o desenvolvimento e a inclusão social, hoje e no futuro, com especial destaque para a análise de nossa juventude”

da nação

cal, a geração de poupança e os investimentos necessários para o crescimento. Além de crises internacionais que podem afetar o fluxo de recursos externos para o país. O grande desafio é remodelar as instituições de modo a facilitar a atividade econômica e desatar o nó fiscal que mantém o ajuste das contas públicas prisioneiro de uma carga tributária elevada, dominada por impostos de má qualidade, que afetam a eficiência do setor produtivo e impõem um ônus maior sobre a população de menor poder aquisitivo.

A longo prazo, a redução dessa vulnerabilidade vai requerer um esforço nacional de geração de conhecimento e incorporação das inovações dele decorrentes ao processo produtivo, para aumentar a capacidade da economia brasileira de competir em setores modernos da arena global. Esse é o tema do capítulo “Inovação e Competitividade”, que mostra quão distantes as empresas brasileiras se encontram em matéria de inovação tecnológica no contexto internacional.

Conforme analisado no capítulo “O Estado e a Federação”, dentre as medidas necessárias para afrouxar o nó fiscal é preciso também discutir o modelo de federalismo fiscal e os direitos e as garantias instituídos pela Constituição de 1988. Mas não se pode ignorar o fato de que os benefícios sociais previstos na Carta Magna, juntamente com a estabilidade da moeda, foram importantes instrumentos no combate à pobreza, permitindo que uma parcela da população brasileira ultrapassasse a linha da pobreza na última década, conforme mostram os números reunidos no capítulo “Pobreza e Exclusão Social”.

No entanto, esse cenário não se sustenta se o crescimento da economia e a geração de empregos continuarem sofrendo as limitações decorrentes dos altos impostos exigidos pelo aumento dos gastos públicos

e da grande distância que separa o salário recebido pelo trabalhador do custo que esse trabalhador representa para a empresa.

A ênfase na competitividade, que está na base de uma estratégia moderna de crescimento econômico, aumenta as exigências com respeito à qualidade do trabalhador. Mas o preparo do trabalhador brasileiro, principalmente dos jovens, requer uma política educacional que enfatize a qualidade do ensino e o aumento da escolaridade média, assim como a ampliação do acesso da população de média e baixa rendas a bens e serviços essenciais ao usufruto pleno de sua cidadania, como o transporte e o saneamento.

O acesso à educação, principalmente à de boa qualidade, e aos direitos de cidadania padeceu nos últimos anos de uma progressiva incapacidade do Estado de sustentar as políticas pertinentes, apesar dos avanços registrados em relação à universalização do ingresso no ensino básico e à melhoria de alguns indicadores de cobertura de serviços urbanos. Por essa razão, a despeito da vitalidade da democracia brasileira – retratada no capítulo “Cidadania e Participação” –, o acesso a bens constitucionais assegurados a todos os cidadãos brasileiros permanece muito aquém do desejável.

O enfraquecimento da capacidade do Estado de conduzir políticas importantes para o desenvolvimento nacional se revela com bastante nitidez na dimensão territorial, que é objeto de atenção do capítulo “Território e Nação”. Mostra como as importantes mudanças que ocorreram na geografia socioeconômica nacional aprofundaram a distância entre a multifacetada realidade regional; e, ao mesmo tempo, indica a necessidade de reflexão sobre a clássica divisão do território brasileiro em cinco macrorregiões.

A face mais dramática de um padrão

desordenado de ocupação do território brasileiro é exibida pela Amazônia. O capítulo “Amazônia: Desenvolvimento e Soberania” enfatiza duas questões que não frequentam o debate sobre os problemas regionais: na Amazônia convivem os problemas antigos de preservação da floresta com novas questões da agenda internacional, em especial os novos mercados que se formam em torno dos bens da natureza.

Como destaque especial, o volume que inaugura essa nova série do Ipea lança um olhar atento à questão da juventude. O capítulo “Juventude no Brasil” revela que o país vive um significativo processo de transição demográfica, cuja marca principal é o pico histórico no número de jovens. Essa onda demográfica ocorre em condições desfavoráveis, pois a juventude exhibe padrões de vida insatisfatórios e uma parte não desprezível dela se encontra abaixo da linha de pobreza. Mas essa não é a pior face: a reduzida escolarização média da juventude e os elevados níveis de desigualdade educacional entre jovens implicam que tenham menores oportunidades de acesso ao mercado de trabalho. Além disso, e talvez o mais grave e preocupante traço de nossa sociedade, o sistema educacional não cumpre minimamente seu papel maior, que é equalizar as oportunidades.

Discutir e construir é a proposta de *Brasil: o Estado de uma Nação*. Não há fórmulas prontas e acabadas. O leitor também é estimulado a tirar as próprias conclusões e a participar de um debate que procura ultrapassar os limites estreitos dos especialistas, para incluir um numeroso contingente de cidadãos. Todos os interessados nos grandes desafios do Brasil são, portanto, convidados a contribuir.

Paulo Tafner é economista, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e escreveu este artigo em conjunto com Fernando Rezende, consultor e ex-presidente do Ipea

Retrato sem retoques

Compreendendo que a particularidade é reveladora da totalidade, *As Meninas da Esquina*, livro da jornalista Eliane Trindade, lançado recentemente pela Record, reúne os diários de seis adolescentes de 14 a 20 anos envolvidas com a prática de exploração sexual comercial. Partindo da singularidade de cada uma das narrativas, o livro mostra que o processo de vitimização familiar e social vivido por essas meninas acaba contribuindo para envolvê-las no mundo da exploração sexual, do roubo e do tráfico.

Por meio da análise das particularidades das histórias de vida escritas ou gravadas na forma de diários pelas adolescentes, é possível tecer um fio articulador que une os fragmentos das experiências contadas, formando um só tecido que contém detalhes comuns. São originárias de famílias pobres, de relações parentais precarizadas, cujo cotidiano inscreve episódios de violência doméstica, de abandono, de brigas e tensões constantes, de fome, de doença e de total desatenção da rede pública de proteção social.

O que se observa nos diários é que na trajetória para a prostituição, guardadas as especificidades das histórias corajosamente expostas no livro, encontram-se evidências de que as condições de pobreza e de desigualdade social suscitam sentimentos dolorosos de humilhação e de desamparo. Por isso é compreensível que as adolescentes identifiquem, muitas vezes, seu explorador/abusador como um “amigo”, “prove-

dor” e “protetor”. É um doloroso contrato em que sua aceitação é, ao mesmo tempo, uma denúncia da própria vulnerabilidade.

“Seu Pedro tem uns 70 anos (...) Ele já é amigo meu e me dá mais grana pelo programa. Dessa vez, ele me deu R\$ 150,00 (...) Com o dinheiro, comprei ainda um videogame pros meus filhos por R\$ 70,00 (...) Na verdade comprei pra mim.” (Vitória, 15 de outubro de 2003.) Em outro episódio, Vitória relata o que fez com os 70 reais que conseguiu após ter passado uma noite com um caminhoneiro: “Comprei cigarro, cartão de telefone, maconha e leite em pó para o meu filho, que estava acabando (...)”.

Fica claro, pelos detalhes das histórias contadas, que a pobreza não é a determinante do envolvimento das meninas com a exploração sexual comercial, mas sua presença age como um elemento impulsor. De acordo com os especialistas da área, a exploração sexual infanto-juvenil é um fenômeno social complexo que não está ligado somente à pobreza e à miséria, mas envolve as relações culturais, o imaginário, as normas e o processo civilizatório de um povo. No Brasil, um estudo recente do governo federal identificou que a exploração sexual de crianças e adolescentes é uma prática presente em 937 municípios. Desses, 298 (31,8%) estão no Nordeste; 241 (25,7%) no Sudeste; 162 (17,3%) no Sul; 127 (13,6%) no Centro-Oeste; e 109 (11,6%) na região Norte. Outro estudo denominado “Pesquisa nacional sobre tráfico de mu-

lheres, crianças e adolescentes”, realizado em 2002 pela ONG Cecria, com apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA), revelou que existem no Brasil 241 rotas de tráfico para fins sexuais, sendo 131 internacionais, 78 interestaduais e 32 intermunicipais, apontando ainda que há uma conexão dessa prática com o crime organizado e as redes internacionais.

No último capítulo do livro, a autora deixa pistas para pensar sobre uma intervenção preventiva em relação às ações de abuso e exploração sexual ao destacar todos os ingredientes que se misturam no caminho que leva à exploração: herança de exclusão e abandono; miséria; apelo ao consumo dos objetos que são valorizados socialmente; e fatores culturais. Diante desse quadro, a autora faz emergir a importância das políticas públicas de educação, saúde e profissionalização, como forma de reverter a trajetória do caminho escolhido pelas meninas da esquina.

O livro *As Meninas da Esquina*, estruturado inteligentemente na forma de diários, expõe de forma categórica que a exploração sexual infanto-juvenil é fundamentalmente uma questão multifacetária que envolve aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e ideológicos. Nos impõe a lutar para que essa questão faça parte, com prioridade, da agenda pública.

Enid Rocha



As Meninas da Esquina
Diários de seis adolescentes
que vivem do lado selvagem da vida
Eliane Trindade
Editora Record, 2005, 420 p., R\$ 44,90

A diplomacia vista da academia

Os cursos de relações internacionais têm apresentado, no Brasil, um crescimento exponencial, empurrados pela globalização, o que lhes dá certo charme intelectual, mas embalados, também, pelo movimento anti-globalizador, o que garante espaço na mídia. A febre provocou o surgimento de bons livros, entre os quais se destaca *Política Externa Brasileira*, do coordenador de pós-graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, Henrique Altemani. Trata-se de um pequeno grande livro, pois que em menos de 300 páginas, consegue a proeza de resumir mais de um século de política externa republicana. Trata-se de obra essencialmente didática. Depois de um capítulo introdutório sobre o conceito de política externa, os sete capítulos sucessivos abordam as diversas etapas históricas de desenvolvimento da política externa brasileira.

O autor exibe pleno domínio dos temas e problemas da diplomacia brasileira em cada época, mas o excesso de transcrições de outros estudiosos pode deixar a impressão de alguma hesitação em expor os próprios argumentos ou em fazer julgamentos sobre os aspectos positivos ou negativos das grandes escolhas estratégicas feitas em momentos cruciais das nossas relações exteriores. A discussão sobre os elementos de mudança ou as características de permanência da política externa brasileira, por exemplo, ocorre duas vezes no decorrer do livro, no contexto da redemocratização dos anos 80 – que não alterou substancialmente os fundamentos da política externa – e na recente fase de liberalização econômica da era Collor-Fernando Henrique Cardoso, quando ocorre certo afastamento do perfil terceiro-mundista da nossa diplomacia e aumenta a ênfase na integração sub-regional. Ainda assim, Altemani considera que os traços principais da política externa brasileira foram mantidos, mesmo se com matizes diferenciados em relação aos primeiros exercícios de “política externa indepen-

dente” (dos governos Quadros-Goulart).

Embora alguns autores citados por Altemani indiquem a subserviência do governo Collor aos ditames dos Estados Unidos, ele apresenta o consenso em vários outros estudiosos de que “o país necessitava efetivar determinados ajustes no seu processo de inserção, tendo em vista tanto as mudanças estruturais (em termos de alterações no sistema internacional) quanto as conjunturais”. Na fase mais recente, alguns acadêmicos citados pelo autor preferem condenar a política externa dos anos FHC como “alinhada” ou constituída mais de retórica do que de substância, num suposto contraste com a ofensiva regional e terceiro-mundista do governo que lhe sucedeu, que seria “desenvolvimentista” em lugar de “subserviente”. Altemani confirma, contudo, que as grandes linhas da diplomacia brasileira têm sido preservadas em sua substância, com inevitáveis adaptações de estilo, e representam “expectativas e estratégias em desenvolvimento nos governos anteriores”.

Paulo Roberto de Almeida



Política Externa Brasileira
Henrique Altemani de Oliveira
Editora Saraiva, 2005, 292 p., R\$ 46,00



Reduzindo a Pobreza e a Desigualdade no Brasil
Carlos Herrán, Editora Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 104 p., prego a definir, mais informações: (61) 3317-4200

A raiz da pobreza

Quem são os pobres no Brasil? Que políticas públicas podem afastá-los desse perfil de pobreza e desigualdade? O livro *Reduzindo a Pobreza e a Desigualdade no Brasil*, do economista Carlos Herrán, especialista em educação e pobreza do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), procura responder a essas questões. Um dos diferenciais do livro é o foco nas famílias. Ao contrário de outras pesquisas que explicam a desigualdade com ênfase nas diferenças regionais, Herrán mostra que apenas um quarto da pobreza ocorre devido a aspectos relacionados à região, enquanto três quartos se devem às diferenças nas famílias (como emprego, educação e capacidade produtiva diferente).

Ao focar as famílias, Herrán não nega que fatores como raça influem no perfil da pobreza. Porém, não são necessariamente a causa. O que o estudo de Herrán enfatiza é que três quartos das diferenças em pobreza entre raças explicam-se por diferenças em educação. A probabilidade de ser pobre é de 50% entre famílias cujo chefe tem quatro ou menos anos de escolaridade, o que contrasta fortemente com 25% de probabilidade de pobreza se o chefe da família concluiu a oitava série, e só 1,6% de probabilidade de ser pobre se o chefe da família concluiu o ensino médio.

Marina Nery

ciência&inovação CIRCUITO

Empresas

A chave da sobrevivência

Sobreviver no mercado brasileiro não é tarefa fácil, mas um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) provou que quem tem mais chance nessa disputa são as empresas com alto nível de capacitação tecnológica. Em sua pesquisa "Empresas de base tecnológica: identificação, sobrevivência e morte", Alexandre Messa Silva elaborou uma série de análises com modelos estatísticos baseados nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 1994 a 2001. Concluiu que as taxas de sobrevivência das empresas de base tecnológica (EBTs) são maiores do que as das firmas em geral. E mais: as EBTs apresentam crescimento bem mais acentuado que as demais empresas. Uma das chaves da sobrevivência dessas firmas, mencionada no estudo, é a figura do empreendedor. Afinal, as firmas que sobreviverão serão aquelas que contaram com empreendedores mais capazes e que dispunham de melhores informações acerca do mercado e do produto no momento de nascimento da empresa. E os fundadores de empresas de base tecnológica quase sempre possuem um nível educacional significativamente superior ao dos fundadores de outros tipos de firma.



Fotos Divulgação

Saúde

Laços de sangue

A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) vai criar um banco de dados nacional de doadores de sangue, classificados de acordo com o DNA de cada um deles. Para isso, o Centro de Hematologia e Hemoterapia da Universidade passará a utilizar uma nova tecnologia de mapeamento genético, chamada *microarray*, que permite ampliar os dados dos doadores. Além da conhecida classificação do tipo sanguíneo de acordo com os critérios ABO e Rh, a *microarray* admite mais outras 27 categorias, com base na análise de 50 genes sanguíneos numa única reação enzimática. A expectativa dos pesquisadores do hemocentro é melhorar a segurança

das transfusões de sangue, aumentar a prevenção de doenças hemolíticas em recém-nascidos causadas por incompatibilidade sanguínea dos pais e conseguir criar um cadastro de portadores de sangues raros. "As informações serão disponibilizadas na internet para que os médicos possam consultar de acordo com as necessidades transfusionais de seus pacientes", conta Lilian Maria de Castilho, bióloga e coordenadora do trabalho. O banco de dados com as informações de doadores de todos os estados do país deve ficar pronto em cinco anos. O projeto tem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Software

Pronto-socorro para falhas de sistema

Quem trabalha com software sabe que não existe o programa perfeito. Todos os sistemas, desde os mais simples até os mais complexos, podem apresentar problemas diante de condições inesperadas. Para que se tenha uma noção, mensalmente são descobertos cerca de 300 erros em sistemas operacionais e aplicativos. Os fabricantes de software dão a essas falhas o pomposo nome de "vul-

nerabilidade". Quando o infeliz usuário se depara com uma vulnerabilidade, o programa simplesmente não faz o que deve fazer e as consequências são imprevisíveis. Para ajudar os que se encontram nessa situação, o Instituto Nacional de Padronização e Tecnologia (Nist), órgão do governo norte-americano, acaba de liberar o acesso à Base de Dados Nacional de Vulnerabilidades (NVD), um ma-

Energia

Uma alternativa ao no-break

A gigante japonesa NEC anunciou o desenvolvimento de uma nova bateria de alta potência, recarregável, que deverá ser usada para manter microcomputadores funcionando em casos de queda de energia. O novo produto, construído com radicais orgânicos, mede apenas 5 por 5 centímetros e tem espessura de 4 milímetros. Quatro unidades são suficientes para gerar os 140 watts necessários para manter um PC doméstico funcionando o tempo suficiente para que o usuário salve os dados em uso. As baterias de radicais orgânicos são uma classe diferenciada de baterias recarregáveis, cuja tecnologia pertence à NEC, e que utilizam reações eletroquímicas de compostos de radicais orgânicos. Elas são menos agressivas ao meio ambiente porque não possuem metais pesados ou tóxicos. Também são mais seguras do que as convencionais porque não são inflamáveis nem potencialmente explosivas. A NEC ainda não informou quando começará a vender as novas baterias nem a que preço elas serão comercializadas.

Indústria automobilística

Cadê o ronco do motor?

Montadoras britânicas descobriram, ao contrário do que supunham, que os clientes não estão satisfeitos com o silêncio dos motores dos carros. Eles sentem falta do “ronco” ao acelerar as máquinas, e as fábricas já encomendaram à Universidade de Warwick o desenvolvimento de ruídos que possam ser acoplados aos veículos. Em um simulador de desempenho voluntários ouvem sons de diversos modelos e escolhem os que mais agradam. Em princípio, o ruído seria colocado apenas dentro dos carros, mas já há a sugestão de que ele possa ser ouvido do lado de fora para alertar os pedestres que também não estão acostumados a automóveis tão silenciosos. Talvez, num futuro próximo, o “ronco do motor” seja um acessório a mais. Afinal, seria um luxo ter um carro com motor 1.0 que, ao ser ligado, fizesse o barulho de uma Ferrari.



A universidade é extremamente conservadora. Não formamos pesquisadores com a visão de tecnologia e não protegemos o nosso conhecimento.”

José Arana Varela, pró-reitor de pesquisa da Universidade Estadual Paulista (Unesp), durante Conferência do Sudeste de Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada nos dias 3 e 4 de agosto, em Belo Horizonte.



Paleontologia

Que bicho é esse?

Reza o ditado popular que Deus não dá asas a cobras, mas um arqueólogo israelense constatou que patas elas já tiveram. As primeiras descobertas de George Haas, da Hebrew University, foram feitas na década de 80, mas ele levou mais de 20 anos para comprovar que o fóssil era de uma cobra, e não de um lagarto, como supôs inicialmente. O exemplar foi batizado de *Haasiophis terrasanctus*, em referência ao terreno onde foi encontrado, no norte de Jerusalém. Calcula-se que ele tenha vivido há 95 milhões de anos. As novidades foram apresentadas durante o 2.º Congres-

so Latino-Americano de Paleontologia de Vertebrados, ocorrido no mês passado no Rio de Janeiro, e provocaram grandes debates sobre a origem desses animais. Alguns cientistas defendem que eles teriam vindo do mar e outros acreditam que seriam da família dos lagartos. Em busca de uma resposta a essa questão, o paleontólogo Michael Caldwell, da Universidade de Alberta, no Canadá, está trabalhando em pesquisas no mar Adriático e na Patagônia, na Argentina. “As rochas dessas regiões produzem bons fósseis de cobras com pernas”, informa Caldwell.

Financiamento

Novos recursos para a tecnologia

Duas boas notícias para as empresas de tecnologia. A primeira vem do Comitê da Área de Tecnologia da Informação (Cati), que liberou os recursos provenientes dos incentivos da Lei de Informática para incubadoras de empresas de tecnologia da informação. Até então, essa verba só podia ser usada por centros de ensino e pesquisa. Atualmente, o volume anual de incentivos chega a 1,1 bilhão de reais. A outra boa novidade parte da Financiadora de Estudos e Projetos

(FINEP), que lançou o Programa Juro Zero, voltado para o financiamento de pequenas empresas inovadoras que não têm como fornecer garantias reais. O programa disporá de verba de cerca de 100 milhões de reais e cada empresa poderá receber o equivalente a um terço do faturamento de 2004, com limite de 900 mil reais. Na primeira etapa, só serão beneficiadas companhias com sede em Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Grande Florianópolis e Paraná.

10,5 milhões

de alunos se inscreveram para a 1ª Olimpíada Brasileira de Matemática de Escolas Públicas. Isso corresponde a quase um quarto de todos os estudantes do ensino básico

Nanotecnologia

Olhar atômico



Engenheiros da Universidade Wisconsin-Madison, nos Estados Unidos, criaram um microscópio capaz de visualizar cada átomo individualmente nos materiais utilizados para fabricação de chips. Pela primeira vez, a indústria vai mapear, um por um, os átomos que compõem um circuito e precisar suas características. Atualmente, esse levantamento é feito por tentativa e erro, simplesmente descartando os materiais que não respondem devidamente, sem que se saiba o motivo. “Antes, quando os semicondutores tinham dimensões de 1.000 a 2.000 nanômetros, um desvio de 20 a 30 nanômetros resultava em um erro de apenas 2%”, explica Keith Thompson, um dos cientistas do projeto. “Agora, com características de dimensões entre 30 e 40 nanômetros, mesmo 10 nanômetros de desvio representam um erro de 25% a 30%.” O novo aparelho será comercializado pela Imago Scientific Instruments, uma emergente do setor de tecnologia.

por **Andréa
Wolffenbüttel**

INDICADORES

O que é?

Swap

A palavra inglesa *swap* significa "troca". Portanto, um contrato de *swap* é um contrato de troca. No mercado financeiro, essa mudança se refere à troca do índice de reajuste. Por exemplo, se uma empresa tem uma dívida cujo valor é corrigido pela inflação, ela pode, por meio de um contrato de *swap*, fazer com que o montante a ser pago seja atualizado pela cotação do dólar. Qual é a vantagem? Talvez essa empresa tenha fechado alguma venda para o exterior e saiba que terá dólares em caixa, portanto, é mais tranquilo ter como base de cálculo a cotação do dólar. Também pode acontecer o oposto, com alguma empresa que trabalhe exclusivamente no mercado interno e que tenha algum contrato reajustado em dólar. Ela pode preferir usar outro indexador, como a taxa de juro. O contrato de *swap* pode ser firmado entre duas empresas interessadas em trocar seus respectivos "riscos" ou pode ser intermediado por uma instituição financeira, o que é mais comum. Normalmente os contratos de *swap* são feitos em busca de maior segurança para pagamento dos passivos ou em busca de ganhos financeiros, já que a troca de indexadores pode alterar muito os valores. Se há uma desvalorização da moeda, se ocorre queda na taxa de juros, ou alta da inflação, tudo isso afeta o valor a ser pago ou recebido, beneficiando um dos signatários do *swap* e prejudicando o outro.

Produção

O tamanho do mundo

O Banco Mundial divulgou, no mês passado, a classificação dos países, de acordo com o tamanho de suas economias em 2004. O Brasil ocupa o 14º posto, duas posições acima de sua colocação anterior, mas alguns degraus abaixo da 10ª posição, que já ocupou anteriormente. A

lista das 20 maiores economias mostra uma fortíssima concentração da produção, já que esses países respondem por mais de 83% do PIB mundial. Em termos de PIB per capita, o desempenho brasileiro deixa muito a desejar. Está na 92ª posição, entre Rússia e Romênia.

As 20 maiores economias do mundo

PIB calculado em dólares

Varição Ranking	Pos. 2003	Pos. 2004	Economia	PIB 2004 (US\$ milhões)	Part. no PIB mundial (%)
—	1	1	Estados Unidos	11.667.515	28,54
—	2	2	Japão	4.623.398	11,31
—	3	3	Alemanha	2.714.418	6,64
—	4	4	Reino Unido	2.140.898	5,24
—	5	5	França	2.002.582	4,90
—	6	6	Itália	1.672.302	4,09
—	7	7	China	1.649.329	4,03
▲	9	8	Espanha	991.442	2,42
▼	8	9	Canadá	979.764	2,40
▲	13	10	Índia	691.876	1,69
▲	12	11	Coreia do Sul	679.674	1,66
▼	10	12	México	676.497	1,65
▲	14	13	Austrália	631.256	1,54
▲	16	14	Brasil	604.855	1,48
▲	17	15	Federação Russa	582.395	1,42
▼	15	16	Holanda	577.260	1,41
▲	18	17	Suíça	359.465	0,88
▲	19	18	Bélgica	349.830	0,86
▲	20	19	Suécia	346.404	0,85
▲	22	20	Turquia	301.950	0,74
Total 20 maiores				34.243.110	83,75
Resto do mundo				6.642.866	16,25
Total mundo				40.885.976	100,00

PIB per capita calculado em dólares

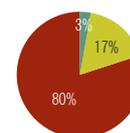
Posição	País	US\$
1	Luxemburgo	56.230
2	Noruega	52.030
3	Suíça	48.230
4	Estados Unidos	41.400
5	Dinamarca	40.650
6	Islândia	38.620
7	Japão	37.180
8	Suécia	35.770
9	Irlanda	34.280
10	Reino Unido	33.940
11	Finlândia	32.970
12	Áustria	32.300
13	Holanda	31.700
14	Bélgica	31.030
15	Alemanha	30.120
16	França	30.090
17	Canadá	28.390
18	Austrália	26.900
19	Hong Kong, China	26.810
20	Itália	26.120
Média 20 maiores		35.729
92	Brasil	3.090
Média mundo		6.280

PIB per capita calculado em poder de compra*

Posição	País	US\$ PPP*
1	Luxemburgo	61.220
2	Estados Unidos	39.710
3	Noruega	38.550
4	Suíça	35.370
5	Irlanda	33.170
6	Islândia	32.360
7	Áustria	31.790
8	Dinamarca	31.550
9	Hong Kong, China	31.510
10	Reino Unido	31.460
11	Bélgica	31.360
12	Holanda	31.220
13	Canadá	30.660
14	Japão	30.040
15	Suécia	29.770
16	Finlândia	29.560
17	França	29.320
18	Austrália	29.200
19	Alemanha	27.950
20	Itália	27.860
Média 20 maiores		33.182
83	Brasil	8.020
Média mundo		8.760

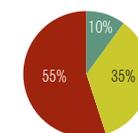
Distribuição do PIB mundial

Cálculo em dólares (2004)



Países pobres Países em desenvolvimento Países ricos

Cálculo em dólares PPP* (2004)



REPARÉ: a participação dos países pobres e em desenvolvimento aumenta quando é calculada com base na paridade do poder de compra da moeda (PPP). Isso ocorre porque os países ricos têm moedas fortes em relação ao dólar, enquanto os outros precisam de muitas unidades de seu dinheiro para compor 1 dólar.

O PIB per capita de Luxemburgo, primeiro do mundo, é 625 vezes maior do que o PIB per capita de Burundi, último colocado

PPP = Power Purchase Parity é um critério de conversão de moedas que usa o poder de compra e não a cotação de mercado. Por exemplo, se nos Estados Unidos uma caneta estereográfica custa um dólar e no Brasil ela custa 1,5 real. O poder de compra desse 1,5 real equivale a 1 dólar, independente do valor de câmbio da moeda.

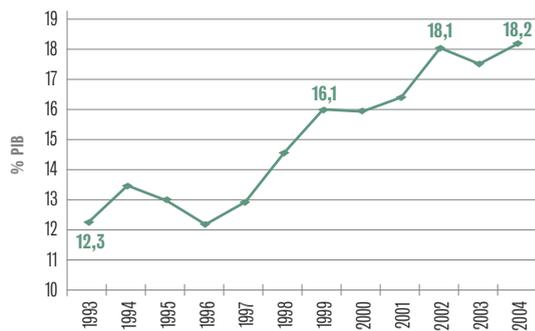
Contas públicas

Quanto custa, gasta e deve a máquina governamental

A reportagem da página 28 mostra como a política fiscal tem papel determinante na condução do desenvolvimento do país. Os gráficos abaixo apresentam um resumo dos principais elementos que compõem as contas do governo, ou seja, a arrecadação, os gastos, a dívida e seus reajustes. Todas as variáveis são

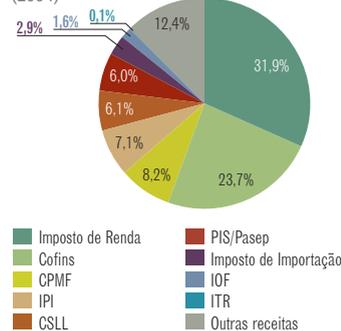
contabilizadas em termos de percentual do Produto Interno Bruto (PIB), o que permite uma comparação direta dos gráficos. É interessante observar como as linhas têm formas semelhantes. A arrecadação aumentou muito durante a última década, assim como a dívida e os gastos.

Arrecadação administrada pela Secretaria da Receita*

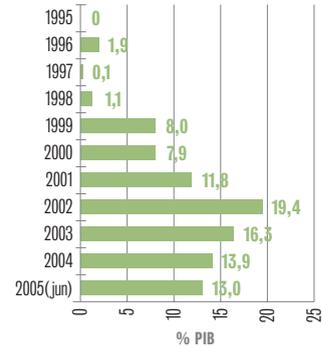


*Até o ano passado, a arrecadação administrada pela Secretaria da Receita Federal (SRF) não incluía as contribuições previdenciárias. Fonte: Secretaria da Receita Federal

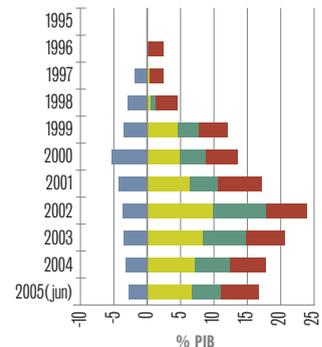
Composição da arrecadação SRF (2004)



Ajuste patrimonial da dívida fiscal (estoque)



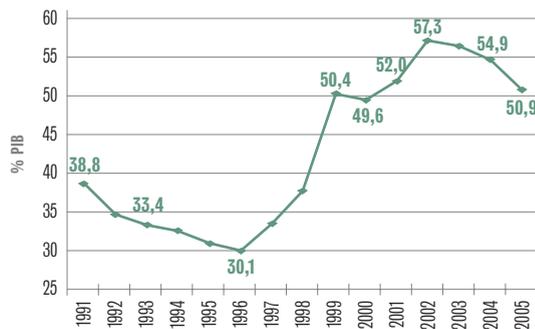
Composição dos ajustes patrimoniais da dívida fiscal



Fonte: Banco Central

REPARÉ: os ajustes patrimoniais são aqueles que alteram o valor da dívida independente da variação do valor principal. No gráfico abaixo é possível distinguir algumas origens desses ajustes. As privatizações contribuem para reduzir a dívida. Os ajustes sobre as dívidas externa e interna são provocados basicamente pela variação da taxa de câmbio, e os demais ajustes dizem respeito, em sua maioria, aos "esqueletos" que são assumidos pelo governo e aumentam a dívida.

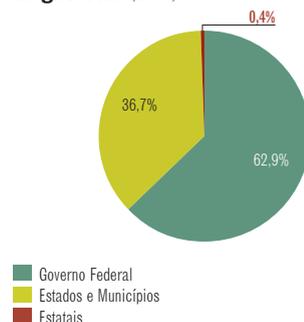
Dívida líquida total do setor público



Fonte: Banco Central

REPARÉ: no Brasil, o conceito de dívida líquida do setor público considera os ativos e passivos do Banco Central

Composição da dívida líquida do governo (2004)



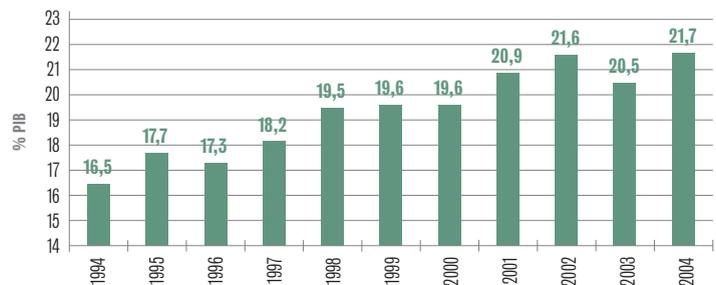
Consumo do governo em todas as esferas



Fonte: IBGE

REPARÉ: o consumo do governo representa apenas o que o governo comprou em bens e serviços. Não inclui as transferências, tais como pagamento de pensões e programas sociais, como o Bolsa Família.

Gasto primário do governo central



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

REPARÉ: os gastos do governo central incluem também as transferências, por isso, apenas o gasto primário do governo central já é superior ao consumo do governo em todas as esferas.

CARTAS



A edição de agosto de 2005 traz uma entrevista com o empresário Paulo Cunha na qual ele defende que a solução para o Brasil seria “observar os aspectos bons e funcionais das outras economias que estão crescendo. Lá eles estruturaram o binômio mágico, que produziu o milagre econômico alemão do pós-guerra, que foi utilizado no Japão na década de 60 e agora está produzindo esse milagre na Ásia: câmbio alto e juro baixo. Exatamente o oposto do que a gente tem praticado aqui no Brasil, que é câmbio baixo e juro alto”. Se efetivamente encontrarmos a solução, ela implica em ir além do que estão fazendo lá fora. Se instrumentos hábeis houver, tais instrumentos apenas podem advir da reflexão e do pensamento. Proponho estender essa amplitude do olhar na direção do coração do desenvolvimento japonês, o sistema de produção deles, exatamente porque as bases conceituais desse sistema são inovadoras e são a fonte da ruptura entre esse sistema de produção e o sistema clássico. Esse filão está longe de ter sido convenientemente explorado. O fator mais importante que pode contribuir para a solução dos problemas a que o engenheiro Paulo Cunha aborda, dentre todos os surgidos no século XX,

é o sistema de produção japonês e a estrutura conceitual que o suporta como abstração – teoria, modelo e sistema. Mais importante ainda do que os parâmetros macroeconômicos por ele privilegiados, que de certa forma são decorrências ou pelo menos somente encontram equilíbrio em configuração adequada com um sistema de produção poderoso. Esse sistema de produção japonês está fundamentado em uma estrutura conceitual totalmente nova em relação à que suporta o sistema clássico de produção. Essa alteração de estruturas conceituais tem raízes na filosofia, isto é, nos modos de ver as coisas relacionadas com a obtenção de produtos “coisas ou objetos” usando como instrumentos as organizações, e que essa mudança radical no pensamento está disponível desde os primeiros anos do século XIX como resultado de uma re-acomodação do pensamento ocorrida entre 1775 e 1825. Essa bagagem cultural representou uma tentativa de salto para fora das bases da cultura ocidental, o cartesianismo, pela eliminação da oposição sujeito-objeto, coisa que é possível ser verificada, do ponto de vista da semiótica – pragmática, sintaxe e semântica – nos conceitos e modelos que essa alteração no pensamento permite construir, inclusive no Modelo Descritivo da Produção do Kanban. Exatamente por essa característica de abstração feita em bases novas em relação ao cartesianismo, essas conquistas no pensamento permaneceram ignoradas por todo o management ocidental até meados dos anos 80, até que alguém, Taiichi Ohno, imerso em uma cultura diferente da nossa, tivesse tido a liberdade intelectual de utilizá-las em seu sistema de produção. Essas alterações transcendem em muito as técnicas da produção atingindo as

ciências humanas como um todo, envolvendo na Análise da Produção, uma delas, as ciências da Vida (Biologia), do Trabalho (Economia) e da Liguagem (Filologia) conferindo aos modelos organizacionais uma estrutura inteiramente nova. Essa alteração de estrutura conceitual tem sido rigorosamente ignorada e os principais conceitos têm sido rigorosamente mantidos inalterados a despeito do reconhecimento de alterações com essa profundidade (basta consultar compêndios de TGA, de estratégia organizacional, ou de management, para verificar isso).

Samuel Rocha de Mello
Engenheiro Naval

São Paulo - SP

A reportagem “Educação, escola e aprendizagem” da revista **Desafios** de maio de 2005 traz, no seu quadro de sucesso, a experiência da Escola Plural. Em primeiro lugar, o objetivo da prefeitura ao criar uma escola desse tipo foi economizar dinheiro, pois é muito boa uma instituição em que o aluno já

sabe, no primeiro dia de aula, que passou de ano, basta freqüentar as aulas. Como uma escola que não exige nada pode ensinar alguma coisa? Na prática, em torno de 20% dos alunos da 8ª série saem do ensino fundamental semi-analfabetos. As reuniões pedagógicas, mencionadas pela professora na reportagem, não existem, porque a escola que fizer esse tipo de reunião (às sextas com dispensa de alunos) estará sujeita a corte de ponto dos professores. Por último, a formação do professor deve ser autônoma, o que implica em que cada professor busque seus próprios caminhos, em vez de a prefeitura ou as escolas buscarem consultorias que não funcionam. Gostaria ainda de dizer que o material didático adotado não tem qualidade e não é o mais adequado.

Guto Varella
Belo Horizonte – MG

A reportagem mencionada destaca os diversos problemas do sistema educacional, inclusive a urgente necessidade de melhorar a qualidade do ensino.

Erramos

- O empresário Paulo Cunha é dono de 8% das ações do Grupo Ultra, e não de 0,8%, como foi publicado em entrevista com ele, veiculada na edição passada de **Desafios**, de agosto de 2005.
- A foto publicada na página 40 da edição nº 12 de **Desafios**, de julho de 2005, mostra uma reunião do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) ocorrida em julho de 2004, e não em dezembro de 2004, como informa a legenda.
- O nome da presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) é Elizabeth Farina, e não Elisabeth Farina, como foi incorretamente grafado na reportagem “Incentivo à competição”, veiculada na página 38.



Acesse o conteúdo da revista **Desafios do Desenvolvimento** no endereço:
www.revistadesafios.org.br